

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Aristóteles da Silva Oliveira

**ENSINO SUPERIOR TECNOLÓGICO EM HOTELARIA A DISTÂNCIA E SUA
INTERFACE COM O MUNDO DO TRABALHO**

Maceió-AL
2017

ARISTÓTELES DA SILVA OLIVEIRA

**ENSINO SUPERIOR TECNOLÓGICO EM HOTELARIA A DISTÂNCIA E SUA
INTERFACE COM O MUNDO DO TRABALHO**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Anamelea de Campos Pinto

Maceió-AL
2017

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

- O48e Oliveira, Aristóteles da Silva.
 Ensino superior tecnológico em hotelaria a distancia e sua interface com o mundo do trabalho / Aristóteles da Silva Oliveira. – 2017.
 165 f. : il.
- Orientadora: Anamelea de Campos Pinto.
Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Maceió, 2017.
- Bibliografia: f. 107-120.
Apêndices: f. 121-127.
Anexos: f. 128-165.
1. Ensino técnico – Alagoas. 2. Mercado de Trabalho. 3. Educação a distancia. 4. Formação profissional . 5. Tecnologias da Informação e comunicação. I. Título

CDU: 373.6 :331

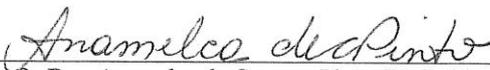
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

ENSINO SUPERIOR TECNOLÓGICO EM HOTELARIA A DISTÂNCIA E SUA
INTERFACE COM O MUNDO DO TRABALHO

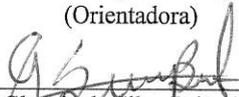
ARISTÓTELES DA SILVA OLIVEIRA

Tese de doutorado submetida à banca examinadora, já referendada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 06 de Julho de 2017.

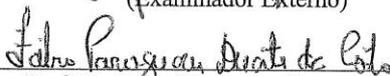
Banca Examinadora:



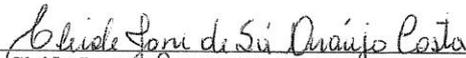
Profa. Dra. Anamelea de Campos Pinto (PPGE/CEDU/UFAL)
(Orientadora)



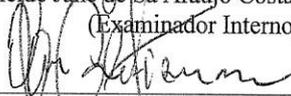
Profa. Dra. Glaucia da Silva Brito (PPGE/UFPR)
(Examinador Externo)



Prof. Dr. Fábio Paraguaçu Duarte da Costa
(PPGE/UFAL)
(Examinador Externo)



Profa. Dra. Cleide Jane de Sá Araújo Costa (PPGE/CEDU/UFAL)
(Examinador Interno)



Prof. Dr. Elton Casado Fireman (PPGE/CEDU/UFAL)
(Examinador Interno)

Rosana e Davi, fonte de inspiração, amor, carinho e dedicação. Minha mãe Luiza pela abnegação, estímulo e garra, a todos os meus familiares e amigos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pelo cuidado, suporte e amparo em momentos difíceis e complexos para a realização desse trabalho. A minha esposa Rosana e ao nosso filho amado Davi, pela compreensão, incentivo e afeto.

A minha mãe Luiza, que de forma determinada e inspirada educou-me para vida com responsabilidade e respeito ao próximo e, principalmente, para amar e ser fiel a Deus. As minhas irmãs: Ariana, Arislane e Ana Lúcia e aos meus sobrinhos Maria Eduarda, Maria Clara, Sebastião que sempre torceram por mim. Em especial, aos meus tios Iranete e Ailton pelo cuidado e incentivo nos estudos.

Aos meus amigos: Rose Karla, Joseane, Rosana Sarita, Ivanderson, Yara Neves, Alex Melo, Lilian Kelly, Odalea Vital, Fernando Pimentel, Carloney, Henrique Cupertino, Alexandre Aciole e Diogo Carlos, que compartilharam angústias e vitórias. À direção e a todos os colaboradores do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e, de forma especial, à Telma Maria Ribeiro, Cícera Paiva, Sandro, Eliene, Adriana e Manuella.

À Diretoria de Ensino a Distância (DIREAD) e à Coordenação do curso de Hotelaria e egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL). À escola Estadual Gilvana Ataíde Cavalcante Cabral e de forma especial às colegas de trabalho Sandra Lima e Geane Brito pelo apoio incondicional como também a todos os colegas professores, funcionários e estudantes.

A minha orientadora, Profa. Dra. Anamelea de Campos Pinto, por atuar de forma decisiva e substancial para conclusão do doutorado e pelas inúmeras oportunidades concedidas para que eu pudesse prosseguir e conseguir concluir esse trabalho com êxito. Ao Prof. Dr. Luís Paulo Leopoldo Mercado, a quem sou imensamente grato e ao qual tenho grande admiração junto com a professora Elizangela Mercado.

À professora Neiza Fumes, orientadora do mestrado, às professoras Elza Maria da Silva, Maria Aparecida Viana e Maria das Graças Marinho; aos professores Eraldo Ferraz, Cezar Nonato e Walter Matias e a todos que compõem o Centro de Educação da Ufal. Aos professores Abel Albuquerque e Cícera Albuquerque, pelo apoio e incentivo. Aos professores Elias André da Silva e Ivaldete Passos, que contribuíram no meu processo de alfabetização.

Aos professores participantes da banca examinadora e a todos que direta e indiretamente contribuíram para a realização dessa pesquisa o meu muito obrigado.

Onde está o conhecimento que perdemos com a informação? Onde está a sabedoria que perdemos com o conhecimento?
T. S. Eliot

Tudo é precioso para aquele que foi, por muito tempo, privado de tudo.
Friedrich Nietzsche

RESUMO

Este estudo analisa o caso do movimento de inserção dos egressos das turmas do curso superior tecnológico em hotelaria a distância do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) no mundo do trabalho. Objetiva investigar as características dos egressos do curso superior em Tecnologia em Hotelaria (EaD) do IFAL em seu movimento de incorporação no mundo do trabalho. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, embasada no método estudo de caso e utilizando como instrumento de investigação análise de conteúdo e documental. Nesta pesquisa foi utilizada uma amostra não probabilística de 20 participantes do universo de 158 egressos das turmas de 2007, 2009, 2010 e 2011 do curso no qual foi aplicado um questionário online. Os resultados da pesquisa advindos da análise e interpretação do questionário e do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) evidencia que na EaD na qual as TDIC estão presentes de modo mais intenso não é suficiente para suprir as lacunas da indissociabilidade da relação teoria e prática na formação profissional. Os dados revelam também que a formação de profissionais em CST na modalidade EaD prepara o estudante com competências e habilidades almejadas pelo mundo do trabalho conforme índice de satisfação obtidos no questionário aplicado com os egressos. Entretanto, conforme analisado no percurso da pesquisa, não podemos, a partir da adoção de uma visão progressista, limitar a formação do trabalhador às nuances do mundo do trabalho, é essencial que os cursos superiores de tecnologia formem o cidadão crítico e participativo, engajado na constituição de uma sociedade mais justa e igualitária, o que pressupõe superar a concepção de adaptação passivamente às mudanças requeridas pelo mundo do trabalho pressionados pelo modelo econômico vigente.

Palavras-chave: EaD. Formação Profissional. Mundo do Trabalho

ABSTRACT

In this study, we have analyzed the case of the insertion movement of egress students of the technological course in Hospitality in Distance Education, of the Federal Institute of Alagoas (IFAL) in the world of work. In general, this research aims to investigate the singularities of egress students of the higher education technological course in Hospitality in IFAL in its movement of incorporation in the world of work. This is a qualitative research, based on the case study method and using as a research instrument, content and document analysis. In this investigation, was used a non-probabilistic sample of 20 participants from the universe of 158 students from the 2007, 2009, 2010 and 2011 classes of the course in which we applied an online questionnaire developed in Google Docs. The research results from the analysis and interpretation of the questionnaire and the Pedagogical Project of the Course indicate that most of the graduates have developed the skills and abilities proposed for their professional training, however, it is evident that in the Distance Education where the TDICs are present is not enough to fill the gaps in the inseparability of theory and practice in professional training. It is worth observing that, it is not allowed, from the adoption of a progressive vision, to limit the formation of the worker to the nuances of the world of work. It is essential that higher Technological education courses form a critical and participatory citizen, engaged in the constitution of a society more just and egalitarian, which presupposes going beyond the conception of passively adaptation to the required changes by the world of work, pressed by the current economic model.

Keywords: Distance Education. Professional Qualification. World of Work.

RÉSUMÉ

Este estudo analisa o caso do movimento de inserção dos egressos das turmas do curso superior tecnológico em hotelaria a distância do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) no mundo do trabalho. Objetiva investigar as características dos egressos do curso superior em Tecnologia em Hotelaria (EaD) do IFAL em seu movimento de incorporação no mundo do trabalho. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, embasada no método estudo de caso e utilizando como instrumento de investigação análise de conteúdo e documental. Nesta pesquisa foi utilizada uma amostra não probabilística de 20 participantes do universo de 158 egressos das turmas de 2007, 2009, 2010 e 2011 do curso no qual foi aplicado um questionário online. Os resultados da pesquisa advindos da análise e interpretação do questionário e do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) evidencia que na EaD na qual as TDIC estão presentes de modo mais intenso não é suficiente para suprir as lacunas da indissociabilidade da relação teoria e prática na formação profissional. Os dados revelam também que a formação de profissionais em CST na modalidade EaD prepara o estudante com competências e habilidades almejadas pelo mundo do trabalho conforme índice de satisfação obtidos no questionário aplicado com os egressos. Entretanto, conforme analisado no percurso da pesquisa, não podemos, a partir da adoção de uma visão progressista, limitar a formação do trabalhador às nuances do mundo do trabalho, é essencial que os cursos superiores de tecnologia formem o cidadão crítico e participativo, engajado na constituição de uma sociedade mais justa e igualitária, o que pressupõe superar a concepção de adaptação passivamente às mudanças requeridas pelo mundo do trabalho pressionados pelo modelo econômico vigente.

Palabras-clave: EaD. Formación Profesional. Mundo del Trabajo

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Referenciais que caracterizam os CST	40
Quadro 2 – Cursos Ofertados pelo IFAL	58
Quadro 3 –E-mails enviado aos egressos	61
Quadro 4 – Organização dos módulos do CST em Hotelaria EaD.....	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Motivação Inicial para a Escolha do Curso.....	75
Gráfico 2 – Metodologia do curso adequada as demandas da atividade profissional	76
Gráfico 3 – Duração do curso contemplou as expectativas com relação ao desenvolvimento das competências profissionais.....	86
Gráfico 4 – Competência I: habilidades e atitudes comportamentais voltadas para o planejamento.....	88
Gráfico 5 – Competência II -Desenvolvimento de competência profissional relacionada a planejar, gerenciar e operar marketing e vendas de produto e serviços hoteleiros.....	89
Gráfico 6 – Competência III - Desenvolvimento de competência profissional relacionada a conhecer, interpretar e aplicar legislação hoteleira, legislação ambiental e Código de Defesa do Consumidor	90
Gráfico 7 – Competência IV - Desenvolvimento de competência profissional relacionada a conhecer, interpretar e aplicar pesquisas, sondagens e indicadores socioeconômicos.....	91
Gráfico 8 – Competência V - Desenvolvimento de competência profissional relacionada a integrar, atuar e lidar com equipes multidisciplinares e com planos de programas e projetos relacionados aos meios de hospedagem	93
Gráfico 9 – Competência VI - Desenvolvimento da competência profissional para utilizar técnicas de elaboração de projetos e modelos matemáticos de avaliação de gestão econômica e financeira	95
Gráfico 10 – Competência VII Desenvolvimento da competência profissional para planejar, organizar, liderar, coordenar e controlar as atividades hoteleiras e atuar como multiplicador do conhecimento hoteleiro	96
Gráfico 11 – Competência VIII - Desenvolvimento da competência profissional para atuar com base em valores éticos, com responsabilidade social, ambiente e justiça	97
Gráfico 12 – Competência IX - Desenvolvimento da competência profissional para coordenar e acompanhar trabalhos técnicos, estudos, pesquisas e projetos hoteleiros identificando os potenciais turísticos do setor considerando a diversidade cultural e a sustentabilidade da hotelaria.....	98
Gráfico 13 – Nível de comprometimento com sua formação acadêmica.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIH	Associação Brasileira da Indústria de Hotel
AVA	Ambientes Virtuais de Aprendizagem
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento
BTDC	Banco de Teses e Dissertações da Capes
CBO	Classificação Brasileira de Ocupação
CEDU	Centro de Educação
CEFET-AL	Centro Federal de educação Tecnológica de Alagoas
CENSUP	Censo da Educação Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CGU	Controladoria Geral da União
CIED	Coordenadoria Institucional de Educação a Distância
CNE	Conselho Nacional de Educação
CST	Cursos Superiores de Tecnologia
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DIREAD	Diretoria de Ensino a Distância do IFAL
EaD	Educação a Distância
ETFAL	Escola Técnica Federal de Alagoas
FMI	Fundo Monetário Internacional
IES	Instituição de Ensino Superior
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
IFS	Institutos Federais de Educação, Ciência e Cultura
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MTUR	Ministério do Turismo
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIBIC	Programa de Bolsas de Iniciação Científica
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação

PRODOCÊNCIA	Programa de Consolidação das Licenciaturas
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SEED	Secretaria de Educação a Distância
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
TDIC	Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFAL	Universidade Federal de Alagoas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	A FORMAÇÃO DO TECNÓLOGO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	20
2.1	Educação Superior Tecnológica	27
2.2	Bases Legais para a Concepção dos CST no Brasil	33
3	CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA	43
3.1	Identidade dos Cursos de Tecnologia: tendência e perspectivas atuais.....	44
3.2	O Currículo nos CST	48
4	CAMINHOS PERCORRIDOS NA INVESTIGAÇÃO	56
4.1	Cenário da Pesquisa: o CST em Hotelaria EaD do IFAL.....	57
4.3	Instrumentos de Coleta e Análise dos Dados	60
5	RESULTADOS E ANÁLISES.....	65
5.1	Análise do PPC do CST de Hotelaria a Distância do IFAL.....	66
5.1.1	Justificativa	67
5.1.2	Objetivo, formas de acesso e perfil do curso	69
5.1.3	Perfil do egresso, organização curricular e critérios e sistemas de avaliação da aprendizagem	71
5.2	Análise do Questionário	75
5.2.1	O acesso ao ensino superior e ao mundo do trabalho	77
5.2.2	Curiosidade	79
5.2.3	Manutenção e ascensão no mundo do trabalho	79
5.2.4	Identificação com o curso	80
5.2.5	Satisfação com o CST em Hotelaria EaD.....	82
5.2.6	Autoavaliação	99
6	CONCLUSÃO.....	101
	REFERÊNCIAS.....	108
	APÊNDICES	122
	ANEXOS.....	129

1 INTRODUÇÃO

Essa investigação toma como foco o movimento de inserção dos egressos do curso superior tecnológico em Hotelaria EaD do IFAL no mundo do trabalho. A motivação para realização dessa pesquisa surge a partir das minhas experiências como gestor no SENAC-AL. Essa vivência profissional no SENAC-AL teve início em 2010 na gestão e no acompanhamento de cursos em nível técnico e superior ofertados na modalidade a distância. Enquanto gestor desses cursos, estabeleci relações com outras instituições de educação profissional de Alagoas e do Brasil e, com isso, pude conhecer outras experiências pedagógicas. Em meio a esses diálogos com outras instituições, pude estabelecer um contato mais próximo com as propostas pedagógicas de educação profissional em nível técnico e superior desenvolvidas no IFAL.

O IFAL integra a Rede Federal de Educação Superior e Técnica e tem como finalidade “trabalhar na formação de sujeitos que atinjam uma consciência crítica, capaz de inserir-se na sociedade em condições de atuação para sua transformação” e “nessa perspectiva, tem como finalidade ofertar educação básica e superior em todos os níveis e modalidades” (IFAL, 2013, p. 64). Em Alagoas, o IFAL oferta em nível superior tecnológico os cursos de Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia em Sistema Elétricos, Tecnologia em Laticínios, Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Design de Interiores, Tecnologia em Gestão de Turismo e o curso de Tecnologia em Hotelaria, que é o único destes ofertado também na modalidade a distância. Como meu foco de atuação como gestor do SENAC-AL eram os cursos de educação profissional ofertados na modalidade a distância, com especial destaque para cursos superiores, concentrei a minha atenção no diálogo com o IFAL em torno do curso de Tecnologia em Hotelaria EaD.

Em função da constatação do crescimento do turismo em Alagoas, cuja realidade econômica aponta um setor hoteleiro em expansão, e da minha trajetória de pesquisa na área de EaD no Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da UFAL, no Mestrado e no Doutorado em Educação, surgiu a curiosidade epistemológica (FREIRE, 1996) pelo curso de Tecnologia em Hotelaria EaD do IFAL, não só pelo investimento do projeto pedagógico em atender às expectativas que o setor hoteleiro alagoano deposita nesses egressos, mas também pela alta capilaridade dos polos nos quais era inicialmente ofertado: Maragogi (AL) e Mata de São João (BA).

A expansão dos Cursos Superiores de Tecnologia (CST) no Brasil, principalmente a partir do início do século XXI, aponta para uma mudança significativa na adesão desses

cursos por estudantes que buscam o acesso ao ensino superior e, conseqüentemente, sua inserção no mundo do trabalho. As demandas da sociedade contemporânea exigiram a criação de cursos tecnológicos, presenciais e a distância, que cumprissem o papel de favorecer os meios necessários e próprios para uma inserção mais eficiente dos sujeitos no mercado de trabalho, reduzindo o tempo de formação sem perder a qualidade desses recursos humanos.

A visão utilitarista da educação adotada pelo MEC no Parecer CNE/CES nº. 436/2001 no qual destaca que o foco dos cursos tecnológicos está no desenvolvimento de competências e habilidades em sintonia com os processos produtivos atuais os quais requerem profissionais ágeis, polivalentes e adaptáveis às rápidas mudanças ensejadas pelo cenário econômico local e global (BRASIL, 2001). Essa concepção defendida pelo MEC é criticada por Jantsch e Azevedo (2011, p.2) por restringir a formação do trabalhador para atender às “determinações do setor empresarial e não da classe trabalhadora”. Os autores salientam ainda que o MEC, ao se posicionar dessa forma, rende-se às demandas do mercado. Corroboramos com a visão defendida por eles de que, ao contrário do que é sustentado nos documentos oficiais, em cursos de curta duração não é possível “propiciar [plenamente] uma formação profissional de envergadura científico-tecnológica num contexto de movimento incessante de inovação tecnológica” (JANTSCH; AZEVEDO, 2011, p. 2).

O aumento das exigências profissionais no século XXI implica na redefinição do perfil laboral dos sujeitos em diálogo com a crescente substituição de atribuições do trabalho individualizado por atribuições do trabalho em equipe; da rigidez de horários fixos para atividades mais flexíveis; da lógica linear para a lógica complexa. Essas mutações refletem nos espaços educativos com propostas de alteração nos currículos. No ensino superior, as reformas curriculares buscam articular os conhecimentos dos cursos de graduação em sintonia com os novos paradigmas do mundo do trabalho, como já anunciado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de graduação da década de 1990¹ (BRASIL, 1997).

Nesse cenário, observamos que os CST no país e sua oferta por meio da EaD se inserem nesse contexto de redefinição das demandas do mundo do trabalho. Os estudos de Palloff e Pratt (2004), Tessauro et al. (2013) e Lopes et al. (2016) apontaram que o perfil do estudante da EaD coincide com as demandas exigidas pelo mundo do trabalho na atualidade, dentre as quais destacam-se: iniciativa, colaboração, autonomia, flexibilidade, criatividade,

¹ Os cursos de graduação precisam ser conduzidos, por meio das Diretrizes Curriculares, a abandonar as características de que muitas vezes se revestem, quais sejam as de atuarem como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informações, passando a orientar-se para oferecer uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional (BRASIL, 1997, p. 2).

disciplina e inovação, capacidade de planejamento e organização do tempo e familiaridade com a utilização das TDIC.

A educação no século XXI não pode prescindir de uma formação crítica, reflexiva, autônoma e criativa do estudante, consciente de seus direitos e deveres, bem como do papel que podem desempenhar na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, a formação atual precisa estar em consonância com as novas demandas do mundo do trabalho que reclamam “por uma nova forma de organização econômica, social, política e cultural na qual comporta novas maneiras de trabalhar, de comunicar-se, de relacionar-se, de aprender, de pensar, em suma, de viver” (COLL; MONEREO, 2010, p. 15).

Os CST surgiram no Brasil no final da década de 60 e início dos anos 70 com objetivo de formar profissionais para atender demandas específicas do mundo do trabalho. Logo, a proposição desses cursos insere-se no campo de atuação da Educação Profissional, que contempla “uma vasta gama de processos educativos, de formação e treinamento em instituições e modalidade variadas, que contemplam a formação técnica do estudante, tanto em nível médio quanto superior” (FAVRETTO; MORETTO, 2013, p. 408).

O Censo da Educação Superior (CENSUP) de 2015 indicou que o crescimento médio anual da oferta desses cursos foi da ordem de 24,1% no período de 2003 a 2014. Em meio a esse cenário, é possível apontar, segundo o mesmo estudo, que 85,6% das vagas ofertadas nesse processo de expansão são de matrículas na rede privada (BRASIL, 2015). Essa tendência permanece sendo constatada no Censo da Educação Superior (INEP, 2015) cujos resultados indicam que o setor privado corresponde a 84,3% das IES, enquanto 8,2% são universidades públicas. Apesar da discrepância, os dados revelam que as instituições privadas concentram 29,2% do total de matrículas, e as universidades públicas concentram 53,4% das matrículas em nível superior. Em relação à ociosidade, esta é maior nas instituições privadas comparadas com as públicas pela “prática que se convencionou chamar de estoque de vagas, que se explica pelo fato de essas instituições solicitarem ao MEC a abertura mais elevada de vagas, considerando a quantidade de vagas que elas de fato, pretendem oferecer” (SOUZA, 2010, p. 10).

Esse aumento se deve, dentre outros fatores, ao desenvolvimento econômico e às transformações ocorridas no mundo do trabalho, criando uma demanda por profissionais qualificados em diversas áreas da cadeia produtiva, que, por sua vez, se apresenta cada vez mais competitiva, exigindo o investimento em pesquisas, em inovação tecnológica e na qualificação profissional.

Para compreender o papel da educação profissional na atualidade é necessário desmistificar conceitos, práticas e enfoques adotados na trajetória educacional do país, e, ao mesmo tempo, analisar os percalços, desafios e possibilidades que emergem a partir de um novo olhar que a sociedade e os governos lançam sobre essa modalidade de ensino. A expectativa é que a educação profissional possa contribuir com o desenvolvimento econômico do país, com a ascensão e a inclusão social.

As mudanças no mundo do trabalho implicam em modificações na educação: metodologias, referenciais teóricos, currículo, práticas pedagógicas, recursos, e, nesse sentido, é fundamental compreender como a educação está correspondendo às demandas emanadas da sociedade, e, em que aspectos, precisam rever suas práticas e finalidades educativas. Nesse contexto, o IFAL por meio da oferta do curso Tecnológico em Hotelaria EAD busca formar profissionais que atendam as carências regionais com “base nas reais necessidades do contexto socioeconômico, fortalecendo o que já existe, adaptando-os à demanda em potencial” (IFAL, 2012, p. 9).

A expansão do ensino tecnológico nesse cenário tem sido justificada sob o argumento de que essa formação responde às atuais transformações no mundo do trabalho. Em face do que se anuncia acerca das características específicas da EaD e da proposta pedagógica desse curso, emerge o seguinte problema de pesquisa: **como os egressos do curso Superior de Tecnologia em Hotelaria EaD, ofertado pelo IFAL estão sendo inseridos no mundo do trabalho e quais as competências e habilidades aprendidas durante a formação e que são utilizadas em situações reais de trabalho?**

Partimos da hipótese de que nos polos mais afastados dos grandes centros, os cursos de EaD não se apresentem como uma opção para os sujeitos, mas como a única saída possível para se realizar um curso superior, na grande maioria dos casos. Assim, uma parcela dos estudantes do curso de Tecnologia em Hotelaria EaD do IFAL pode tê-lo concluído sem construir uma identidade com a área e, por essa razão, tenha dificuldade em se inserir no mundo do trabalho.

Nesse cenário é possível supor que em cursos ofertados na modalidade a distância, o egresso, por sua própria natureza, desenvolve competências e habilidades mais requisitadas pelo cenário contemporâneo e, por isso, ele teria, a princípio, mais chances de se inserir no mundo do trabalho e, conseqüentemente, ascender mais rapidamente na profissão. Além disso, é possível que uma parcela dos sujeitos que ingressam em cursos de EaD já estão inseridos no mundo do trabalho, portanto, o perfil proposto no PPC esteja aquém das

potencialidades desses sujeitos e que estes apresentam um perfil que transcenda o anunciado no PPC.

Este estudo objetiva investigar as características dos egressos do curso Superior de Tecnologia em Hotelaria EaD ofertado pelo IFAL em seu movimento de inserção no mundo do trabalho e, mais especificamente: explorar o fenômeno da oferta de cursos tecnológicos por meio da EaD no Brasil; analisar o PPC Superior de Tecnologia em Hotelaria EaD do IFAL; identificar os desafios vivenciados pelos egressos desse curso na formação e na prática profissional; e avaliar a percepção desses egressos acerca das contribuições desse curso para sua inserção no mundo do trabalho.

Nesse sentido, o tema torna-se relevante por buscar compreender, no momento em que essas transformações ocorrem de forma acelerada, como a educação está correspondendo às demandas emanadas da sociedade e em que aspectos precisam rever suas práticas e finalidades educativas. A importância desta investigação decorre da necessidade de discutir e debater a expansão dos CST, como também o movimento de inserção de estudantes da EaD no mundo do trabalho. Consultado o Banco de Teses e Dissertações da Capes (BTDC), encontramos temas correlatos ao estudo da tese com ênfase na educação profissional que abordava sobre a prática pedagógica e aprendizagem; identidade docente, motivação dos estudantes e inserção dos egressos no mundo do trabalho.

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa (GRAY, 2012; FLICK, 2009) que investiga o caso do movimento de inserção dos egressos, das turmas de 2007, 2009, 2010 e 2011 do curso superior tecnológico em Hotelaria EaD do IFAL, no mundo do trabalho (YIN, 2005; CHIZZOTTI, 2006). A opção por essas turmas se justifica pelo fato de que a primeira turma desse curso teve início no ano de 2007 e até o momento dessa investigação somente o haviam concluído os estudantes ingressantes até o ano de 2011.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, num primeiro momento, fizemos um estudo acerca do fenômeno da oferta de cursos tecnológicos no Brasil através de consulta ao BTDC, revistas eletrônicas, periódicos e anais de congressos científicos. Paralelamente ao estudo, submetemos ao CEP da UFAL questionário para aplicação com egressos, após sugestão de adequação e ajustes no Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) o projeto foi aprovado por esse órgão.

Num segundo momento, analisamos o PPC do curso de Tecnologia em Hotelaria EaD do IFAL utilizando a técnica da análise de conteúdo (FRANCO, 2008; BARDIN, 2011) com o objetivo de identificar o perfil do curso e do egresso, a organização curricular e as formas de acesso ao curso.

Mediante contato com a DIREAD do IFAL, obtivemos autorização para a realização da pesquisa e tivemos acesso aos e-mails de todos os estudantes egressos do curso, num total de 158. Em posse dos contatos, elaboramos um questionário baseado no perfil do egresso apresentado no PPC e encaminhamos aos possíveis participantes da pesquisa uma solicitação para que respondessem o questionário. Após o envio, recebemos retorno, inicialmente, de sete estudantes; em seguida, de nove e por fim de mais quatro estudantes, totalizando vinte questionários respondidos. Dentre os 158 egressos da lista de e-mails, 64 não receberam a mensagem, pois suas contas estavam desativadas, e outros 74 optaram por não responder o instrumento de pesquisa sem, contudo, justificar o motivo. Após o encerramento da coleta de dados, procedemos à análise e tabulação dos dados obtidos a partir do questionário.

Assim, esta pesquisa está estruturada da seguinte forma: na primeira seção, *A Formação do Tecnólogo e a Educação Superior Tecnológica na Sociedade Contemporânea*, abordamos sobre as mudanças ocorridas no ensino superior em decorrência do processo de globalização; os desafios da sociedade contemporânea e as bases legais que orientam a oferta e favoreceram a expansão desses cursos, considerando-os, na atualidade, como estratégico para o desenvolvimento da educação profissional e econômico.

Na segunda seção, *Cursos Superiores de Tecnologia*, tratamos da peculiaridade dos cursos de tecnologia, das tendências e perspectivas atuais dessa oferta, com o olhar mais voltado para o currículo e os desafios da sociedade contemporânea.

A Terceira seção, *Caminhos Percorridos na Investigação*, apresentamos a escolha e o percurso metodológico da pesquisa, a descrição do instrumento utilizado para a coleta de dados delineando a trajetória da investigação e as etapas da pesquisa que perpassou a análise documental do PPC do curso e a aplicação de um questionário com os egressos.

Já na quarta seção, *Resultados e Análises*, apresentamos as devidas discussões e análises dos resultados obtidos no questionário elaborado a partir das competências definidas no PPC do CST em Hotelaria EaD do IFAL.

Por fim, na conclusão da pesquisa, retomamos o problema da pesquisa, o objetivo e a hipótese inicial e confrontamos sua pertinência com os resultados das análises obtidos durante a investigação.

2 A FORMAÇÃO DO TECNÓLOGO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Atualmente pensar em educação implica necessariamente analisar o contexto econômico, cultural e social em que estamos inseridos. Nessa perspectiva, termos como globalização, neoliberalismo e tecnologias são concepções cada vez mais presentes na literatura e nas pesquisas educacionais vigentes. Em relação à globalização, parte-se da premissa do rompimento de fronteiras culturais e econômicas impulsionadas pelo desenvolvimento de tecnologias que facilitam a interconectividade entre povos de mercadorias, capitais, crenças, valores e costumes, tornando o mundo uma pequena aldeia (AL' ABRI, 2011).

Concordamos com a assertiva de que o desenvolvimento e aprimoramento das tecnologias são a grande propulsora das relações sociais, econômicas e culturais da atualidade que permite aproximar as pessoas distantes geograficamente desde que se tenha acesso aos instrumentos necessários para essa aproximação, no caso, às ferramentas que permitem acesso à internet.

Nessa perspectiva, nem todos têm acesso aos benefícios gerados pelo processo de globalização, como sublinham Hobsbawm (2007) e Vicente (2009) ao apontarem os aspectos nocivos para a economia, educação e cultura, como o desenvolvimento desigual entre países, o processo de aculturação e o desemprego. Já autores como Friedman e Friedman (2002) argumentam que a globalização estimula o crescimento econômico, o intercâmbio de bens e serviços e o livre comércio entre países.

Discordamos da associação que Friedman e Friedman (2002) realizam entre globalização e desenvolvimento e compartilhamos do posicionamento assumido por Hobsbawm (2007) e Vicente (2009). Bauman (1999) corrobora também com essa assertiva ao apontar que esse processo privilegia uma minoria enquanto condena milhares aos seus efeitos mais nefastos com “um aumento espetacular e potencialmente explosivo das desigualdades sociais e econômicas, tanto no interior dos países como internacionalmente” (HOSBAWN, 2007, p. 56).

Nesse contexto, pensar a educação incide em aludir aos desafios impostos pela globalização. As políticas educacionais implementadas nos países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, buscam atender às necessidades globais como, por exemplo, a erradicação da pobreza e da fome, a igualdade de gênero, o desenvolvimento econômico sustentável e a democratização do ensino e do acesso às TDIC. A democratização da educação ajuda a

promover a coesão social, a formação de profissionais mais qualificados e preparados para lidar com cenário político e econômico atual.

As mudanças provocadas por esse processo afetam diretamente a escola por meio da elaboração de políticas públicas que visam alinhar as demandas educacionais às transformações na economia. Para Al’abri (2011) a globalização é um processo de homogeneização e sinônimo de americanização e ocidentalização cultural. Ainda segundo o autor, não existem dúvidas de que a educação é vista com preocupação pelos Estados-nações, uma vez que exercem papel fundamental em preparar as crianças, adolescentes e jovens para uma sociedade cada vez mais globalizada. Já para Giddens (2005, p. 68), o processo de globalização “penetra dentro de nossos contextos locais, em nossas casas, em nossas comunidades, através de fontes impessoais – tais como a mídia, a internet e a cultura popular – e através também do contato pessoal com indivíduos de outros países e cultura”.

Concordamos com ambos os autores que as transformações impulsionadas pela globalização afetam a cultura e a educação de forma incisiva e, nesse contexto, surge a tensão de formar o cidadão para atender às demandas do processo de globalização ou formá-lo numa perspectiva educacional comprometida com a transformação da sociedade e não de sua perpetuação (SAVIANI, 2000).

Cavalcante e Cavalcante (2009) entendem a globalização como um movimento predatório que inspira grandes preocupações aos organismos ambientais e Cândido (2010) sugere o aumento da exclusão social nos países em desenvolvimento que são “obrigados” a diminuir os recursos destinados às políticas de inclusão social. Assim como os autores (CAVALCANTE; CAVALCANTE, 2009; CÂNDIDO, 2010), reconhecemos que o processo de globalização não contribui para a superação de problemas globais como as demandas que envolvem o meio ambiente, o racismo, a exclusão social e tecnológica e o preconceito em suas múltiplas formas e matizes.

A globalização da economia modifica as competências e habilidades laborais incidindo na organização escolar, formação e prática docente. Estas transformações são percebidas nas propostas de mudanças curriculares, no incentivo crescente para o uso das TDIC no processo de ensino e aprendizagem, já que o domínio das tecnologias é fundamental na troca de informações e produção do conhecimento.

A globalização surge no cenário da crise do Estado do Bem Estar Social nos anos 70 do século XX, período marcado também pela instabilidade econômica capitalista gerada pelos preços do petróleo. Diante desse quadro, o sistema capitalista busca alternativas para aumentar a produção e o consumo e, simultaneamente, reduzir custos operacionais.

No momento atual, aproximadamente 5% do PIB são investidos na educação brasileira (FRANCA, 2013). Na era da globalização, a educação em todos os aspectos é um dos fatores fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Nessa perspectiva, Saviani (2007) e Pochmann (2013) propõem dobrar o percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para investimento em educação, promovendo, assim, um “salto de qualidade necessário para colocar a educação brasileira num patamar civilizado, condizente com a magnitude de seu território, de sua população e economia” (SAVIANI, 2007, p. 1254).

Para os autores (SAVIANI, 2007; POCHMANN, 2013), essa medida permitiria um maior investimento na formação dos professores e equipar melhor as escolas, além de ofertar educação em tempo integral, o que refletiria numa melhoria qualitativa e quantitativa em todos os níveis educacionais. Essa proposta de duplicar o investimento em educação também está presente no Plano Nacional de Educação (PNE), instrumento que define diretrizes e metas para a educação no período de 10 anos e que foi aprovado por meio da Lei de nº 13.005, no dia 25 de junho de 2014, que determina a obrigatoriedade de investir gradualmente 10% do PIB para a educação.

Diante do cenário econômico e político atual ficamos mais céticos quanto ao cumprimento da exigência prevista em lei, já que em momentos de crise econômica as áreas mais nevrálgicas, como saúde e educação, são afetadas com profundos cortes no orçamento (MATIJASCIC et al., 2013; SALVADOR, 2015), e que até o momento nunca foi investido um montante próximo a 10% do PIB em educação no Brasil. Ademais, a elevação da qualidade na educação perpassa por uma maior destinação de recursos, desde que acompanhada de uma eficiente gestão dos recursos, valorização dos profissionais da educação e condições adequadas de trabalho, bem como de uma participação mais efetiva da comunidade nas atividades escolares.

A influência do processo de globalização na educação brasileira pode ser percebida, por exemplo, a partir da adoção de avaliações que são aplicadas a nível internacional, como o Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA), coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira (INEP). O PISA é um programa que busca “avaliar o desempenho dos estudantes de 15 anos de idade em três áreas consideradas fundamentais para promover o desenvolvimento de cada país, Leitura, Matemática e Ciências” (ARAUJO, 2013, p. 12). Ainda segundo a autora, o objetivo do PISA é “obter indicadores dos sistemas educacionais dos países participantes” (ARAUJO, 2013, p. 12).

A crítica que fazemos a esse instrumento é conciliar os problemas enfrentados por cada país como analfabetismo, distorção idade série, evasão, incluindo as dificuldades originadas do baixo investimento em educação e na formação inicial e permanente de professores e a necessidade de solidificar os conhecimentos com a cultura, a arte e a história local. Essa percepção é consubstanciada por Araujo (2013, p. 4) ao destacar que “um dos grandes problemas dessa concepção é atender, no contexto brasileiro, a diversidade cultural, histórico-geográfica, social, econômica dentre tantas outras existentes”.

A padronização cultural, em detrimento do pluralismo, é uma grave consequência dos reflexos engendrados pelo processo de globalização principalmente nos países periféricos que por sua condição histórica, social e econômica são mais dependentes e consumidores das culturas dominantes. Nesse contexto, Castells (2008) assinala que a globalização é potencializada pela capacidade de produção, processamento e transmissão da informação em decorrência do avanço da ciência e o aprimoramento das TDIC que gera mais desigualdades sociais e econômicas tendo em vista que esse processo não é homogêneo.

Nesse contexto, o neoliberalismo como estágio avançado do sistema capitalista exerce grande influência nos países em desenvolvimento que refletem nas diretrizes políticas, econômicas, sociais e educacionais tal como a redução do papel do Estado e principalmente dos gastos públicos com saúde, segurança e educação por meio da privatização dos serviços públicos, do aumento do controle sobre os currículos e dos procedimentos e critérios de avaliação e reprovação de estudantes.

Marques (2016, p. 12) destaca que o neoliberalismo como sistema “político-econômico” representa uma “nova ordem mundial do capital” que tem como finalidade

ditar políticas a governantes conservadores, de perfil liberal, com o intuito de fazer as mudanças supostamente necessárias para se modificar o papel do Estado frente à sociedade, sob o argumento de que elas seriam imprescindíveis para a inserção de seus respectivos países no mundo contemporâneo globalizado.

Nessa perspectiva, o desafio imposto pelas práticas neoliberais é que elas contemplam diversas demandas importantes da dinâmica social, como trabalho, educação, saúde, além dos impactos culturais promovidos pela transmissão de valores que incentivam o individualismo, o consumo desenfreado e a desvalorização dos costumes e tradições locais.

Na área dos currículos, as exigências mercadológicas estão induzindo a ênfase nas áreas de Ciências e Matemática em detrimento de outras áreas do conhecimento fundamentais para o desenvolvimento pleno do estudante e da incorporação de uma visão crítica diante da realidade na qual ele está inserido.

A crítica à globalização não pode nos levar a uma contemplação das mudanças que estão em curso. É primordial que possamos pensar globalmente e agir localmente para o estabelecimento de uma sociedade justa e igualitária. É necessário estar atentos à manipulação das informações pela mídia que aparentemente se coloca como arauto das demandas sociais, mas que, na verdade, está defendendo seus próprios interesses e daqueles a quem representa.

Schnell e Quartiero (2009) destacam que a sociedade contemporânea congrega inúmeras transformações na Ciência e Tecnologia que alteram profundamente a dinâmica da economia, provocam mudanças na cultura, e conseqüentemente nas relações sociais, e na forma de apropriação e difusão do conhecimento, inaugurando uma nova forma de produzir e difundir o conhecimento caracterizado pelo acesso às informações disponíveis na Internet e compartilhada nas diferentes redes sociais. Apesar de uma parcela da população ainda não ter acesso ao universo criado por essa nova configuração social, não podemos ignorar a sua presença e influência cada vez maiores no cotidiano das pessoas e nas repercussões de assuntos diários que refletem e refratam por meio das redes sociais. Nessa sociedade, o acesso à informação é realizado principalmente por dispositivos conectados à internet como *smartphones*, *tablets* e computadores. Essas tecnologias permitem uma maior interação entre as pessoas por meio das redes sociais em que se compartilham experiências pessoais e profissionais diariamente.

Um das principais características da atualidade é justamente a incorporação no processo produtivo da informação como mecanismos de produção e de riqueza. Essa constatação é ratificada por Antunes (2011, p. 150) ao sublinhar que o crescimento econômico na sociedade contemporânea transforma o setor “informacional [n]a principal atividade da economia (...) da qual surgiu uma sociedade baseada em informações instantâneas, possível pela fusão dos computadores com as telecomunicações via Internet”.

Entendemos que a informação tem potencial para produção do conhecimento, entretanto, o excesso de informações com que temos que lidar na atualidade exige que as informações relevantes e significativas sejam filtradas das inverídicas e irrelevantes que demandam o conhecimento adequado advindos de um processo de formação crítica que incentive a autonomia e a colaboração na produção e disseminação do conhecimento.

Nessa conjuntura, a inserção do profissional no mundo do trabalho dependerá em grande parte de sua capacidade de adquirir e aplicar o conhecimento em situações de trabalho, o que eleva o papel das instituições escolares e, de forma especial, do ensino superior. As transformações engendradas não significam que todos atualmente participam ou são beneficiados por essa capacidade, da mesma forma que viver na sociedade capitalista não

significa que todos os membros da sociedade são contemplados com acúmulo de capital, conforto e inovações que ela produz. Nesse contexto, surgem novas formas de trabalho cada vez mais complexas que exigem o domínio das TDIC, não somente para a produção e difusão do conhecimento, mas também nas diversas atividades laborais em todos os setores da economia.

Para Aretio (2012), é uma obviedade afirmar que o conhecimento é uma das características básicas da sociedade atual em que a produção do conhecimento e sua difusão são um dos pilares da sociedade contemporânea. Dentre as competências fundamentais dessa sociedade o autor destaca a necessidade do domínio das TDIC, o que implica utilizá-las para ensinar e aprender ressignificando métodos, conceitos e práticas, sendo criativo, aprendendo a conviver com as incertezas e se antecipando a diferentes cenários, transformando os erros em fontes de aprendizagem; enfim, usufruir de todos os recursos que elas dispõem na atualidade no processo educativo e econômico.

Depreende-se que sob a égide do sistema capitalista os benefícios gerados por essa estrutura social não contemplarão a todos indistintamente, longe disso, poderão aumentar a distância entre ricos e pobres e entre países mais avançados tecnologicamente e aqueles dependentes econômica e tecnologicamente das sociedades mais avançadas nesse quesito. Essas mudanças inevitavelmente influenciam na formação do cidadão do século XXI, na sua profissionalização e nas competências e habilidades que precisará desenvolver para enfrentar os desafios do mundo do trabalho que refletirá também na organização escolar da educação básica ao ensino superior.

Medidas econômicas e políticas neoliberais podem aumentar nossa dependência financeira dos países mais desenvolvidos. Não podemos nos isolar do resto do mundo, mas podemos agir com criatividade, inovação e protagonismo para não permitir que as injustiças sociais cresçam sob os sofismas criados pelos defensores das políticas neoliberais de que a educação pública é ineficiente e de baixa qualidade e, portanto, não justificam os altos investimentos estatais (IVASHITA et al., 2009; MORAES, 2001).

A educação não pode ser colocada numa moldura criada pelas demandas neoliberais que enxergam apenas as necessidades imediatistas da globalização. A educação não pode prescindir de seus ritmos apropriados para que o processo educacional ocorra satisfatoriamente, como também não pode negligenciar sua função formativa de ajudar os estudantes a traduzir a realidade que os cerca. Em suma, as políticas educacionais não podem apenas se adaptar sem objeção aos ditames propostos pelo neoliberalismo, mas é necessário buscar alternativas que superem os resultados nefastos na educação brasileira.

O aumento das exigências profissionais no século XXI implica a redefinição do perfil laboral com a crescente substituição ou incremento de habilidades tradicionais por novas atribuições do trabalho individualizado para o trabalho em equipe, da rigidez de horários fixos para as atividades mais flexíveis. Evidentemente, essas mudanças refletem nos espaços educativos e, no ensino superior, apresenta-se na busca incessante de articular os conhecimentos dos cursos de graduação em sintonia com os novos paradigmas do mundo do trabalho como destaca o Parecer n. 776 do Conselho Nacional de Educação (CNE):

os cursos de graduação precisam ser conduzidos, através das Diretrizes Curriculares, a abandonar as características de que muitas vezes se revestem, quais sejam as de atuarem como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informações, passando a orientar-se para oferecer uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional (BRASIL, 1997, p. 2).

Diante desse cenário e tendo em vista as demandas do mundo do trabalho, vamos analisar mais detidamente como foram concebidos os CST no Brasil e como a EAD se insere nesse contexto de proliferação de cursos tecnológicos compreendendo como estão associados o perfil do egresso com a realidade vivenciada no mundo do trabalho.

A necessidade de uma formação profissional mais rápida aliada e condizente com as reais necessidades do mundo do trabalho favorece o crescimento dos cursos superiores de tecnologia ofertados para atender às demandas específicas do mundo do trabalho com uma duração mais curta. Favretto e Moretto (2013, p. 408) esclarecem que

os cursos superiores de tecnologia são, legalmente, cursos regulares de graduação, regulamentados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação e focados no domínio e na aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos em áreas de conhecimentos relacionados a uma ou mais áreas profissionais. Tais cursos têm o objetivo de promover o desenvolvimento de competências profissionais que possibilitem a utilização da tecnologia.

Os autores sublinham que a transformação no mundo produtivo gera o aumento de demanda por profissionais formados em nível superior e mudanças no “comportamento da oferta dos cursos superiores de tecnologia”.

Dados coletados no CENSUP de 2014 sinalizam que as matrículas nos cursos tecnológicos aumentaram quase 8 vezes; apresentando crescimento médio anual no período de 2003 a 2013 de 24,1%, sendo que 85,6% deste são de matrículas na rede privada. A expansão do ensino tecnológico, nesse contexto, responde ao cenário atual de mudanças às quais estávamos analisando anteriormente. Dessa forma, essa ampliação desperta a atenção para

refletir sobre as causas e consequências dessa tendência de crescimento e de que forma ela impacta na sociedade de um modo geral.

As seções que seguem analisam os desafios e possibilidades da educação superior tecnológica, as bases legais que criaram e favoreceram a expansão dos cursos superiores de tecnologia no Brasil.

2.1 Educação Superior Tecnológica

A Revolução Industrial iniciada na Europa no século XVIII e XIX substituiu o trabalho servil pelo trabalho assalariado, os trabalhos manuais pelas máquinas. É importante salientar que na sociedade precedente da constituição da sociedade capitalista, a sociedade feudal, “grande parte da população medieval era analfabeta” (VIEIRA, 2012, p. 396), o acesso à escrita era praticamente exclusividade do clero e dos poucos que podiam pagar.

Nas indústrias foi comum a divisão e especialização do trabalho. Esse modelo vigorou predominantemente ao longo do século XX e ficou conhecido como organização do trabalho de base fordista-taylorista (FELIZARDO, 2010). Segundo Castells (2008, p. 212), “esse modelo de produção em massa fundamentou-se em ganhos de produtividade obtidos por economias de escala em um processo mecanizado de produção padronizada por linhas de montagem”. Ainda segundo o autor (2008, p. 212), esse padrão utilizado nas fábricas e indústrias favoreceram a “divisão social e técnica institucionalizada de trabalho”.

Na natureza, o estabelecimento da sociedade capitalista foi prejudicial para o meio ambiente. Efeito estufa, poluição, desmatamento, aquecimento global, escassez de água potável são alguns dos resultados provenientes da relação desordenada e desequilibrada do homem com a natureza. O desenvolvimento do capitalismo não alienou apenas o trabalhador do produtor do seu trabalho, como também alienou o homem da natureza, promovendo prejuízos em determinados ambientes naturais irreversíveis (LOPES, 2013).

Antunes (2011) argumenta que o capitalismo fez surgir a sociedade industrial que permite a igualdade entre as pessoas, mas, por outro lado, provocou o aumento da exploração do trabalhador e das desigualdades econômicas e sociais geradas pelo sistema, assim como a substituição da economia baseada na produção de bens para a produção de serviços.

Com relação à subjetividade humana, Camargo (2014), apoiado nos estudos e pesquisas de Félix Guattari (1990), enfatiza que o sistema capitalista visa produzir nos jovens determinadas maneiras “de sentir, de pensar, de se comportar, de desejar, de falar e de se relacionar uns com os outros, pautados nos valores capitalísticos”. Desde a tenra idade os

jovens são estimulados a consumir e valorizar os ideais do sistema capitalista em detrimento de valores mais humanísticos como a solidariedade, compaixão e fraternidade. Nessa perspectiva, Camargo (2014, p. 88) assinala que:

para Guattari, a transformação de setores não produtivos em produtivos era um antigo sonho histórico da burguesia para manter o controle sobre a produção de subjetividade. Controlar a produção de subjetividade e estimular sua produção por meio de uma série de máquinas sociais, técnicas e abstratas, assegurou à burguesia, enquanto classe social, a manutenção de seus privilégios até os dias atuais.

Existe uma intensificação de instrumentos utilizados para controlar e dirigir a subjetividade humana pautada no consumo e na defesa dos ideais capitalistas. Nesse cenário ambíguo e controverso, a educação é vista como componente principal para formar o indivíduo em harmonia com as demandas da sociedade contemporânea.

O uso das TDIC em áreas como saúde, transportes, biologia, dentre outras, vem crescendo, tanto na pesquisa como no aperfeiçoamento de instrumentos de diagnósticos e também no ensino através da integração de diversas tecnologias, o que demanda e repercute na preparação de profissionais qualificados para explorar todo o potencial que elas possuem.

Podemos inferir que o indutor do desenvolvimento econômico, cultural, social e educacional na conjuntura atual depende da relação que cada país possui com as TDIC e a qualificação de seus cidadãos para uso delas nas diversas atividades laborais e educacionais.

Na atualidade, a “educação é concebida como estratégia política para o alcance da hegemonia econômica, política, cultural e ideológica da lógica mercantilista do capitalismo” (JEZINE, et al., 2011, p. 58). Ao estabelecer uma análise comparativa entre o ensino superior do Brasil e Portugal, os autores apontam que o acesso ao ensino superior no Brasil cresceu principalmente pela atuação do setor privado; em Portugal, houve um processo inverso, a diminuição da participação do setor privado e o aumento do setor público no acesso ao ensino superior.

Ainda segundo os autores citados, o crescimento por meio de instituições privadas exclui uma parcela significativa da população que não pode financiar seus estudos; resultando na sua contribuição para o aumento de vagas ociosas no ensino superior. Souza (2010), analisando o aumento de vagas ociosas no Brasil, esclarece que houve um estímulo por meio de políticas públicas do aumento de vagas no setor privado e, simultaneamente, restrição de vagas no ensino público em decorrência da adoção de políticas neoliberais nos últimos anos.

A ampliação de vagas no ensino superior em instituições públicas ou privadas precisa considerar o perfil de estudantes outrora desassistidos pelo poder público por sua

condição econômica e social. “Torna-se imprescindível que lhes sejam assegurados, também, os meios de permanência sustentável, isto é, as condições adequadas para realizarem com boa qualidade os seus estudos (SOUZA; PEIXOTO, 2012, p. 5). Nessa conjuntura é crescente a privatização de instituições públicas, nas quais o ensino superior “passa a se adequar ao modelo pautado sob os padrões de produtividade, eficiência e eficácia do mundo da profissionalização, cumprindo a função ideológica de consenso e controle social” (JEZINE, al., 2011, p. 60).

As alterações no ensino superior no Brasil seguem uma agenda estritamente ligada ao processo de globalização da economia e das práticas neoliberais, o que implica cada vez mais conhecer esses fenômenos para compreender as mudanças que estão em curso no contexto das políticas públicas educacionais e da reestruturação do ensino superior paralelamente às transformações que estão acontecendo em escala planetária.

A compreensão das mudanças em curso no ensino superior no que se refere à educação profissional pode ser mais aprofundada quando observamos que “a inovação nos processos produtivos passou a requerer cada vez mais dos trabalhadores uma escolaridade básica acompanhada de contínua qualificação profissional” (TAKAHASHI, 2010, p. 387). Nessa direção o “Brasil passou então a fomentar a educação profissional de nível superior como uma resposta estratégica tanto de escolarização quanto de atendimento ao setor produtivo” (TAKAHASHI, 2010, p. 387).

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), “entre outros aspectos, dedicou um capítulo inteiro à EP, objetivando a modernização dessa modalidade no país, de modo que os egressos possam acompanhar o avanço tecnológico e atendam às demandas do mercado de trabalho, as quais exigem flexibilidade, qualidade e produtividade” (PASSOS; NOVICCKI, 2013, p. 2).

Segundo Takahashi (2010, p. 387), essa realidade foi impulsionada por três fatores principais:

- Crescimento expressivo de contingentes de estudantes formados no Ensino Médio buscando a continuidade dos estudos como resultado da ampliação das vagas na educação básica nos últimos 10 anos.
- O crescimento da economia baseada no conhecimento obrigando os sistemas educacionais qualificar os trabalhadores de forma que as organizações possam inserir-se na economia globalizada.
- Tendência mundial de investimentos na educação profissional. Nos estados Unidos e em alguns países da Europa, mais da metade dos estudantes formados no ensino superior são oriundos dessa modalidade de ensino.

Nessas circunstâncias, a expansão e os investimentos na educação superior no Brasil, especialmente nos cursos tecnológicos, segue uma tendência verificada em outros países desenvolvidos e em desenvolvimento, que visualizam na educação profissional requisitos essenciais para o aprimoramento de competências e habilidades requerido pelo mundo do trabalho. Observamos também o aprofundamento da intervenção de organismos financeiros internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) na definição de políticas públicas e diretrizes educacionais do Brasil, destinadas à formação e qualificação profissional, que atuam para estabelecer critérios e requisitos para investimento em educação em consonância com as necessidades advindas do processo de globalização em que “a educação profissional emerge como uma forma particular de educação, sujeito à força unilateral do capitalismo, formando o trabalhador para atender às constantes transformações do volátil mundo do trabalho/emprego” (FERNANDES, 2012, p. 41).

Atualmente, a educação superior tecnológica trabalha para atender demandas específicas do mundo do trabalho. Sua expansão significa que cada vez mais há uma tendência do ensino superior brasileiro de convergir para o desenvolvimento de competências e habilidades que preencham as lacunas identificadas na formação de profissionais para lidar com as incertezas e constantes inovações produtivas e desafios de diferentes cenários forjados por essa sociedade. Contrárias a essa compreensão Cêa e Sandri (2008, p. 85) advertem que concordar com a formação humana pautada no desenvolvimento de competências e habilidades para a empregabilidade “resulta numa visão pragmática e utilitarista (...) que pressupõe que educar é educar unicamente para o emprego e a sociedade vigente”. Ramos (2001, p. 291) segue essa mesma linha de interpretação ao esclarecer que a noção de competência assume um olhar de “adaptação do trabalhador à vida contemporânea”.

Lopes (2001, p. 11) apoia e coaduna com a crítica da noção de competência implícita nas diretrizes, pois “tem por base o princípio de que a educação deve-se adequar aos interesses do mundo produtivo e não contestar o modelo de sociedade na qual está inserida”. A tensão existente entre a proposta de formação para além dos objetivos do sistema capitalista ou para adaptação reflete os conflitos de interesses, as visões de mundo e antagonismos presentes na sociedade contemporânea.

Para uma economia baseada na informação é essencial a definição de novos marcos conceituais e teóricos que respondam ao desenvolvimento econômico, científico, cultural e tecnológico atual. Portanto, uma das principais tarefas da sociedade contemporânea será a de repensar as atividades vinculadas à produção do saber, principalmente, a educação superior

responsável pela produção e pela difusão do conhecimento. Tal desenvolvimento depende da capacidade de adquirir e aplicar conhecimento, o que pode levar ao aumento de contrastes sociais pela ausência de uma educação que consiga democratizar o acesso, a permanência e a ponte para o mundo do trabalho. Para superar esse desafio é necessária uma aproximação maior entre o ensino superior e o setor produtivo.

A educação profissional e tecnológica é muito questionada por estar voltada diretamente para as demandas específicas do mundo do trabalho e seu caráter instrumental, entretanto, Castro (2015) é categórico ao afirmar que atualmente o ensino superior não consegue sobreviver sem comprar, vender e lucrar. É com pesar que o autor analisa a inviabilidade, nos dias atuais, de pensar o ensino superior apenas como *locus* de produção da “ciência pura” sem conexão direta com o setor produtivo. Ele acrescenta ainda que o cenário apresentado pelo ensino superior é “paradoxal, pois prega democracia, embora seja no fundo uma sociedade de classes e classista. Prega a revolução, mas está entre as instituições mais conservadoras e avessas à mudança”.

Civalsci (2011, p. 131) assinala que as “mudanças ocorridas no âmbito da educação sempre se pautaram em função da evolução do mercado de trabalho”. Nesse contexto é necessário compreender a expansão do ensino superior e dos cursos superiores de tecnologia admitindo os limites e possibilidades impostos pelo sistema capitalista, na qual se torna indispensável a integração do ensino superior às demandas do mundo globalizado. Com relação aos limites, entendemos que as mudanças na educação, de uma forma geral, e na educação profissional, de forma específica, prevalecem atualmente as finalidades propostas pelo modelo econômico e social de reprodução da sociedade capitalista. Em contrapartida, vemos como possibilidade a “construção de uma educação profissional centrada na formação multilateral que abarque conhecimento científico e prática de trabalho, um projeto de educação profissional emancipatório” (FERNANDES, 2012, p. 48).

Defendemos uma educação profissional emancipatória conforme almejada por Fernandes (2012) e Freire (1996); contudo, reconhecendo as limitações que o próprio sistema interpõe para anular qualquer projeto que esteja em dissintonia com seus interesses que, evidentemente, não coincidem com os objetivos da classe trabalhadora.

Nesse panorama, o processo de globalização altera as relações econômicas e sociais impulsionado pelo desenvolvimento científico e tecnológico, que por sua vez, cria novas demandas educacionais em que o conhecimento é percebido como o principal fator de produção. Nesse sentido, Souza e Peixoto (2012, p. 6) destacam que a “educação assume papel estratégico no desenvolvimento econômico de países e também no combate às

desigualdades sociais, por meio da reinserção dos indivíduos às novas sociedades constituídas em torno da informação e do saber”. As autoras destacam também que os cursos superiores de tecnologia representam uma nova modalidade de ensino superior criada para suprir as novas competências profissionais, o que implica maior interação e colaboração entre os trabalhadores, maior nível de abstração e domínio das TDIC, além de novas competências comunicativas. Acreditamos, portanto, numa aproximação maior das IES das demandas do mundo do trabalho sem perder de vista seu caráter crítico na definição de conteúdos e na seleção de atividades que promovam situações reais para resolução de problemas vivenciados no mundo do trabalho e as ferramentas necessárias para uma formação crítica e libertária.

A função social da educação pode ser vista pelo prisma do capital que enxerga a formação destinada exclusivamente para a empregabilidade ou por um viés comprometido com a transformação da realidade social no combate às injustiças sociais geradas pelo sistema capitalista. No contexto atual a educação deverá caminhar para a junção dessas duas perspectivas apesar de seu antagonismo. O ensino superior não pode prescindir de preparar os estudantes para os desafios do mundo do trabalho como também não pode negligenciar uma formação crítica e emancipatória voltada para a igualdade e a justiça social. A percepção da relevância da importância do investimento na educação profissional tecnológica é compartilhada por diversos países da América do Sul que o compreendem como uma alternativa para fortalecer e incentivar a formação de trabalhadores qualificados tecnicamente para ajudar no crescimento e diversificação da economia no mundo globalizado.

Como a educação superior não está desvinculada da educação básica, é necessário investir na formação de estudantes para o desenvolvimento de competências e habilidades que serão úteis no prosseguimento de estudos no ensino superior, como também para a vida profissional. Refletindo sobre a realidade da importância da educação profissional, o CENSUP de 2015 destaca que:

embora o bacharelado possua maior número de cursos, o tecnológico alcançou maior percentual de crescimento (24,5%) de 2010 a 2013, enquanto o bacharelado cresceu somente 7,9%. O fato de os cursos tecnológicos possibilitarem uma formação mais rápida e integrativa do tipo “educação, trabalho, ciência e tecnologia” pode ter contribuído para aumentar a sua demanda”. E acrescenta ainda “aproveitar as oportunidades da economia do conhecimento e tentar minorar os efeitos negativos que dela podem advir. Assim, nota-se paulatinamente o crescimento dos cursos tecnológicos. (INEP, 2015, p. 19).

A expansão dos CST aumenta o interesse nas pesquisas para investigar a organização curricular, legislação que respalda os cursos superiores e como os egressos estão inseridos no mundo do trabalho, requisitos profissionais obrigatórios para aumentar a produtividade numa

economia baseada no conhecimento. Na sociedade contemporânea a educação profissional pode destinar-se ao desenvolvimento humano em todas as suas matizes: intelectual, físico, laboral, social, político, cultural e econômico. Enfim, é possível defender uma educação profissional contra-hegemônica.

2.2 Bases Legais para a Concepção dos CST no Brasil

Os CST no Brasil vêm conquistando cada vez mais os nossos jovens, que buscam uma formação mais rápida e próxima ao mundo do trabalho e que os preparem para lidar com os desafios de ingressar, permanecer e se empregar numa sociedade cada vez mais exigente, competitiva e complexa.

No Brasil os CST foram concebidos a partir da Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968 que tratava de “fixar normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média”. No capítulo 23 (BRASIL, 1968), a referida lei aborda especificamente os cursos profissionais da seguinte forma:

Art. 23. Os cursos profissionais poderão, segundo a área abrangida, apresentar modalidades diferentes quanto ao número e à duração, a fim de corresponder às condições do mercado de trabalho.

§1º Serão organizados cursos profissionais de curta duração, destinados a proporcionar habilitações intermediárias de grau superior.

§2º Os estatutos e regimentos disciplinarão o aproveitamento dos estudos dos ciclos básicos e profissionais, inclusive os de curta duração, entre si e em outros cursos.

A educação profissional anterior à LDBEN de 1996 integrava o ensino médio e, como fica explícito na redação, tinha como finalidade “corresponder às condições do mercado de trabalho”. Nesse momento, final da década de 60 e início da década de 70, a educação profissional inaugura uma nova proposta para o ensino superior tecnológico: formar para as demandas do mercado de trabalho com uma flexibilização no prazo para sua realização, já que no cenário econômico, político e social da época era urgente qualificar profissionais para suprir as mudanças na economia implantadas pelo regime de exceção em que a “política educacional seguiu no regime militar, um rumo pragmático, ao ser articulada aos planos de governo como mero instrumento a serviço do crescimento econômico e da segurança nacional” (FONSECA, 2014, p. 252).

Na sua origem, os CST tiveram como finalidade estabelecer uma formação intermediária entre o ensino médio e superior; medida considerada como responsável pela

visão discriminatória entre os estudantes do ensino superior com duração de quatro anos (bacharelado e licenciatura) e os tecnólogos. (BORELLI et al., 2015).

Jucá et al. (2010, p. 2) destacam que o crescimento dos CST no Brasil contribuiu para o avanço na educação superior no país impulsionada, principalmente, pela aprovação da LDBEN de 9.394/96. Com relação à referida lei, os autores acrescentam que “a divisão da educação superior, artigo 44, onde os cursos superiores tecnológicos ficaram inseridos de forma horizontal ao bacharelado e à licenciatura, deixando o estigma de curso superior de curta duração”.

O período correspondente à década de 70 foi marcado pelo aumento do acesso ao ensino superior; contudo, foi inexpressivo diante das demandas e da realidade educacional brasileira à época. O crescimento dos cursos superiores no período justifica-se, segundo Takahashi (2010) e Pillmann (2012), em decorrência do processo de modernização do setor industrial brasileiro. Para Jucá et al (2010, p. 4) “no período de 1972 a 1974 ocorreu um incentivo especial para criação dos cursos de curta duração de tecnologia em função do convênio firmado entre MEC/USAID/BIRD, com o objetivo de inserir os jovens em novas tecnologias”. Além dessa proposta, Franzon (2015, p. 40621) destaca como impulsionador do acordo a

necessidade de adequar o ensino superior à realidade brasileira e solucionar também a crise pela qual passava a universidade (...) e visava uma formação técnica mais ajustada ao plano desenvolvimentista e econômico brasileiro, em consonância com a política norte-americana para o país.

De acordo com Lira (2010, p. 63-64), esse período foi caracterizado “pela intensificação do debate técnico em torno das limitações e possibilidades do tipo de desenvolvimento industrial (...) e por objetivos “voltada à abertura para novas alternativas que proporcionassem ao país a entrada numa nova fase de expansão econômica”. Os organismos internacionais estavam pressionando os agentes políticos brasileiros a aprovar e incentivar os cursos superiores de tecnologia com o objetivo de atender aos requisitos internacionais do mundo do trabalho utilizando de sua influência para sugerir mudanças (reformas) no ensino superior na década de 70.

Para Lordelo (2011), com o advento e acirramento da crise econômica na década de 70, os cursos tecnológicos foram desprestigiados na década de 80. “Vários cursos tecnológicos foram suspensos ou transformados em graduação plena, àqueles cursos voltados para o âmbito produtivo, tornaram-se cursos bacharelados de engenharia”; outros fatores que corroboraram para esse quadro dos cursos tecnológicos na década de 80 foram as dificuldades

“dos tecnólogos em manter-se ou entrar no mercado de trabalho, além das ações de corporativismo dos órgãos de registro e fiscalização” (LORDELO, 2011, p. 17).

A influência política dos organismos internacionais vigora até os dias atuais. No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), essas agências conseguiram implantar sua agenda de forma irrestrita de tal forma que as diretrizes, programas, projetos e políticas foram elaborados e executados pautados pelos interesses desses organismos, desconsiderando a realidade cultural, social e econômica local.

Durante os governos dos presidentes Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2015) o posicionamento permaneceu inalterado; todavia, diferente do seu antecessor, observamos — mesmo com o incentivo e subsídio junto ao setor educacional privado, consideravelmente expandido com o apoio dos recursos públicos — uma política de expansão das universidades e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFS).

Apesar de muitas práticas e posturas semelhantes na área educacional entre os governos de Fernando Henrique, Lula e Dilma, Fonseca (2014, p. 2) assinala que nos governos Lula e Dilma “as propostas, de certa maneira, apresentaram uma forma diferenciada de conduzir as políticas públicas, ressaltando o desenvolvimento com justiça social e o estabelecimento de parcerias criativas e transformadoras, a partir da construção de amplos consensos sociais”.

Na década de 70 podemos citar como inovador, a partir da aprovação da Lei nº 5.540/68, a possibilidade de ofertar CST em instituições superiores fora do âmbito federal e por meio do “Parecer de nº 44/72, do Conselho Federal de Educação, com base no Art.18 da Lei 5.540, de 1968, os cursos superiores de curta duração podem ser criados independentemente da autorização prévia do Conselho Federal de Educação” (VITORETTE, 2001, p. 20).

O parecer CNE/CES Nº 436/2001 que trata de CST e a Formação de Tecnólogos destaca que até a década de 80 a “formação profissional limitava-se ao treinamento para a produção em série e padronizada. A partir de então, as novas formas de organização e gestão modificaram estruturalmente o mundo do trabalho” (BRASIL, 2001, p. 1). O Parecer destaca ainda que as novas formas de ordenação e gerenciamento produtiva aliadas ao novo cenário econômico estabeleceram novas demandas e exigências profissionais que repercutiram na forma de conceber os cursos da educação profissional até então vistos “como simples instrumento de política assistencialista ou linear ajustamento às demandas do mercado de

trabalho, mas sim como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade” (BRASIL, 2001, p. 1).

Essa alteração no conceito dos cursos tecnológicos foi ratificada na LDB (1996), a qual deu especial atenção à formação voltada para a educação profissional tecnológica. Na contemporaneidade em que presenciamos abruptas mudanças na economia e nas relações de trabalho “a educação profissional requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões” (BRASIL, 2001 p. 2).

A partir desse enfoque, observa-se também que a legislação brasileira acompanhou as mudanças emanadas da sociedade criando um arcabouço normativo que evoluiu e cresceu para fundamentar e regular a oferta da educação profissional em decorrência do desenvolvimento científico e tecnológico e mudanças do mundo do trabalho, mas que não se restringe somente a ela, já que as mudanças afetam a educação infantil, básica e superior sem precedentes nas últimas décadas.

Nessa perspectiva, as mudanças na legislação e as reformas e diretrizes da educação profissional só poderão ser compreendidas em sua completude se forem analisada integrando-as às questões econômicas, sociais e políticas da sociedade capitalista em que a “educação parece manter a lógica da subordinação do setor educacional à economia” (FERRETI e SILVA, 2000, p. 51); logo, qualquer análise que ignore e reduza essa realidade enviesa a leitura apropriada das mudanças em curso no campo educacional.

É nesse quadro de contradições e de novas demandas educativas e profissionais ensejadas pela sociedade capitalista que podemos compreender as diretrizes e normas que regem a educação profissional em nosso país; pautadas em demandas econômicas e produtivas globais e locais que visam qualificar o trabalhador para atender as necessidades técnicas e tecnológicas da sociedade contemporânea tendo como objetivo final “preparar o trabalhador polivalente, tanto técnica quanto socialmente, para atividades mutáveis e sujeitas a imprevistos” (FERRETI e SILVA, 2000, p. 52).

Dessa forma, é imprescindível explicitar que as transformações advindas do mundo do trabalho e das inovações tecnológicas impulsionam mudanças legais que repercutem nas relações entre educação, trabalho, ciência e tecnologia de modo a atender às exigências explanadas acima em que a educação é concebida como meio para atendimento aos novos padrões tecnológicos e de empregabilidade. Jucá et al. (2010, p.5) endossa essa assertiva ao destacar que:

para afirmar tais propósitos, surge o Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997, que regulamentou a Lei nº 8.948/94, que tratava da criação dos Centros de Educação Tecnológica como modalidade de instituição especializada em Educação profissional, com a finalidade de formar e qualificar profissionais nos vários níveis e modalidade de ensino, para diversos setores da economia e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

O Parecer do CNE de nº 776/97 apresenta orientações referentes à elaboração das diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Neste documento, o CNE reforça a necessidade da formação de nível superior estar mais próxima à realidade profissional dos graduandos, sublinhando que esses cursos precisam preparar “o futuro graduando para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional” (BRASIL, 1997, p. 2).

Esse argumento permeará todos os pareceres relacionados aos cursos superiores tecnológicos, essa ênfase é dada principalmente porque, segundo Oliveira (2003, p. 23-24)

estamos vivendo um momento de transição do modelo de desenvolvimento industrial para o de desenvolvimento informacional e isso leva a um intenso movimento de mudanças nas esferas econômicas, políticas, sociais e culturais das sociedades. Além disso, percebe-se que a capacidade de produzir, interpretar, articular e divulgar conhecimentos e informações passa a ocupar espaços de destaques na agenda estratégica dos setores produtivos e dos Estados. Com isso, a vantagem competitiva entre as nações passa a depender em grande escala da capacitação de seus cidadãos, da qualidade dos conhecimentos que estes possam produzir e transferir para os sistemas produtivos e também de qual capacidade tenham de aplicar e gerar ciência e tecnologia na produção de bens e serviços. Nesse cenário ganha espaço a educação no ensino superior e principalmente o ensino superior tecnológico.

O Parecer CNE/CES nº 436/2001 segue esse mesmo direcionamento de aliar as demandas do cenário econômico e produtivo às necessidades de ajuste e reordenamento dos processos educativos e conseqüentemente de um novo olhar para a educação profissional na atualidade na qual reivindica “além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões”. (BRASIL, 2001, p. 2).

O referido parecer assinala ainda que os CST poderão ser ofertados por universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades isoladas e institutos superiores, sendo que as universidades e centros universitários gozam de autonomia para criar cursos e extingui-los, como também para aumentar e diminuir o quantitativo de vagas a seu

critério; tal prerrogativa não se estende às demais instituições que precisam estar de acordo com a legislação vigente de autorização prévia do MEC.

Já o Parecer CNE/CP nº 29/2002, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e funcionamento dos CST, sublinha que a sua principal característica e o que o distingue dos demais cursos não “é sua duração, e sim o seu perfil profissional de conclusão” (BRASIL, 2002b, p. 12). Outro aspecto significativo que o parecer visa esclarecer diz respeito à duração e às diferentes modalidades de oferta dos cursos os quais buscam ‘atender a realidades diversas do mercado de trabalho’.

Outro aspecto que o parecer apresenta é justamente a respeito do olhar preconceituoso sobre a educação profissional e tecnológica historicamente defendida em nossa sociedade que se caracterizava pela crença de que se tratam de cursos voltados para camadas populares mais desassistidas economicamente e de qualidade duvidosa. Em contraposição a esse olhar, o parecer assinala que os cursos de educação profissional são concebidos atualmente “como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso a conquistas científicas e tecnológicas da sociedade, que tanto modificam suas vidas e seus ambientes de trabalho”. (BRASIL, 2002, p. 19).

O Parecer CNE/CEB nº 16/99 enfatiza que, a rigor, “após o ensino médio tudo é Educação Profissional” e que “a diferença fica por conta do nível de exigência das competências e da qualificação dos egressos, da densidade do currículo e respectiva carga horária” (BRASIL, 1999, p. 573). Em relação à carga horária dos CST dependerá:

- a) do perfil profissional de conclusão que se pretende;
- b) da metodologia utilizada pelo estabelecimento de ensino;
- c) de competências profissionais já constituídas em outros cursos superiores de graduação ou de pós-graduação;
- d) de competências profissionais já desenvolvidas no próprio mercado de trabalho mediante avaliação da escola;
- e) de competências adquiridas por outras formas, como em cursos técnicos, em cursos sequenciais por campos do saber, de diferentes níveis de abrangência, e mesmo no trabalho, que devem ser criteriosamente avaliadas pela escola (BRASIL, 2002, p. 51).

Ainda de acordo com o Parecer supracitado as finalidades dos cursos de graduação tecnológica são:

- desenvolver competências profissionais tecnológicas para a gestão de processos de produção de bens e serviços;
- promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;

- cultivar o pensamento reflexivo, a autonomia intelectual, a capacidade empreendedora e a compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos, nas suas relações com o desenvolvimento do espírito científico;
- incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, a criação artística e cultural e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;
- adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e atualização permanente dos cursos e seus currículos;
- garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular.

As competências, habilidades, identidade e perfil do tecnólogo atualmente estão voltados para áreas carentes do mundo do trabalho, principalmente, relacionadas aos processos de produção de bens e serviços em que os conhecimentos operacionais, técnicos e gerenciais são fundamentais. Nesses ambientes de trabalho exige-se do profissional uma constante formação que o prepare para lidar com as permanentes mudanças nas condições de trabalho.

Nessa direção, as normas e diretrizes enfatizam o perfil do curso e dos estudantes a partir do panorama econômico que demanda dos profissionais maior flexibilidade, autonomia, criticidade, espírito colaborativo e empreendedor e que saiba integrar a sua formação conhecimentos científicos, operacionais e interpessoais para atender as mutações do mundo do trabalho.

O parecer em análise apresenta as necessidades do mercado de trabalho e de adequação da formação profissional a essa nova realidade sem, contudo, estabelecer um contraponto ou uma visão mais crítica e humanista que compreenda os cursos de graduação tecnológica não apenas como requisito para a empregabilidade, mas, sobretudo, como requisito para o exercício da cidadania e para a compreensão da sociedade na qual ele está inserido, com a capacidade não apenas de adapta-se a ela, mas, também, de transformá-la, como pondera a Constituição Federal de 1988, artigo 205, e a LDBEN, artigo 2, ao destacar que a “finalidade da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988; 1996).

Essa visão também é compartilhada por Oliveira (2003, p. 27), defensor de que a oferta dos cursos tecnológicos deverá vincular-se aos

princípios ligados à omnilateralidade da formação humana; à interlocução entre a formação para a cidadania e a capacitação profissional; a uma visão de tecnologia que ultrapasse o reducionismo da sua aplicação prática; à consistência teórico-conceitual integrada a uma prática efetiva e eficiente.

No quadro 1, exibido na página a seguir, apresentamos os referenciais que caracterizam os CST.

Quadro 1 - Referenciais que Caracterizam os CST

Natureza	Certas áreas são, por natureza, essencialmente científicas e outras essencialmente tecnológicas. No primeiro caso, por exemplo, Matemática, comporta cursos de Bacharelado e não de Tecnologia. No segundo, por hipótese, informática, comporta cursos, onde a ênfase da formação e da atuação do profissional situa-se, fortemente, tanto no campo da ciência quanto no da tecnologia.
Densidade	A formação do tecnólogo é, obviamente, mais densa em tecnologia. Não significa que não deva ter conhecimento científico. O seu foco deve ser o da tecnologia, diretamente ligada à produção e gestão de bens e serviços. A formação do bacharel, por seu turno, é mais centrada na ciência, embora sem exclusão da tecnologia. Trata-se, de fato, de uma questão de densidade e de foco na organização do currículo.
Demanda	É fundamental que tanto a oferta de formação do tecnólogo, como do bacharel correspondam às reais necessidades do mercado e da sociedade. Há uma tendência perniciosa de se imaginar e supor uma certa demanda comum tanto do tecnólogo como do bacharel. Às vezes, os dois juntos, para a mesma área, sem perfis profissionais distintos, acarretam confusões nos alunos e no próprio mercado de trabalho. É necessária clareza na definição de perfis profissionais distintos e úteis.
Tempo de formação	É muito difícil precisar a duração de um curso de formação de tecnólogo, objetivando fixar limites mínimos e máximos. De qualquer forma, há um relativo consenso de que o tecnólogo corresponde a uma demanda mais imediata a ser atendida, de forma ágil e constantemente atualizada.
Perfil	O perfil profissional demandado e devidamente identificado constitui a matéria primordial do projeto pedagógico de um curso, indispensável para a caracterização do itinerário de profissionalização, da habilitação, das qualificações iniciais ou intermediárias do currículo e da duração e carga horária necessárias para a sua formação.

Fonte: Parecer CNE/CP n.º 29, de 3 de dezembro de 2002,

A Resolução CNE/CP n.º 3/02 que estabelece as DCN para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia, no seu artigo 3º, destaca “são critérios para o planejamento e a organização dos CST:

- I - o atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado de trabalho e da sociedade;
- II - a conciliação das demandas identificadas com a vocação da instituição de ensino e as suas reais condições de viabilização;
- III - a identificação de perfis profissionais próprios para cada curso, em função das demandas e em sintonia com as políticas de promoção do desenvolvimento sustentável do País (BRASIL, 2002a, p. 2).

O Parecer CNE/CES n.º 277/2006 postula que, em decorrência do desenvolvimento tecnológico apresentar-se de forma muito dinâmica na atualidade, do mesmo modo, a legislação deve ser mais geral para evitar entraves indesejáveis que poderiam retardar o progresso na educação tecnológica (BRASIL, 2006a, p. 3). No documento fica evidente a

relação existente entre a legislação e suas mutações; as demandas oriundas das transformações sociais que na contemporaneidade são caracterizadas principalmente pelo desenvolvimento e a evolução do conhecimento científico e tecnológico. A legislação acompanha e se atualiza para responder às mudanças em curso em nossa sociedade.

A legislação tecnológica em vigor considera que a formação, a educação, a ciência, a inovação e o desenvolvimento das atividades econômicas baseadas nos serviços eletrônicos e digitais são pilares de uma sociedade baseada na economia. Nesse sentido, é possível depreender que o olhar dos cursos superiores de tecnologia a partir do marco legal reforça o espaço privilegiado que ocupa nas atuais políticas educativas que consideram a educação profissional estratégica para o cenário econômico atual.

Fernandes (2012, p. 43) postula que os atos legais asseguram as demandas do sistema capitalista e seguem uma orientação estritamente neoliberal em que “privilegiou-se apenas o desenvolvimento de habilidades e competências para execução de postos de trabalho, o que, indubitavelmente, ocasiona uma educação fragmentada para um trabalhador ajustado às necessidades mercadológicas”. Esse posicionamento vai de encontro à visão dos pareceres analisados que refuta a arguição ao assinalar que, no que diz respeito ao atendimento às necessidades do capital, não se restringe apenas a esse aspecto, já que a educação profissional configura-se como estratégia de desenvolvimento científico, tecnológico e econômico das sociedades atuais, imprescindível para a promoção de uma maior equidade social por oferecer condições de competitividade aos cidadãos no mundo do trabalho, mas também de transformação da realidade na qual ele participa ativamente.

Uma visão mais acurada da legislação como também das políticas públicas voltadas para a educação profissional, toma como princípio as transformações produtivas e as demandas para o desenvolvimento de novas competências e habilidades em que as mudanças e inovações são permanentes, cabe, portanto, questionar a serviço de quem estão definidas essas exigências profissionais para, assim, poder se posicionar criticamente frente a essa perspectiva.

Tesser (2011, p. 57) compreende que “a legislação educacional atual para a educação profissional traz uma proposta voltada para o desenvolvimento integral do cidadão e não apenas para aquisição de conhecimentos técnicos, visto que o mercado exige um trabalhador com inúmeras competências”.

Esta seção refletiu como o desenvolvimento científico modificou as relações sociais, econômicas e culturais na atualidade e como essas transformações afetam os processos educacionais por meio de políticas neoliberais criadas para atender as demandas da

globalização. Constatamos que a formação do tecnólogo na contemporaneidade busca atender necessidades específicas do mundo do trabalho como também “enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade” decorrentes das inovações tecnológicas e dos processos produtivos que exigem uma formação profissional mais condizente com esse cenário.

Analisamos como a Educação Superior Tecnológica visa suprir carências por novas competências profissionais e como foram concebidos e a trajetória dos CST no Brasil por meio do estudo das bases legais (Pareceres, Resoluções e Decretos) que orientam a oferta dos cursos tecnológicos e sua conexão com as mudanças ensejadas no mundo do trabalho. Passaremos agora a examinar mais detidamente a identidade dos cursos tecnológicos e os currículos dos CST.

3 CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA

Com a automação dos meios de produção de bens e serviços, novas exigências profissionais são requeridas do trabalhador para enfrentar os inúmeros desafios decorrentes das abruptas mudanças na economia, na ciência e no avanço das tecnologias. Os trabalhadores, em geral, não estão conseguindo acompanhar os avanços do progresso tecnológico, tendo em vista, que as mesmas tecnologias que aumentam e aceleram a produção tornando-a mais eficiente e eficaz acabam reduzindo o acesso de trabalhadores ao mundo do trabalho.

É evidente que nem todas as mudanças no setor produtivo são resultado do emprego das tecnologias no processo produtivo, contudo, o domínio das tecnologias e uma formação que prepare o cidadão para essa realidade é cada vez mais premente e urgente. Vivenciamos um cenário de permanente instabilidade sociopolítica e econômica que gera incertezas em relação ao futuro e afeta diretamente o trabalhador, sendo necessário um maior investimento na sua formação e qualificação, e no qual cresce a necessidade de experiência educacional e profissional. Nessa perspectiva, “a educação, sobretudo a profissional, deve, acima de tudo, permitir ao educando a compreensão e a transformação da realidade em que vivem. Isto implica na capacidade de produção política, cultural e econômica.” (TESSER, 2011, p. 104).

Souza e Peixoto (2012, p. 1) destacam que os cursos superiores de tecnologia surgiram na década de 60 “apoiados em necessidades do mercado e fomentados pela reforma universitária de 1968”. Já Machado (2008, p. 2) assinala que, em consonância com a legislação educacional brasileira, “torna-se tecnólogo quando se obtém um diploma após a integralização de um curso superior de tecnologia”. Ainda de acordo com o autor, os cursos de tecnologia “se estruturam para abranger áreas especializadas e atender necessidades de setores da economia” (MACHADO, 2008, p. 2).

Juca et al. (2010, p. 2) sublinham que o tecnólogo “deverá receber uma sólida formação científica, com espectro de atuação mais específico e que lhe proporcione uma compreensão teórica e prática das atividades que irá executar, tornando-o apto a desenvolver, de forma plena, uma determinada área profissional”. Seguindo esse mesmo enfoque, Christophe (2005, p. 4) descreve que os cursos tecnológicos são “focados no domínio e na aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos em áreas de conhecimento relacionado a uma ou mais áreas profissionais”, e, ademais, “buscam o desenvolvimento de competências profissionais que possibilitem a correta utilização da tecnologia”.

Oliveira (2013, p. 154) posiciona-se contrário a Juca et al, (2010) e a Christophe (2005) ao afirmar que os cursos tecnológicos são criados “para atender demandas específicas do mercado de trabalho, com uma duração reduzida e direcionada principalmente à classe trabalhadora, e por isso dificilmente escaparia à visão instrumental e determinista da tecnologia. Ainda segundo Oliveira (2013, p. 154) “outro fato a ser considerado é que os CST têm sido conformados exclusivamente de mão de obra especializada para o setor produtivo”.

Os tópicos a seguir abordam a identidade do tecnólogo em comparação com outras modalidades profissionais e as perspectivas de inserção no mundo do trabalho, debatem a estruturação dos currículos atrelada às demandas impostas pelo quadro econômico atual.

3.1 Identidade dos Cursos de Tecnologia: tendência e perspectivas atuais

No que tange ao perfil dos cursos CST, Lima (2010, p.148) ressalta a importância de se realizar "uma discussão mais profunda sobre os objetivos e propostas que se apresentam para a identidade e futuro da educação profissional e tecnológica e de suas instituições". Os cursos tecnológicos estão integrados “às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetiva garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias” (BRASIL, 2002, p. 1).

A Portaria nº 10, de 28 de julho de 2006 aprovou em extrato o Catálogo Nacional dos CST com a intenção de “estabelecer um referencial comum às denominações dos cursos superiores de tecnologia”. Na Portaria foi considerado “a necessidade de consolidação desses cursos pela afirmação de sua identidade e caracterização de sua alteridade em relação às demais ofertas educativas” (BRASIL, 2006b).

Quando se busca determinadas características para identificar o que é um Curso Superior de Tecnologia pretende-se reconhecer e estabelecer critérios que os diferencie ou os equipare a outras ofertas educacionais como, por exemplo, cursos de graduação em licenciatura e bacharelado.

Analisando as diferenciações entre os cursos de graduação tecnológica e de bacharelado Civalsci (2011. p. 81) esclarece que os cursos tecnológicos “habilitam os egressos a atuarem no nível operacional e gerencial das organizações, em uma área específica de conhecimento; ao passo que os cursos superiores de graduação bacharelado permitem que o egresso atue em todas as áreas do seu campo de conhecimento”. Desse modo, um dos

aspectos mais marcantes de diferenciação entre eles é justamente a área de atuação e abrangência de cada um. Takahashi (2010, p. 388) endossa essa proposição ao afirmar que

a principal diferença entre os cursos de graduação tecnológicos, que conferem o diploma de tecnólogo, e os cursos tradicionais de Ensino Superior, que conferem o diploma de licenciatura ou bacharel, está na proposta e nos propósitos de cada um. Os cursos tecnológicos vêm atender a uma demanda do mercado por especialistas dentro de uma área de conhecimento e estão orientados por características como foco, rapidez e flexibilidade, enquanto as outras modalidades de ensino superior visam formar generalistas.

O diferencial comparativo em relação a outras modalidades é ser organizado por eixos, cada um formado por unidades curriculares, sustentados por bases tecnológicas e competências profissionais (LORDELO, 2011, p. 16).

O conceito de eixo tecnológico surge da necessidade da “convergência interdisciplinar”, termo empregado no Parecer CNE/CES nº 277/2006 que trata da “nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de Graduação” para designar a nova metodologia da organização dos cursos da Educação Profissional como consequência talvez a mais importante seja “a necessidade de maior flexibilidade e de mais agilidade na implantação de correções de rumo para atender ao desenvolvimento tecnológico que se apresenta muito dinâmico nos tempos atuais”. Ainda de acordo com o referido parecer, essa nova reorganização favorece à “reestruturação disciplinar, evitando redundâncias, inflexibilidade curricular e modernizando a oferta de disciplinas. Uma das vantagens dessa nova organização é a possibilidade de transitar entre cursos semelhantes com mais facilidade” (BRASIL, 2006a, p. 2).

Infere-se que essa nova lógica de organização dos cursos superiores de tecnologia por eixos tecnológicos está também intrinsecamente imbricada ao conceito de interdisciplinaridade. Coimbra (2000, p. 52) compreende a interdisciplinaridade como conceito versátil e controvertido que empregado na educação justifica-se pela “preocupação com a busca de novos paradigmas, que viessem a responder às inquietações teóricas e práticas associadas às mutações que o saber e o agir enfrentam nos dias de hoje”. A organização por eixo, além de fortalecer a identidade dos cursos da educação profissional e tecnológica, serviu “também para afirmar ou identificar sua especificidade e para diferenciá-lo de outros cursos” (MACHADO, 2010, p. 94). A linha central de cada eixo, constituída por matrizes tecnológicas, tem fundamental importância na sustentação da organização curricular e da identidade dos cursos de educação profissional e tecnológica (MACHADO, 2010, p. 100).

De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), que tem como objetivo classificar as diversas ocupações no mercado de trabalho existentes no país, em 2006, “quando foi elaborado o catálogo de cursos superiores de tecnologia, havia no país, cerca de 3.500 cursos, representando 15% das graduações nacionais”.

“Os cursos tecnólogos ganham assim cada vez mais a adesão dos brasileiros e um dos motivos apontados é porque, diferente da graduação tradicional, eles costumam ter duração mais reduzida e currículo mais prático focado na preparação do mercado de trabalho” (OLIVEIRA, 2013, p. 21). Ainda de acordo com o autor, uma das justificativas para uma aprovação cada vez maior dos estudantes e a expansão da oferta deve-se ao

crescimento dos cursos superiores de tecnologia estar inserido no cenário de expansão do ensino superior. O aumento na oferta dessa modalidade de ensino de graduação está associado, por sua vez, às reformas ocorridas no sistema educacional e, num âmbito maior, às configurações socioeconômicas e políticas do país, que busca alinhar suas estratégias educacionais ao contexto internacional e às pressões exercidas para inserção na economia chamada globalizada (OLIVEIRA, 2013, p. 156).

O crescimento dos CST revela uma das facetas dessas transformações em andamento em nossa sociedade a qual “exige a preparação integral do cidadão, cultural geral, competências sociais e não apenas conhecimentos técnicos descontextualizados” (TESSER, 2011, p. 13). Civalsci (2011 p. 95) comenta que “ao analisarmos os Cursos de Graduação Tecnológica, identificamos a preocupação com a formação técnica, de gestão e liderança na área específica, mas principalmente uma orientação para atender o mercado de trabalho, ao passo que o Curso de Graduação Bacharelado enfatiza a formação para o mundo do trabalho como consequência da formação humana e profissional”. Já Oliveira (2013, p. 21) esclarece que “enquanto os bacharéis são preparados para a concepção, com mais ênfase na Ciência, com atividades mais abrangentes, o Tecnólogo tem uma formação mais focada na gestão de processos de produção de bens e serviços”.

Lordelo (2011, p. 26), por sua vez, enfatiza que a “identidade profissional é precedida por uma construção histórica do sujeito e do contexto em que vive e atua, neste caso, atuação profissional”. A autora acrescenta ainda que:

contrariamente à aprendizagem profissional de algumas décadas atrás, que era essencialmente prática, hoje, os novos conceitos de produção baseados no uso da tecnologia informacional e mudanças organizacionais tornam questionáveis noções como formação profissional para um posto de trabalho ou qualificação do emprego, visto que esta se encontra diluída face às intermináveis novas exigências de atuação do trabalhador. Atualmente, o que se vê é uma proposta em que a aprendizagem tem de ser também abstrata, já que se trata de desenvolver conhecimentos cada vez mais complexos a partir dos quais se modificarão processos. Serão introduzidas inovações

e solucionados problemas e imprevistos com exatidão e eficácia. O trabalho já não pode mais ser pensado a partir da perspectiva de um determinado cargo ou posto, mas de famílias de ocupações que exigem competências específicas (LORDELO, 2011, p. 32).

Considerando que a educação profissional está voltada para atender às necessidades econômicas, infere-se que “este mercado dita a demanda e como ela deverá ser atendida” (LORDELO, 2011, p. 107-108). A autora esclarece que, diante dessa lógica, as propostas educacionais “tornam-se descartáveis mediante os movimentos econômicos. Quando isso ocorre, percebe-se uma ruptura com a essência de todo processo educativo que, além de instruir o sujeito para o trabalho, deve construir princípios para a cidadania e interação social” e acrescenta que diferentes de outras profissões mais clássicas como Medicina, Direito e Engenharia, dentre outras, o tecnólogo teria uma identidade difusa em conceitos e atribuições. Já Oliveira (2011, p. 345) postula que a passagem da Sociedade Industrial para a Pós-Industrial “tem exigido uma maior reflexão sobre a organização social do trabalho, as exigências de novas competências e seus reflexos nas relações sociais e na formação identitária do sujeito”.

A singularidade dos cursos tecnológicos é a preocupação precípua com uma formação mais específica que atenda às necessidades do mundo do trabalho; portanto, mutável e transitório, o que reforça a necessidade de uma formação ao longo da vida, como também a necessidade de ter mais de uma formação, considerando a imprevisibilidade do cenário econômico atual.

O conceito de identidade profissional exige certa complexidade tendo em vista a pluralidade de significados que refletem as diferentes concepções teóricas, filosófica e pedagógica; entretanto, é um elemento fundamental para delimitar a atuação profissional na atualidade. Nesse contexto, identificamos que os cursos tecnológicos surgiram há aproximadamente 60 anos com o objetivo de atender às demandas do mundo do trabalho com forte viés instrumental e tecnicista, entretanto, as mudanças incorporadas pela sociedade advindas de novos paradigmas de produção impulsionados pelo desenvolvimento científico e tecnológico exigem uma formação muito mais complexa, pois implica a possibilidade concreta de participar de forma criativa e inovadora no mundo cada vez mais mutável e exigente profissionalmente.

Embora o tema identidade seja abordado, geralmente, na literatura para designar o perfil profissional de um determinado ofício como, por exemplo: enfermeiro, docente, médico, dentre outros, a finalidade dessa sessão foi delinear e distinguir os cursos tecnológicos de outras ofertas educativas do ensino superior.

3.2 O Currículo nos CST

As primeiras teorizações sobre o currículo surgiram no início do século XX com a obra clássica de Franklin Bobbitt "*The Curriculum*" que, apoiado nas concepções de Frederick Taylor sobre a organização do trabalho na indústria, buscou contemporizar no espaço escolar seus princípios básicos, fundamentados na eficiência e eficácia da administração das empresas para otimizar os processos educativos utilizando os mesmos fundamentos.

Essa perspectiva perpassou o século XX e adentrou o século XXI apoiada em novos paradigmas, mas, com a mesma proposição: formar estudantes em sintonia com as necessidades advindas do mundo do trabalho. Na perspectiva de currículo defendida por Bobbitt (2004), o professor desempenhava papel de transmissor de conhecimentos e técnicas que deveriam ser recebidas passivamente pelo estudante, que se alinhava com a visão ideal do trabalhador para a indústria do século XX.

Essa visão é realçada por Schön (2000, p. 226) ao afirmar que na educação tradicional o ensino é visto "como transferência de informação e a aprendizagem como recebimento, a armazenagem e digestão da informação". Hoje, sabemos que essa visão tradicional da educação não coaduna com as novas configurações sociais e do mundo do trabalho em que a liderança, iniciativa, autonomia, disciplina, proatividade, colaboração e engajamento são essenciais para o estudante e o profissional na atualidade.

Não podemos restringir o currículo a uma visão utilitarista da educação, contrariando, assim, o ideal de uma escola crítica e formadora de estudantes conscientes de seu papel na sociedade com capacidade de intervir e modificar a realidade na qual está inserido, por outro lado, se a formação atual não estimula o desenvolvimento das competências assinaladas acima, o estudante terá dificuldade de se inserir no mundo do trabalho.

Esse é o dilema que perpassa a educação contemporânea, "seus objetivos e práticas se revelam disfuncionais para a nova situação (mais do que já eram). São, ao mesmo tempo, requisitados tanto para servir à ideologia e dinâmica globalizante quanto para resistir a ela" (SACRISTÁN, 2012, p. 69).

Nesse contexto, o currículo na educação superior tecnológica deverá atender não apenas às necessidades do mundo do trabalho, mas, sobretudo, formar profissionais com capacidade de enfrentar o ritmo acelerado das mudanças atuais. Portanto, não pode focar apenas no desenvolvimento de habilidades específicas para ocupar um posto de trabalho, é de

vital relevância que na sua formação sejam desenvolvidas competências investigativas, reflexivas, questionadoras que o ajudem na compreensão dos processos econômicos, sociais e tecnológicos da atualidade, conforme assinala Takahashi (2010, p. 398):

os currículos dos CST devem ter flexibilidade, interdisciplinaridade, contextualização e atualização permanente. A interdisciplinaridade evita a segmentação de conteúdos, pois nessa perspectiva os conhecimentos não são unidades isoladas. A contextualização implica relacionar conteúdo e contexto para dar significado ao aprendizado, privilegiando metodologias que integrem a vivência e a prática profissional. A atualização envolve a adequação da organização curricular às demandas sociais, do mercado, das peculiaridades locais e regionais, da vocação e da capacidade institucional, e, por isso, deverá enfatizar as competências profissionais do tecnólogo e o perfil de conclusão pretendido.

O reordenamento das atividades produtivas impulsionadas pelo processo de globalização e o uso crescente das tecnologias no processo produtivo aumenta a necessidade de uma revisão curricular que dê conta dessas mudanças em curso. O perfil profissional contemporâneo congrega cada vez mais novas habilidades e comportamentos que respondam à intensidade com a qual são refletidas na formação profissional dos trabalhadores do século XXI em que o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo, a capacidade de trabalhar colaborativamente em grupo e o domínio das tecnologias no processo produtivo são cruciais na sociedade globalizada.

O trabalhador vê-se cada vez mais pressionado pelas múltiplas habilidades e competências demandadas pelo setor produtivo de estar constantemente atualizado e preparado para responder com eficiência à complexidade das novas formas de organização e gestão do trabalho. Portanto, “há necessidade de ampliar os saberes empíricos para que o estudante adquira mais conhecimentos científicos, bem como relacionados à cultura e à sociedade para que possa aprimorar sua autonomia” (CIVALSCI, 2011. p. 97).

Massetto (2001, p. 67) argumenta que “organizar um currículo é definir as características que pretendemos que os profissionais formados por este curso desenvolvam quanto ao conhecimento, as habilidades humanas e profissionais e aos valores e atitudes”. O currículo na educação profissional é estruturado considerando as transformações na organização social e as especificidades do mundo do trabalho, logo uma das principais características do currículo é seu caráter flexível.

Para Vitorette (2001, p. 14) é “urgente a superação da educação tecnológica da visão reducionista de uma formação fragmentada que separa técnica do conhecimento científico, teoria da prática, atividade manual das intelectuais, a execução da concepção”. O currículo na

educação profissional é elaborado pensando no perfil do egresso e seu melhor desempenho das funções laborais, por isso:

na construção da concepção de educação tecnológica, busca-se evitar a fragmentação do conhecimento, procurando vincular a concepção à execução, os conhecimentos científicos aos caminhos de suas aplicações e uma constante reflexão crítica sobre a ação, rompendo, assim, a utilização das técnicas como forma de dominação econômica(VITORETTE, 2001, p. 11).

Juca et al. (2010, p. 1) ressalta que os estudantes dos CST são inseridos no mundo do trabalho “em condições de desenvolvimento de pesquisa tecnológica, com seus currículos especializados, operacionalizados dentro da prática e numa duração inferior às graduações tradicionais”. Nessa linha de raciocínio Civalsci (2011, p. 92) sinaliza que “a formação profissional está atrelada a um conjunto de intenções estrategicamente elaboradas no currículo para formar um cidadão apto para o exercício profissional”.

Os estudantes na sua formação precisam desenvolver as competências que serão exigidas no exercício profissional. Nessa perspectiva, os CST elaboram o currículo aproximando os estudantes de situações reais vivenciadas em contextos profissionais onde a articulação teoria e prática são essenciais na formação do estudante. Uma visão equilibrada do currículo não pode prescindir da articulação teoria e prática, já que são indissociáveis na formação e na prática profissional de qualquer trabalhador.

O currículo na educação profissional não pode ser concebido exclusivamente numa perspectiva tradicional de transmissão de conteúdos necessários para o desenvolvimento de determinadas competências e habilidades. Além desses aspectos, o currículo precisa interligar a formação do estudante a situações reais do mundo do trabalho nas quais ele possa aplicar os conhecimentos aprendidos em cenários diferentes requeridos por diversas situações de trabalho.

Como o mundo do trabalho é dinâmico e apresenta mudanças abruptas, é necessário que a organização curricular, pedagógica e metodológica dos cursos superiores de tecnologia seja continuamente revista, conforme destaca Masetto (1998, p. 18):

o ensino superior certamente irá rever seus currículos de formação profissional à luz das exigências que estão postas para o exercício competente das profissões em nossa sociedade. A revisão dos novos perfis das várias carreiras, por certo, indicará as alterações curriculares que possam atender melhor às exigências atuais.

Os currículos da educação profissional são organizados de formar modular e com saídas intermediárias que permitem habilitações específicas e são concebidos e orientados de acordo com o Parecer de nº 29/2002 para o desenvolvimento de competências profissionais

vinculados ao perfil profissional de conclusão do curso, “o qual define a identidade do mesmo e caracteriza compromisso ético da instituição com os seus alunos e a sociedade” (BRASIL, 2002b, p. 43).

Para Tesser (2011, p. 15) “os currículos dos cursos superiores de tecnologia devem ser estruturados em função das competências a serem adquiridas e ser elaborados a partir das necessidades advindas do mundo do trabalho”, evidentemente, que essa concepção de currículo pressupõe flexibilidade curricular

receptiva às experiências do cotidiano profissional, considerando as necessidades de cada profissão”.[...] A flexibilidade faz-se necessária na organização dos currículos para acolher os seguintes aspectos: novas demandas da sociedade, novas demandas do processo do conhecimento e demandas por uma formação crítica e cidadã (GESSER; RANGHETTI, 2011, p. 10).

A noção de competência é essencial nos CST e pressupõe a integração de conhecimentos científicos e tecnológicos, habilidades manuais e intelectuais, como também o desenvolvimento de atitudes, princípios e valores que repercutirão na sua prática profissional e pessoal ao longo de sua formação e exercício profissional.

O currículo na educação superior tecnológica está baseado no desenvolvimento de competências que objetivam melhorar o processo educativo para a apropriação das tecnologias e dos meios de produção e aumentar o nível de competitividade das empresas e as condições sociais da classe trabalhadora com ampliação de oportunidades de crescimento pessoal e laboral.

Para Silva e Pacheco (2005), a sistematização dos currículos no ensino superior por competências visa atender às necessidades do mercado, assim como indicar uma mudança na perspectiva educativa baseada na transmissão para uma concepção de educação construtivista, mobilizada para a ação e não para a recepção do conhecimento. Os autores salientam que a concepção de educação tradicional atendia à indústria estruturada no modo de produção taylorista, já a concepção construtivista da educação atende à indústria pós-moderna.

Diante da complexidade da educação profissional, um dos grandes desafios curriculares é que as propostas didático-pedagógicas consigam integrar as práticas educativas às necessidades do mundo do trabalho e às competências técnico-científicas. Ademais, a complexidade de enxergar o currículo por esse prisma é justamente o dilema de formar o estudante apto para assumir diversas atribuições requeridas pelo mercado de trabalho, mas que não se limite apenas a essa proposição.

Jesus (2008) sublinha que o desafio da estruturação do currículo por competência no ensino superior é formar o estudante hábil para o mercado, que saiba criticar, refletir, indignar-se, e, quem sabe, até sonhar com uma sociedade para além do capital. Isso pressupõe uma educação que ultrapasse os saberes e competências requeridas pelo mundo laboral, tendo em vista que “currículo não é um elemento neutro de transmissão do conhecimento social. Ele está imbricado em relações de poder e é expressão do equilíbrio de forças que atuam no sistema educativo” (JESUS, 2008, p. 2641).

Nessa direção, Lotterman (2014, p. 20) propõe a adoção de uma perspectiva teórica crítica do currículo “comprometido com as transformações estruturais da sociedade contemporânea para a superação das relações de opressão produzidas pelo capitalismo”. O autor compreende que o currículo “em uma sociedade de classes, constitui a representação dos interesses do pensamento dominante, mas também traz em si contradições que podem ser identificadas pelo princípio da dialética” e acrescenta que a educação é “um compromisso político e, como tal, requer a compreensão de que educar exige interferir em determinada realidade e tomar posição (LOTTERMAN, 2014, p. 2).

O conceito de competência de acordo com Deffune e Depresbiteris (2000, p, 50-51) dependerá das concepções adotadas por cada autor, “das metodologias de análise das atividades do mundo do trabalho e das maneiras como as competências são vertidas para o currículo”. Nesse sentido, as autoras destacam as seguintes variações para a definição de competência:

- competência é a capacidade de uma pessoa para desenvolver atividades de maneira autônoma, planejando-as, implementando-as e avaliando-as;
- competência profissional é a capacidade de utilizar os conhecimentos e as habilidades adquiridas para o exercício de uma situação profissional;
- competência é a capacidade para usar habilidades, conhecimentos, atitudes e experiência adquirida para desempenhar bem os papéis sociais;
- competência é a capacidade para aplicar habilidades, conhecimentos e atitudes em tarefas ou combinações de tarefas operacionais;
- competência ocupacional é a habilidade para desempenhar atividades no trabalho dentro de padrões de qualidade esperados.

A organização do currículo por competências “mescla e integra conhecimentos gerais, profissionais, experiências de vida e de trabalho que normalmente são explorados isoladamente” (SILVA; PACHECO, 2005, p. 2936). Nas práticas pedagógicas dos cursos superiores, paralelamente, é necessário que o currículo nessa modalidade compreenda o estudante como protagonista do processo de ensino e aprendizagem, ao invés de um receptor passivo de informações muitas das vezes desconexas da realidade que o cerca e das demandas

exigidas na profissão ao final da sua formação acadêmica. O conhecimento não pode ser apreendido apenas abstratamente, mas por meio da prática, do acesso a informações e experiências que o auxiliarão na sua prática profissional.

O formato estanque e fragmentado do currículo favorece a exposição, ao invés da criação, a rigidez em oposição à flexibilidade, a estagnação em contraposição à dinamicidade do trabalho individual para o grupal, que é fundamental nesse desenho.

É inevitável a primazia que o estudante tem frente às novas teorizações e métodos utilizados no processo de ensino e aprendizagem que, apesar da exigência de um perfil profissional polivalente que saiba trabalhar em equipe e em situações inusitadas com criatividade e inovação, não são garantias de empregabilidade, tendo em vista que a sociedade capitalista, por mais avançada que esteja, não absorve todos os profissionais formados, por mais capazes e qualificados que estejam nessa estrutura social.

Os ajustes econômicos e a redefinição do papel do Estado - que passou de uma configuração voltada para o bem estar social para uma visão neoliberal, diminuindo significativamente a função estatal no atendimento às necessidades da população - representou não só a redução do número de trabalhadores do setor público através do enxugamento da máquina administrativa, como também do setor privado pelo avanço das TDIC e a exigência de profissionais com múltiplas funções que limite o acesso de diversos profissionais aos postos de trabalho.

Para conseguir os resultados esperados, a educação tecnológica precisará superar a visão preconceituosa adquirida ao longo do tempo de que possui baixa qualidade, e, ao mesmo tempo, promover uma maior articulação com o mundo do trabalho e as necessidades locais, nacionais e internacionais sem esquecer da formação integral do estudante.

O Brasil apresenta enorme potencial pela sua biodiversidade e recursos naturais disponíveis em todas as suas regiões, contudo, pouco explorado em comparação com outros países que oferecem, inclusive, condições menos favoráveis do que a nossa realidade e, ainda assim, conseguiram imprimir um ritmo de desenvolvimento e investimento que os coloca à nossa frente. Em busca da superação das dificuldades históricas, o governo busca, por meio de políticas públicas e diretrizes voltadas para a educação profissional, fortalecer uma organização da educação profissional destinada ao desenvolvimento de competências e habilidades que lhe permitam competir equitativamente com outros países desenvolvidos e em desenvolvimento de forma equânime.

Existe uma multiplicidade de conceitos e compreensão do que seja currículo. A literatura o concebe, geralmente, como sinônimo de planos de estudo, conhecimentos

necessários para transmitir aos estudantes qualquer elemento que interfere no processo educativo; entretanto, é necessário definir um conceito que contemple a educação superior tecnológica. Nessa perspectiva, podemos considerar que currículo trata-se de um conjunto de experiências adquiridas na formação do estudante mediante estratégias de ensino e aprendizagem que possibilitaram o desenvolvimento de competências requeridas pelo mundo do trabalho na sociedade contemporânea.

A educação profissional analisada pelo viés da globalização e da nova ordem econômica mundial demanda a aquisição e o domínio de competências básicas requeridas por cada segmento ocupacional. Schmidt (2003, p. 60) alerta que “toda e qualquer mudança não terá efeito se não acompanhar uma reconcepção do currículo”. Dessa afirmativa podemos inferir que transformações no mundo do trabalho exigem um novo desenho curricular que responda às mudanças em curso. Ainda de acordo com a autora, é imperioso repensar o currículo e a prioridade na qual o processo educativo é organizado na sociedade tendo em vista que

tomar decisões curriculares é essencialmente tomar decisões de valor, e decidir-se por uma definição de currículo está em se definir por uma determinada concepção que inclui compromissos sociais e políticos; uma vez tomadas essas decisões, a definição assume significado (SCHIMIDT, 2003, p. 60), 2003, p. 68).

Nessa perspectiva, o currículo precisa problematizar a realidade no qual ele está inserido, desafiando a resolver problemas com criatividade e objetividade que ensine a pensar, questionar, fazer.

Silva e Pacheco (2005, p. 2936) ressaltam que com o currículo “orientado por competências pretende-se, na verdade, que o aprendizado se organize não em função de conteúdos informacionais a serem transmitidos, mas sim, em função de competências que o educando deve desenvolver” ao longo da vida e considerando as mutações socioeconômicas, produtivas e tecnológicas. Evidencia-se assim que, conforme ressaltam esses autores, é urgente e fundamental a superação do currículo calcado no ensino e na transmissão dos conteúdos disciplinares para um currículo flexível, aplicado e apoiado no desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para a realização profissional dos sujeitos na sociedade contemporânea. A adoção dessa perspectiva apresentada acima, segundo Lopes (2001) e Ramos (2001), reforça o caráter reducionista e pragmático do currículo ajustado às demandas do mercado. Corroboramos com o posicionamento das autoras de que é crucial compreender o currículo como saberes necessários para intervir e transformar as relações sociais na sociedade capitalista.

Nesta seção apresentamos uma discussão sobre a identidade dos CST e os que diferenciam de outros formatos de graduação e como os currículos são ajustados para atender as novas configurações do mundo do trabalho preparando os estudantes para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea. No ensino superior tecnológico, essas transformações são perceptíveis nas propostas de adequação e reformulação do currículo que são atualizados para atender as mudanças em curso na sociedade e no incentivo crescente para o uso das TDIC na formação dos profissionais do século XXI.

Na próxima seção apresentaremos o contexto em que a investigação foi realizada, detalhando a caracterização do cenário, a instituição e os sujeitos participantes, além dos instrumentos de coleta e análise de dados utilizados na pesquisa.

4 CAMINHOS PERCORRIDOS NA INVESTIGAÇÃO

Este é um estudo de natureza qualitativa (FLICK, 2009) que investiga o caso da inserção dos egressos do curso superior tecnológico em hotelaria EaD do IFAL no mundo do trabalho. Para Gray (2012, p. 135), o estudo de caso caracteriza-se como uma “abordagem naturalista a qual busca entender fenômenos dentro de seus próprios contextos específicos”. Para Coelho (2005, p. 4) “a utilização do Método do Estudo de Caso pode envolver tanto as situações de estudo de um único caso quanto as situações de estudo de múltiplos casos”. Chizzotti, (2006, p. 136) corrobora com essa concepção ao definir que este tipo de investigação “visa explorar (...) um caso singular, situado na vida real contemporânea, bem delimitado e contextualizado em tempo e lugar para realizar uma busca circunstanciada de informações sobre um caso específico”.

Ponte (2006, p. 11) complementa essa ideia ao afirmar que se trata da análise de “uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico e, desse modo contribuir para a compreensão global de um certo fenômeno de interesse”.

Conforme sinalizado na introdução desta tese, o interesse em investigar a educação profissional atrelada à oferta pela modalidade a distância despertou-nos a curiosidade epistemológica (FREIRE, 1996) de investigar o movimento de inserção de estudantes egressos da EaD no mundo do trabalho. Para consecução desse objetivo escolhemos como *locus* de pesquisa o IFAL e o curso de Hotelaria EaD.

Um dos aspectos que contribuíram para a escolha desse locus foi a proximidade do pesquisador com a instituição, já que anteriormente havíamos lecionado no Curso de Especialização em Educação a Distância pelo Senac, no qual tivemos estreitado o contato com a equipe responsável pela coordenação dos cursos EaD que participaram integralmente da formação e, posteriormente, numa parceria entre a Coordenadoria Institucional de Educação a Distância da UFAL e o IFAL, por meio da participação como tutor da primeira edição do Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência), no qual atuamos como tutores, atendendo especificamente os professores vinculados ao IFAL.

Outro aspecto preponderante para escolha da instituição e do curso foi o conhecimento prévio da oferta de cursos tecnológicos na modalidade EaD. A partir de uma consulta prévia ao E-MEC identificamos que quatro IES ofertam cursos de hotelaria EAD no Brasil. Destas, uma estava localizada no Estado de Alagoas, as outras estão localizadas no Ceará, São Paulo e outra em vários municípios capilarizados através dos polos presenciais.

Essa opção foi ratificada pelo interesse mútuo do pesquisador em contribuir com uma investigação inédita no tocante ao tema abordado, como também em retratar uma realidade vinculada às demandas locais. A opção pela adoção do método de estudo de caso decorreu da própria dinâmica da pesquisa. Em termos de coleta de dados, esse tipo de investigação normalmente requer o uso de múltiplas fontes de evidência; contudo, para análise desse caso foi realizado: análise documental do PPC do curso de Hotelaria EaD; e análise de questionários aplicados aos egressos das turmas de 2007, 2009, 2010 e 2011 .

A análise desses dados se deu à luz da abordagem da análise de conteúdo proposta por Franco (2008) e Bardin (2011). Nesta sessão descrevemos o percurso metodológico trilhado para perseguir respostas ao problema de pesquisa, verificar as hipóteses apontadas e realizar os objetivos propostos.

4.1 Cenário da Pesquisa: o CST em Hotelaria EaD do IFAL

O atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, conhecido também como Instituto Federal de Alagoas foi instituído por meio da Lei nº 11.892/2008, que criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Antes dessa configuração, mais especificamente a partir de 1999, o IFAL era conhecido como Centro Federal de educação Tecnológica de Alagoas (CEFET/AL). Anteriormente a essa data, a instituição atendia pelo nome de Escola Técnica Federal de Alagoas (ETFAL), que remonta à criação da Escola de Aprendizes e Artífices implantada durante o governo de Nilo Peçanha em 1909. Sua base educacional é fundamentada no tripé pesquisa, ensino e extensão e contempla desde a formação básica até a pós-graduação. A premissa do instituto é ofertar “uma formação integral ao cidadão, por intermédio dos cursos de formação inicial, técnicos, superiores de tecnologia, bacharelado, de licenciatura e pós-graduação lato sensu e stricto sensu” (IFAL, 2016, p. 1).

Novas demandas se descortinam para o IFAL que oferta o ensino médio integrado e, com a nova configuração, disponibiliza também cursos nas modalidades presencial e a distância, de formação inicial e continuada e de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnológicos). Hoje o instituto dispõe de 16 câmpus estrategicamente localizados com vistas ao desenvolvimento econômico e cultural das cidades sedes; e possui aproximadamente 1200 servidores técnico-administrativos e professores e atende a mais de 10 mil estudantes.

No site do IFAL (2016)² encontramos informações relevantes sobre o histórico da EaD na instituição. A aprovação pela SEED de educação a Distância do projeto da execução do CST em Hotelaria a distância do Ifal ocorreu no ano de 2006 em resposta ao Edital nº 01, de 20 de dezembro de 2005, que trazia uma Chamada Pública do MEC para o processo seletivo de polos municipais de apoio presencial e de cursos superiores de IFES na modalidade de educação a distância para o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Os primeiros polos aprovados em 2006 foram o dos municípios de Mata de São João, no estado da Bahia, e Maragogi, em Alagoas, ambas cidades hoteleiras. A primeira turma iniciou-se no ano de 2007, outros polos foram incorporados tanto no estado de Alagoas, na cidade de Arapiraca, como também, na Bahia, contemplando as cidades de Ilhéus e Vitória da Conquista.

Além do curso de hotelaria EaD, o IFAL oferta os Cursos Superiores na área de licenciatura em Ciências Biológicas e Letras Português; na área de bacharelado, o curso de Administração Pública, todos na modalidade EaD. A seguir, disponibilizamos um quadro com os cursos ofertados pela instituição.

Quadro 2 – Cursos ofertados pelo IFAL

<p>Cursos técnicos de Nível Médio integrado e Subsequente presenciais</p>	<p>Técnico Integrado Campus Arapiraca - Eletroeletrônica e Informática Campus Batalha - Agroindústria Campus Coruripe - Edificações Campus Maceió – Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Estradas, Informática, Mecânica, Química, Artesanato PROEJA Campus Maragogi Agroecologia e Hospedagem Campus Marechal Deodoro Guia de turismo, Meio Ambiente, Hospedagem PROEJA, Cozinha PROEJA Campus Murici – Agroecologia e Agroindústria Campus Palmeira dos Índios – Edificações, Eletrotécnica e Informática Campus Piranhas Agroecologia e Agroindústria Campus Penedo Açúcar e Alcool e Meio Ambiente Campus Santana do Ipanema - Agropecuária Campus Satuba – Agroindústria e Agropecuária Técnico Subsequente Campus Batalha - Agroindústria Campus Coruripe Soldagem Campus Maceió Eletrotécnica, Mecânica, Química, Segurança do trabalho Campus Palmeira dos Índios Eletrotécnica, Redes de computadores,</p>
--	---

² <http://www.ead.ifal.edu.br/depead/historico>

	<p>Segurança do trabalho Campus Santana do Ipanema - Agropecuária Campus Satuba Agropecuária Campos - Segurança do trabalho Campus Rio Largo - Informática Campus Viçosa – Administração e Informática</p>
Cursos técnicos de Nível Médio Subsequente EaD	<p>Campus Arapiraca Secretaria Escolar e Infraestrutura Escolar Campus Maragogi Secretaria Escolar e Infraestrutura Escola Campus Palmeira dos Índios -Secretaria Escolar e Infraestrutura Escolar - Campus Penedo Secretaria Escolar e Infraestrutura Escolar - Campus Santana do Ipanema Secretaria Escolar e Infraestrutura Escolar Campus Satuba Secretaria Escolar e Infraestrutura Escolar -</p>
Cursos Tecnológicos Presenciais	<p>Campus Marechal Deodoro - Gestão Ambiental Campus Palmeira Dos Índios - Sistemas Elétricos Campus Satuba - Laticínios Campus Maceió - Alimentos, Design de interiores, Gestão de turismo e Hotelaria</p>
Cursos de Bacharelado Presenciais	<p>Campus Maceió Bacharelado em sistemas de informação campus palmeira dos índios Bacharelado em Engenharia Civil</p>
Cursos de Licenciatura presenciais	<p>Campus Maceió Licenciatura em Ciências Biológicas, Letras, Matemática e Química.</p>
Cursos Tecnológicos EaD	<p>Bacharelado em Administração pública (Polos de Maceió, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema, São José da Laje) Licenciatura em Ciências Biológicas (Polos de Arapiraca, Maceió, Palmeira dos Índios, Penedo) Licenciatura em Letras-Português (Polos de Arapiraca, Maceió, Maragogi, Penedo, Santana do Ipanema e São José da Laje) Tecnólogo em Hotelaria (Polos de Arapiraca e Maragogi/AL e Ilhéus, Mata de São João e Vitória da Conquista na Bahia)</p>

Fonte: elaborado pelo autor (2017)

Dados coletados no site: <http://www2.ifal.edu.br/>

No PPC do CST em Hotelaria a Distância enfatiza-se que a instituição é referência em educação tecnológica no estado de Alagoas e que tem como premissa ofertar educação básica e superior em todos os níveis e modalidades. Por meio da estruturação da instituição em multicampi, regiões estratégicas economicamente no estado são contempladas com unidades

que contribuem para o desenvolvimento econômico, social e cultural onde estão localizados os câmpus.

4.2 Instrumentos de Coleta e Análise dos Dados

Em maio de 2016 foi submetido ao CEP da UFAL o projeto dessa investigação junto com o instrumento de coleta de dados que foi aplicado aos egressos do CST em Hotelaria EaD do IFAL. Esse projeto, bem como o questionário, após duas reformulações propostas pelo CEP/UFAL, foi aprovado e consubstanciado por esse órgão em agosto de 2016, conforme se verifica no Parecer disponível no (Anexo A).

Inicialmente, entramos em contato com a DIREAD/IFAL com o objetivo de apresentar nossa proposta de investigação e obter apoio desse órgão para a recuperação dos e-mails de contato dos egressos, bem como obter informações relacionadas ao curso e que contribuíssem para a descrição do objeto de pesquisa. A diretoria solicitou ao administrador do Ambiente Virtual de Aprendizagem AVA Moodle que nos fornecesse a listagem dos e-mails desses egressos. Dessa forma, recebemos do administrador do Moodle do IFAL esses contatos via e-mail.

Com os contatos em mãos elaboramos o questionário (Apêndice B) a partir do perfil do egresso apresentado no PPC, no qual se propõe “formar profissionais fundamentados nas dimensões humanísticas, científica e tecnológica em condições de atuação nas áreas de gerência de Hospedagem, Alimentos e Bebidas, Compras, Marketing, Financeiro e Área Administrativa” para identificar as competências e habilidades desenvolvidas pelo egresso do CST em Hotelaria EaD e sua inserção no mercado de trabalho.

A lista de egressos recebida em agosto de 2016 continha 158 contatos. Em face da aprovação do instrumento de coleta de dados pelo CEP/UFAL e da posse dos e-mails dos egressos, encaminhamos nesse mesmo período uma primeira mensagem a esses sujeitos solicitando a sua participação na pesquisa respondendo o questionário enviado através do Google Docs.

Optamos pelo questionário online devido à possibilidade de alcançar aos sujeitos da pesquisa com agilidade e sem despendar de altos custos de correspondência que este meio proporciona. O questionário online foi desenvolvido no Google Docs porque essa é uma interface gratuita que organiza as respostas fechadas dos sujeitos em gráficos e lista as respostas abertas de forma ágil e organizada, o que otimiza o processo de pesquisa e facilita a análise dos dados.

No primeiro momento, copiamos todos endereços de e-mail dos egressos e enviamos uma mensagem única solicitando o preenchimento do questionário. Como resposta a esse movimento retornaram apenas 6 (seis) egressos. Diante do baixo número de respondentes, enviamos um novo e-mail. Dessa vez, ao invés de fazer um envio genérico, encaminhamos a mensagem individualmente e de forma personalizada. O texto do e-mail pode ser averiguado no quadro abaixo:

Quadro 3 - E-mail enviado ao egresso

Olá, (nome do estudante)! Boa tarde,

Solicitamos sua colaboração na pesquisa de Doutorado em Educação pelo PPGE da UFAL “Ensino superior tecnológico em Hotelaria a distância e sua interface com o mundo do trabalho”. Esta pesquisa investiga as competências e habilidades desenvolvidas pelo egresso do CST do IFAL e sua inserção no mundo do trabalho. O questionário a seguir se destina à coleta de dados.

Sua colaboração é muito importante, pois fornece subsídios valiosos no respectivo estudo.

Atenciosamente,
Aristóteles da Silva Oliveira

Observação: qualquer dúvida favor entrar em contato por e-mail: aristotelesoliveira@gmail.com ou telefone: (82) 98804-0177 ou 9661-1885.

Este é um convite para preencher o formulário **Questionário de Pesquisa IFAL - EGRESSOS DO CURSO DE HOTELARIA EAD**. Para preenchê-lo, visite:
https://docs.google.com/forms/d/1djXbuM03sYIrY5AT0PxEGPNumb8zU-iiuSlzMkrnHxOE/viewform?c=0&w=1&usp=mail_form_link

Muito obrigado por sua colaboração

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

A partir desse segundo e-mail retornaram mais 14 respostas, totalizando 20 questionários respondidos. Uma vez que a população desse estudo foi de 158 egressos, verificamos que a taxa de resposta a esse questionário foi de 12,6%. Segundo Chaer et al. (2011, p. 261), “em média, 25% dos questionários entregues é devolvido respondido”; no entanto, “para questionários online [...] uma taxa de resposta entre 20 e 30% é considerada altamente eficiente. Uma taxa de resposta de 10 a 15% seria uma estimativa mais segura ou conservadora caso uma população nunca tenha sido abordada” (SURVEYMONKEY, 2017,

online)³. Assim, percebemos que a taxa de respostas obtida para os questionários que retornaram reflete uma amostra dentro dos parâmetros esperados para um estudo dessa natureza.

O link do questionário foi encaminhado via e-mail aos egressos. Ao abrir esse link, esses sujeitos visualizavam, numa primeira tela, o TCLE que deveria ser lido e, caso concordassem em participar da investigação, deveriam avançar para a próxima tela na qual estaria disponível o questionário. No TCLE, esclarecíamos que o egresso não seria obrigado a participar da pesquisa e, caso optasse por colaborar, teria a sua identidade resguardada, pois os dados coletados serviriam exclusivamente para a pesquisa em exercício. Inicialmente foram solicitados os seguintes dados: nome completo, endereço, telefone, e-mail, idade, data do preenchimento do questionário. Após preencher esses dados era apresentado o termo de consentimento (Apêndice A).

Após o preenchimento dos dados solicitados e da leitura do TCLE, o egresso deveria assinalar as opções “Sim”, para o caso daqueles que concordassem em participar do estudo, ou “Não”, para o caso daqueles que não concordassem em participar do estudo. Caso o estudante não preenchesse todas as informações solicitadas, não poderia avançar para a próxima tela. Do mesmo modo, caso preenchesse esses dados, mas assinalasse a opção “Não”, seria impedido de avançar no questionário. As questões somente seriam liberadas para os sujeitos que preenchessem os dados solicitados e assinalassem a opção “Sim”, concordando com o TCLE. Os egressos que responderam ao questionário receberam uma cópia digital via e-mail do TCLE e o questionário respondido.

Segundo Marconi e Lakatos (1999, p. 33), “tanto os métodos quanto as técnicas devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas e que se queria confirmar, e ao tipo de informantes com que se vai entrar em contato”. Nesse sentido, optamos por construir o questionário de investigação com questões abertas e fechadas. Segundo Gil (1999, p. 128), o questionário pode ser entendido “como a técnica de investigação composta por [...] questões apresentadas [...] às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, [...], sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas”. O questionário foi organizado em dois blocos de perguntas: 10 perguntas abertas que enfatizavam a “Escolha profissional” desses sujeitos; e 12 perguntas fechadas que abordavam as “Competências profissionais” desenvolvidas por eles durante o curso.

³A SurveyMonkey é uma empresa especializada em questionários online de pesquisa quantitativa e que se volta para soluções estatísticas para sujeitos, organizações e instituições diversas. <https://pt.surveymonkey.com/>

As perguntas abertas, segundo Chaer et al. (2011, p. 262), “são aquelas que permitem liberdade ilimitada de respostas ao informante. [...]. Elas trazem a vantagem de não haver influência das respostas pré-estabelecidas pelo pesquisador, pois o informante escreverá aquilo que lhe vier à mente”. Para identificar os elementos que mobilizaram esses sujeitos a escolherem o CST em Hotelaria a Distância como via de profissionalização e de inserção no mundo do trabalho construímos 10 perguntas abertas. Foram elas:

1. Por que você escolheu fazer este curso?
2. Atuava na área antes da realização do curso?
3. O curso atendeu as suas expectativas de formação profissional?
4. Você repetiria essa escolha? Por quê?
5. Você atua na área de formação da graduação?
6. Relacione quais as mudanças ocorreram na sua vida profissional após a formação recebida até os dias atuais.
7. Quais as disciplinas que mais contribuíram para a sua formação profissional?
8. Você considera adequado o currículo do curso de Hotelaria as demandas do mundo do trabalho?
9. Como você avalia a formação recebida no curso em relação ao preparo para o ingresso no mundo do trabalho?
10. O que você mudaria no curso pensando na sua prática profissional? O que faz falta na formação do estudante EaD?

Construímos essas questões por entender que os desafios vivenciados pelos egressos desse curso na formação e na prática profissional passam pelos elementos que os mobilizaram a escolherem o CST em Hotelaria a Distância. Além dessas questões abertas, foram também construídas questões fechadas. Nas perguntas fechadas, optamos pela escala de Lickert em cinco níveis de satisfação: totalmente satisfeito, satisfeito, parcialmente satisfeito, insatisfeito, totalmente insatisfeito (VIEIRA; DALMORO, 2008). A escolha pela escala de Lickert se justifica porque esse tipo de técnica favorece a captação da “voz do [...] [sujeito] a respeito de como a [...] [instituição] pode ser avaliada em termos do que ela oferece” (LARENTIS; GIACOMELLO, 2012, p. 1) permite avaliar a percepção desses egressos acerca das contribuições desse curso para sua incorporação ao mundo do trabalho.

Com objetivo de preservar a identidade dos egressos que responderam a esse questionário⁴, esses sujeitos, a partir de suas contribuições, foram codificados nas análises como E1, E2, E3, e assim por diante.

O exercício de transcrição dos dados se constituiu também como um primeiro movimento de análise. Essa análise, assim como a construção do roteiro, tomou como referência o PPC do curso, o problema, os objetivos e as hipóteses dessa investigação. Ademais, contribuíram para evidenciar as categorias emergentes, a técnica da análise de conteúdo (FRANCO, 2008; BARDIN, 2011) e a interlocução com estudos contemporâneos que têm se dedicado à investigação no campo da formação de profissionais em nível tecnológico.

A análise de conteúdo opera por meio da decodificação do que está sendo comunicado (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). Já Chizzotti (2006) apresenta diversos procedimentos que podem ser utilizados para decodificação dos dados, como: análise léxica, análise de categorias, análise de enunciação e análise de conotações. Para essa pesquisa recorreremos à análise de conteúdo conforme delineado por Bardin (2011), o qual define três etapas ou fases: a) pré-análise, b) exploração do material e c) tratamento dos resultados: inferência e interpretação.

Na primeira etapa, realizamos a pré-análise dos dados coletados no questionário, de onde emergiram as categorias de análise, a saber: a) acesso ao ensino superior e ao mundo do trabalho; b) a curiosidade; c) manutenção e ascensão ao mundo do trabalho; d) identificação com o curso; e) satisfação com o CST em Hotelaria a Distância.

Na segunda etapa, procedemos à exploração do material e por fim, na última etapa, tratamos dos resultados por meio da inferência e interpretação dos dados. Mozzato e Grzybovski (2011, p. 736) advertem que a “análise de conteúdo não deve ser considerada e trabalhada como modelo exato e rígido”, ao mesmo tempo assinala que essa “flexibilidade” não pode interferir no rigor metodológico que qualquer investigação científica preconiza.

Tendo em vista o exposto acima, na próxima seção procederemos a análise e discussão do PPC e do questionário aplicados aos egressos do CST em Hotelaria EAD do IFAL.

⁴ A visualização do questionário é possível a partir do endereço:
<https://docs.google.com/forms/d/1djXbuM03sYIrY5AT0PxEGPNumb8zUiuSlzMkrnHxOE/viewform?c=0&w=1&usp=mail_form_link>.

5 RESULTADOS E ANÁLISES

No Brasil, os cursos da educação profissional estão divididos em eixos tecnológicos. Conforme a Lei nº 11.741/2008, que altera dispositivos da LDBEN/96 e visa redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica, os Eixos Tecnológicos como se definem como "grandes agrupamentos de práxis, de aplicações científicas à atividade humana: tecnologias simbólicas, organizacionais e físicas. Um eixo tecnológico teria um núcleo politécnico comum, fundamentando-se nas mesmas ciências, utilizando métodos semelhantes e tornando o processo educativo mais sintonizado".

Dados obtidas no Catálogo Nacional dos CST (BRASIL, 2010a) fornecem informações relevantes para instituições ofertantes, estudantes e professores sobre o perfil de competências, carga horária e infraestrutura recomendada para oferta do curso com qualidade. O Catálogo foi elaborado levando em consideração a dinâmica do setor produtivo. Os eixos estão organizados em: Ambiente e Saúde; Apoio Escolar; Controle e Processos Industriais; Gestão e Negócios; Hospitalidade e Lazer; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Militar; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial; Recursos Naturais e Segurança, totalizando 13 eixos tecnológicos. De acordo com o Catálogo Nacional dos CST, o Curso Tecnológico em Hotelaria pertence ao eixo Hospitalidade e Lazer e

compreende tecnologias relacionadas aos processos de recepção, entretenimento e interação. Abrange os processos tecnológicos de planejamento, organização, operação e avaliação de produtos e serviços inerentes à hospitalidade e ao lazer. As atividades compreendidas neste eixo referem-se ao lazer, relações sociais, turismo, eventos e gastronomia, integradas ao contexto das relações humanas em diferentes espaços geográficos e dimensões socioculturais, econômicas e ambientais. A pesquisa, disseminação e consolidação da cultura, ética, relações interpessoais, domínio de línguas estrangeiras, prospecção mercadológica, marketing e coordenação de equipes são elementos comuns deste eixo (BRASIL, 2010a, p. 42).

O perfil profissional do estudante do Curso de Hotelaria precisa desenvolver diversas habilidades e competências para atuar na profissão com ética, compromisso e responsabilidade, além de precisar se apropriar de conhecimentos e informações de diferentes áreas do conhecimento que auxiliarão no exercício profissional exigidos pelo mundo do trabalho. Urbanetz (2012, p. 870) destaca que existe um:

esforço do capital por uma formação polivalente, que supera a formação fragmentada anterior, embora tal modelo permita uma maior exploração dos trabalhadores, uma vez que, embora amplie suas possibilidades de inserção no mundo do trabalho, constituindo um trabalhador multitarefa, não viabiliza o acesso à

dimensão da totalidade dos processos produtivos e das relações sociais, e, portanto, a crítica revolucionária”.

Os processos produtivos atuais resultam no desenvolvimento de novas competências e habilidades profissionais e de restrição ao mundo do trabalho, já que não existe espaço para inserir todos os trabalhadores no mercado de trabalho, tendo em vista a otimização das tecnologias nos processos produtivos que dispensa um grande contingente de trabalhadores em diversos segmentos produtivos da sociedade.

Nesse contexto, “as instituições formadoras se encontram no meio de um grande dilema: formar para as competências e habilidades ou formar para os diferentes saberes necessários para a prática pedagógica” (BASTOS; ROVARIS, 2012, p. 2). Nesse contexto, as IES se deparam com o dilema de formar para as competências e habilidades requeridas pelo mundo do trabalho, mas, sem descuidar também de uma formação pautada em princípios éticos, humanísticos, críticos, reflexivos e inclusivos.

A formação pautada em competências e habilidades almejadas pelo mundo do trabalho não prescinde de uma educação que supere elementos exclusivamente técnicos com vistas a preparar o cidadão consciente de seu papel no desenvolvimento econômico e social. Não é uma tarefa fácil para as instituições e os professores, mas o compromisso com uma sociedade menos desigual e mais justa é o motor utópico que nos move enquanto formadores de sujeitos conscientes de seu papel na tessitura social. Nesta subseção apresentamos os resultados e análises do questionário aplicado aos egressos do Curso de Hotelaria.

5.1 Análise do PPC do CST em Hotelaria a Distância do IFAL

Ao acessar o PPC do CST em Hotelaria a Distância do IFAL⁵, procedemos inicialmente a uma leitura acurada do documento; em seguida, realizamos uma investigação do documento por meio da análise de conteúdo conforme proposto por Bardin (2011). Para a autora “tudo que é dito ou escrito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo” (BARDIN, 2011, p. 33).

Partimos do pressuposto que o PPC de forma geral e específica em consonância com o que estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de graduação, dentre outros elementos, apresenta na sua estruturação: justificativa, objetivo, formas de acesso ao curso, perfil do curso, matriz curricular e perfil de conclusão do egresso. A finalidade principal em

⁵Disponibilizado no endereço eletrônico http://www.ead.ifal.edu.br/arquivos/material-para-download/arquivo/2012/08/ppc_hotelaria.pdf/

analisar esses elementos do PPC provém do fato de que são eles os delineadores da identidade profissional e sua respectiva relação com o mundo do trabalho.

Para facilitar essa análise agrupamos os dados seguindo a própria estrutura do PPC: a) justificativa; b) objetivo; formas de acesso; e perfil do curso; c) perfil do egresso; organização curricular e critérios e sistemas de avaliação da aprendizagem.

5.1.1 Justificativa

As informações disponibilizadas na justificativa do PPC permitiram-nos identificar que o documento evoca os atrativos naturais associados ao crescimento e à expansão do turismo, além dos altos investimentos realizados pela iniciativa privada e pelo setor público para oferta do curso, considerando as oportunidades de crescimento econômico, social e cultural por meio do desenvolvimento no turismo na região nordeste com destaque para os Estados de Alagoas e Bahia e, inicialmente, as cidades de Maragogi (AL) e Mata de São João (BA).

A atividade turística contemporânea é vista como uma das principais propulsoras do desenvolvimento e crescimento da região nordeste conforme ressalta Viana (2010, p. 29) ao apontar que são “os prováveis aumentos no nível de emprego e renda que a atividade turística pode gerar para esse destino o que mais interessa”. Essa constatação também é referendada por Lopes e Alves (2015) e Bezerra (2006) ao analisarem o crescimento do setor turístico no Brasil e na região nordeste especificamente.

Nesse sentido, algumas cidades têm na atividade turística o principal indutor do desenvolvimento econômico, é o que ocorre, por exemplo, com a cidade de Maragogi que em 2006, por meio do então gestor municipal, solicitou “ao CEFET, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, o curso profissionalizante voltado para qualificação de pessoas no segmento hoteleiro” (IFAL, 2012, p. 7).

Com o crescimento do turismo, aumenta proporcionalmente a demanda por empreendimentos na área de Hotelaria e de Alimentos e Bebidas. Essa constatação fica evidente quando verificamos que a cidade de Maragogi/AL, com aproximadamente 32.568 habitantes, segundo dados do IBGE 2016, possui uma rede hoteleira que contempla aproximadamente 3.500 leitos e mais de 60 meios de hospedagem.

Já a cidade de Mata de São João/BA possui aproximadamente 37.201 habitantes. De forma semelhante à Maragogi, é um dos destinos que mais atrai turistas para a costa litorânea da Bahia por sua beleza natural e congrega o maior polo hoteleiro do Nordeste com diversificadas opções de hospedagem: hotéis, resorts e pousadas.

Nessa conjuntura, o antigo CEFET/AL, atual IFAL, por meio da UAB que se caracteriza como “uma rede nacional experimental voltada para a pesquisa e para a educação superior [...] formada pelo conjunto de IES públicas em articulação e integração com o conjunto de polos municipais de apoio presencial” (SANTOS, 2011, p. 2), que dentre outras finalidades, como democratização do acesso ao ensino superior, (HERNANDEZ, 2017) “prioriza atender àqueles que se encontram impossibilitados de frequentar presencialmente as modalidades de ensino tradicionalmente ofertados” (IFAL, 2012, p. 8). Dessa forma, em 2007, o ainda CEFET/AL disponibilizou inicialmente à comunidade dessas duas regiões o CST em Hotelaria na modalidade a distância com a proposição de

atender estudantes residentes em regiões que não possuem instituições de ensino superior, mas também profissionais em serviço que necessitam de formação em nível universitário, pelo entendimento que insiste em preservar: a educação profissional e tecnológica tem importância estratégica no desenvolvimento social do país – compreende a necessidade de desencadear nas suas políticas de formação profissional a oferta de curso em outra modalidade, que venha responder as demandas de formação profissional no âmbito da área de hospitalidade e lazer (IFAL, 2012, p. 8).

Essa finalidade descrita no PPC do CST em Hotelaria EAD está congruente com o que sinaliza a LDB (BRASIL, 1996, p. 14), no capítulo que trata da educação profissional (capítulo III), da educação superior (capítulo IV) e da educação a distância (artigo 80), nos quais propõe formar profissionais condizentes com o “permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” e “aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira” utilizando a EaD “em todos os níveis e modalidades de ensino” para acelerar o processo de formação de profissionais para ingresso no mundo do trabalho.

A oferta do curso se harmoniza a uma das finalidades da criação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia: formar e qualificar “cidadãos com vistas a atuação profissional nos diversos setores da econômica, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” e com a criação dos cursos tecnológicos superiores, concebidos para atender diversos setores da economia (BRASIL, 2008, p. 3; BRASIL, 2001).

Assim sendo, o IFAL (2012, p. 9) “por meio da formação do tecnólogo em Hotelaria, profissional extremamente necessário e fomentador da atividade turística” buscou contemplar as demandas de formação profissional dessas duas regiões com base nas reais necessidades do contexto socioeconômico.

Nesse sentido, temos de considerar nessa análise que o PPC do IFAL condiz tanto com a legislação sobre a Educação Profissional, Científica e Tecnológica e com o Parecer nº 436 que versa sobre a formação de tecnólogos (BRASIL, 2001) por atuar em setores da economia intentando o desenvolvimento econômico, social e cultural, quanto com a própria LDB (BRASIL, 1996, p. 14), a qual defende em seu artigo 39 que “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”.

Em contraposição à visão implícita nos documentos supracitados de considerar a formação do trabalhador para atendimento as demandas do mundo do trabalho, concordamos com Kuenzer (2000, p. 34) quando esta sinaliza que a formação humana do trabalhador precisa transcender os ditames do capital. Para a consecução desse objetivo é necessário educar o trabalhador para “apreender e compreender o mundo do trabalho, pela mediação do conhecimento, como produto e como processo de práxis humana, na perspectiva da produção material e social da existência”. Nessa direção, “evidencia-se, portanto, a necessidade de apropriação, pelos que vivem do trabalho, de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos (...) para além das demandas da acumulação capitalista” (KUENZER, 2000, p. 34).

5.1.2 Objetivo, formas de acesso e perfil do curso

O Parecer CNE/CES 146/2002 (BRASIL, 2002, p. 9) ressalta que as IES, na elaboração dos PPC, deveriam apresentar com clareza “os elementos que lastreiam a própria concepção do curso, o seu currículo pleno e sua operacionalização, destacando os seguintes elementos: objetivos gerais do curso, contextualizados em relação as suas inserções institucional, política, geográfica e social”.

Ao analisar o PPC do CST de Hotelaria, constatamos que todos esses elementos foram atendidos. Cabe salientar no objetivo proposto para oferta do curso a intenção tácita de formar:

cidadãos pautados em princípios éticos, humanísticos, científicos e tecnológicos, requeridos por uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, capazes de trabalhar na hospedagem turística, nos serviços de alimentos e bebidas, na hospedagem hospitalar, de forma a ampliar as oportunidades de inserção no setor produtivo. (IFAL, 2012, p. 10)

Podemos inferir do objetivo do curso a preocupação de formar o sujeito com a junção de competências técnico-científicas e por preceitos comportamentais e éticos. “Em

tempos não muito distantes, o profissional era avaliado pelo seu conhecimento técnico em determinada área. Hoje, isso não é suficiente” (BISPO, 2013, p. 2). Dessa forma, a instituição assume o compromisso de formar o homem multilateral ou integral orientado por princípios e valores humanísticos de modo que permita aos sujeitos participar ativamente e de forma ética do processo de construção social, política e cultural.

Essa concepção educacional de formação multilateral entra em conflito com a visão predominante da sociedade capitalista na qual o processo educativo é visto exclusivamente pelo prisma da produção unilateral. Nessa perspectiva, “as atividades formativas limitam-se à preparação do homem para o ingresso no mercado de trabalho, mediante domínio de uma técnica e de conhecimentos desconectados de sua vida, portanto, apolíticos e alienantes” (NEVES, 2009, p. 8875).

Acreditamos na educação defendida por Neves (2009) e referendada no PPC (IFAL, 2012) de formar sujeitos históricos; e de que o homem não se torne escravo do mercado ao obter acesso ao trabalho. Nesse sentido, pensar uma educação que suplante o capital resulta, conforme Mészáros (2005), na igualdade de todos os seres humanos o que pressupõe o rompimento com a sociedade atual.

Nessa circunstância, quando analisamos a justificativa e o objetivo do curso exposto no PPC identificamos uma ambiguidade, visto que o curso busca, simultaneamente, alinhar seus princípios educativos à formação plena do indivíduo (multilateral) com as necessidades do mundo do trabalho (unilateral). Em relação às formas de acesso ao curso, estas ocorrem por diversos processos. A prática mais comum utilizada pela instituição é a realização de vestibular mediante “edital público que assegure ao candidato igualmente de condições de acesso”, entretanto, outras formas de admissão são permitidas pelo IFAL mediante processo de transferência e equivalência, além de parcerias e convênios (IFAL, 2012, p. 10).

Na leitura do PPC (IFAL, 2012, p. 11, grifos nossos) também foi possível identificar que o egresso do curso está apto para “desenvolver ações no âmbito da gerência, coordenação, supervisão e chefia da área de hotelaria, até mesmo competências, habilidades e atitudes comportamentais, tais como:

Planejar, gerenciar e operar

Meios de hospedagem, gastronomia, clínicas, hospitais e spas;
Empresas de eventos, recreação e lazer e de lavanderias;
Marketing e vendas de produtos e serviços hoteleiros.

Conhecer, interpretar e aplicar

Legislação hoteleira, legislação ambiental e código de defesa do consumidor;
Pesquisas, sondagens e indicadores socioeconômicos.

Integrar, atuar e lidar

Equipes multidisciplinares;

Planos programas e projetos relacionados aos meios de hospedagem.

Utilizar

Técnicas de elaboração de projetos;

Modelos matemáticos de avaliação de gestão econômica e financeira.

A formação do tecnólogo em Hotelaria aproxima-se do perfil desejado também para o Bacharel formado nessa área. O Parecer CNE/CES nº 146/2002 que aprova as DCN de diversos cursos, inclusive, de graduação em Hotelaria, sinaliza que o curso deve possibilitar a formação profissional que revele as seguintes competências e habilidades nos aspectos gerenciais e administrativos:

atuar no planejamento, implantação e gerenciamento de unidades hoteleiras

Integrar-se no grupo hoteleiro e da unidade que gerencia, contribuindo para a ação de equipes interdisciplinares e interagir criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais bem como resolver situações com flexibilidade e adaptabilidade diante de problemas e desafios organizacionais

Ajustar, mediante adequada forma de gerenciamento, o funcionamento institucional a novas situações, emergentes, presentes na pluralidade do mercado hoteleiro, da cultura e da demanda diferenciada, das expectativas de diferentes polos turísticos ou em razão de diversos processos de mobilidade social (BRASIL, 2002, p. 20).

5.1.3 Perfil do egresso, organização curricular, critérios e sistemas de avaliação da aprendizagem

Ainda no PPC do CST em Hotelaria EaD do IFAL (2012, p. 12) encontramos o perfil profissional de conclusão do egresso fundamentado nas dimensões humanísticas, científicas e tecnológica, e com a proposição de formar cidadãos numa “perspectiva de desenvolvimento sustentável, capazes de trabalhar na hospedagem turística, nos serviços de alimento e bebidas, na hospedagem hospitalar, de forma a ampliar as oportunidades de inserção no setor produtivo”, com o seguinte perfil:

Planejar, organizar, liderar, coordenar e controlar as atividades hoteleiras;

Atuar como multiplicador do conhecimento hoteleiro;

Atuar como base em valores éticos, com responsabilidade social, ambiental e justiça;

Coordenar e acompanhar trabalhos técnicos, estudos, pesquisas e projetos hoteleiros;

Participar na elaboração e análise de planos e projetos para o desenvolvimento da hotelaria e da gastronomia;

Atuar na gestão dos serviços em hospitalidade;

Comercializar e promover os serviços relativos às atividades hoteleiras;

Identificar os potenciais turísticos do setor considerando a diversidade cultural e a sustentabilidade da hotelaria.

Na descrição do perfil do egresso é possível identificar a intenção de formar profissionais em que a relação teoria e prática são indissociáveis e direcionadas para o desenvolvimento de competências que congregam conhecimentos técnicos e científicos

pautados por princípios éticos, morais e humanísticos. A construção desse perfil, no entanto, depende do envolvimento e comprometimento do estudante com sua formação. Tal envolvimento atrelado às experiências vivenciadas anteriormente ao curso e àquelas agregadas e desenvolvidas durante a formação cria ou não uma identificação com o perfil de conclusão.

A Resolução CNE/CP nº 3 de 18 de dezembro de 2002, que institui as DCN para a organização e o funcionamento dos CST, esclarece que o perfil profissional de conclusão do curso “define a identidade do mesmo e caracteriza o compromisso ético da instituição com os seus alunos e a sociedade”. Ademais, pontua que a organização curricular dos CST “compreenderá as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado em tecnologia” (BRASIL, 2002a, p. 43).

O curso está organizado em cinco módulos, “estruturado em unidades curriculares com base científica e tecnológica, resultando em uma formação profissional compatível com os serviços desenvolvidos na área de hospitalidade” (IFAL, 2012, p. 13) conforme disposto no quadro a seguir:

Quadro 4 - Organização dos módulos do CST em Hotelaria EAD

MÓDULO	CARGA HORÁRIA TOTAL
Módulo de introdução a Educação a Distância	60
Módulo de Bases tecnológicas em hospedagem	410
Módulo de hospedagem	420
Módulo de Alimentos e Bebidas	480
Módulo de Promoção e Vendas de Serviços Hoteleiros	390
Total	1720

Fonte: elaborado pelo autor (2017)

Uma informação adicional do PPC apresenta a duração do curso em cinco semestres, com 200 horas de atividades complementares e 200h de estágio.

O processo avaliativo é uma ação educativa contínua na qual se devem considerar sempre as suas funções diagnóstica, formativa e somativa; no entanto, muitas práticas educativas presenciais e online insistem numa visão profundamente enraizada que coloca a avaliação como elemento final no processo de aprendizagem por meio da aplicação de uma prova escrita.

A função diagnóstica é concebida por Santos (2016, p. 2) como “uma importante ferramenta de estímulo para o estudo, uma vez que sua principal utilidade é apontar os erros e

acertos dos alunos e dos professores no processo de ensino e aprendizagem”. Mercado (2008, p. 2) concebe que a avaliação formativa na EaD consiste numa possibilidade para “acompanhamento das participações dos estudantes nas atividades propostas pelo curso, tendo como fonte os registros deixados nas diferentes ferramentas disponibilizadas no ambiente virtual do curso”.

Por meio das ferramentas disponíveis no AVA é possível mapear todo o percurso do aluno na realização do curso: hora de acesso, tempo conectado qualitativamente ao curso que pode ser mensurado a partir das produções e interações realizadas ao longo do curso. Já a função somativa “é considerada como um ponto de chegada, que se destina, por exemplo, a informar aos interessados a situação do rendimento da aprendizagem” (RESENDE, 2014, p. 1).

Como proposição de avaliação da aprendizagem dos estudantes “na perspectiva de desenvolver as habilidades necessárias para aplicação dos conteúdos em situações reais de trabalho” (IFAL, 2012, p. 18), o projeto orienta a realização de atividades presenciais e a distância num processo sistemático, contínuo e cumulativo com a utilização de diversos instrumentos avaliativos como: questionário, chats, interações virtuais e presenciais.

Na EaD o uso diversificado de instrumentos avaliativos permite acompanhar a atuação de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem: professores, tutores e alunos. Nessa perspectiva, a avaliação pode ser concebida, como destaca Mercado (2008, p. 1), como um processo estratégico que:

possibilita o controle periódico do processo acadêmico dos alunos, propiciando uma avaliação contínua. É utilizada como fator de comunicação bidirecional, já que as provas ou os trabalhos serão desenvolvidos pelo aluno e corrigidos pelo tutor, com a qualificação e as orientações pertinentes.

O Decreto n. 5622/2005 (BRASIL, 2005, p.12), que regulamenta a EaD no país, normatiza no art. 4º e inciso II que os resultados de exames presenciais “deverão prevalecer sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação a distância”. Essa exigência legal é criticada por Lessa (2011, p. 6) ao argumentar que a “EAD possui meios altamente confiáveis, operacionalizados pela tecnologia disponível, para avaliação e controle, e que tal obrigação engessa e inviabiliza projetos inovadores”.

Essa visão é compartilhada também por Nunes (2012, p. 282) ao afirmar que a “obrigatoriedade pode ser um impedimento para muitas pessoas que terão que se deslocar para os momentos de avaliação, fazendo com que a avaliação seja descontextualizada dos momentos de ensino-aprendizagem”. A autora questiona, ainda, se realmente a avaliação na

EAD “está em consonância com aquilo que é pregado em relação a perfil dos estudantes, flexibilidade de tempo-espço e atendimento a localidades dispersas geograficamente nas quais os habitantes não teriam outra forma de estudar?”.

Concordamos com os posicionamentos de Lessa (2011) e Nunes (2012) quando estes apontam que a legislação entra em contradição com o princípio da flexibilidade inerente à EaD. Nessa direção, a Resolução nº 1 de 2 de fevereiro de 2016, que define Diretrizes Operacionais Nacionais para o credenciamento institucional e a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino, avança ao considerar no artigo 1, parágrafo 2:

a multiplicidade de plataformas, meios e mídias como do AVA, transmissão de aulas via satélite, internet, videoaulas, MOOCS, telefonia celular, redes sociais, aplicativos mobile learning, TV digital, rádio, impresso e outros que compõem o arsenal de TIC, que podem ser apropriadas e adequadas a diferentes modelos e formatos de mediação pedagógica, a fim de garantir que a mesma atenda plenamente a nova localidade em que pretende atuar, sendo capaz de viabilizar a transmissão e mediação de conteúdos pelos meios compatíveis com a realidade da região pretendida (BRASIL, 2016, p. 1).

A Resolução, ao dispensar a necessidade de pelo menos 20% da carga horária presencial para os cursos EaD de nível médio, desde que as instituições ofertantes disponham de ferramentas tecnológicas que assegurem a presencialidade do estudante mediada pelas TDIC, sinaliza, quiçá futuramente, a mesma aplicabilidade para os cursos superiores na modalidade a distância.

O processo de avaliação proposto no PPC (IFAL, 2012, p. 17) estabelece “estratégias pedagógicas que asseguram preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos” seguindo os seguintes princípios:

Contribuição para a melhoria da qualidade no processo educativo, possibilitando a tomada de decisões para o seu (re) dimensionamento e o aperfeiçoamento;
Adoção de práticas avaliativas emancipatórias, tendo como pressuposto o diálogo e a pesquisa, assegurando as formas de participação dos alunos como construtores de sua aprendizagem;
Diagnóstico das causas determinantes das dificuldades de aprendizagem para possível redimensionamento das práticas educativas;
Definição de um conjunto de procedimentos que permitam traduzir os resultados em termos qualitativos;
Adoção de transparência no processo de avaliação, explicitando os critérios (o que, como e para que avaliar) numa perspectiva conjunta e interativa para alunos e professores;

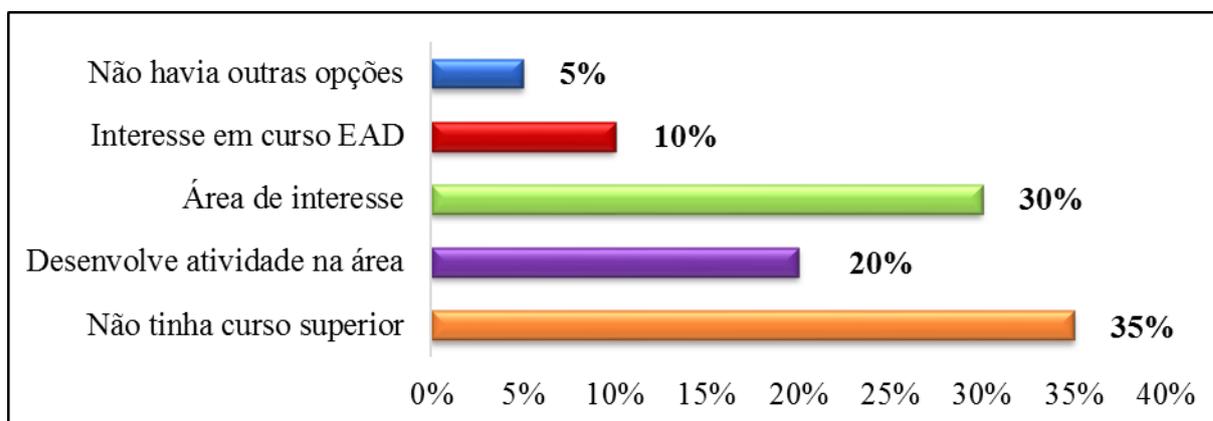
Garantia de primazia da avaliação formativa, valorizando os aspectos cognitivo, psicomotor e afetivo e as funções reflexiva e crítica, assegurando o caráter dialógico e emancipatório no processo formativo;
Desenvolvimento de um processo mútuo de avaliação docente/discente como mecanismo de viabilização da melhoria da qualidade do ensino e dos resultados da aprendizagem (IFAL, 2012, p. 17).

Os princípios norteadores para avaliação da aprendizagem propostos no PPC privilegiam os aspectos qualitativos em relação aos quantitativos, ultrapassando a visão puramente instrumental do processo avaliativo para considerá-la “como a via obrigatória para obter certos resultados (saber fazer, aquisição de capacidades diversas, fins de ordem econômica) e se passe a considerá-la em toda a sua plenitude: realização da pessoa que, na sua totalidade, aprender a ser”. (DELORS, 1998, p. 84).

5.2 Análise do Questionário

As perguntas do questionário foram elaboradas a partir do perfil do curso e do egresso contidas no PPC (IFAL, 2012). Manzato e Santos (2012, p. 1) recomendam que ao utilizar o questionário numa pesquisa científica “deve-se considerar que não basta apenas coletar respostas sobre questões de interesse, mas sim saber como analisá-las estatisticamente para validação dos resultados”. Seguindo essa intencionalidade defendida pelos autores, empenhamo-nos em analisar os dados coletados por intermédio da aplicação do questionário. Na primeira pergunta aberta indagamos a motivação para a escolha do curso, (gráfico 1):

Gráfico 1 – Motivação inicial para escolha do curso



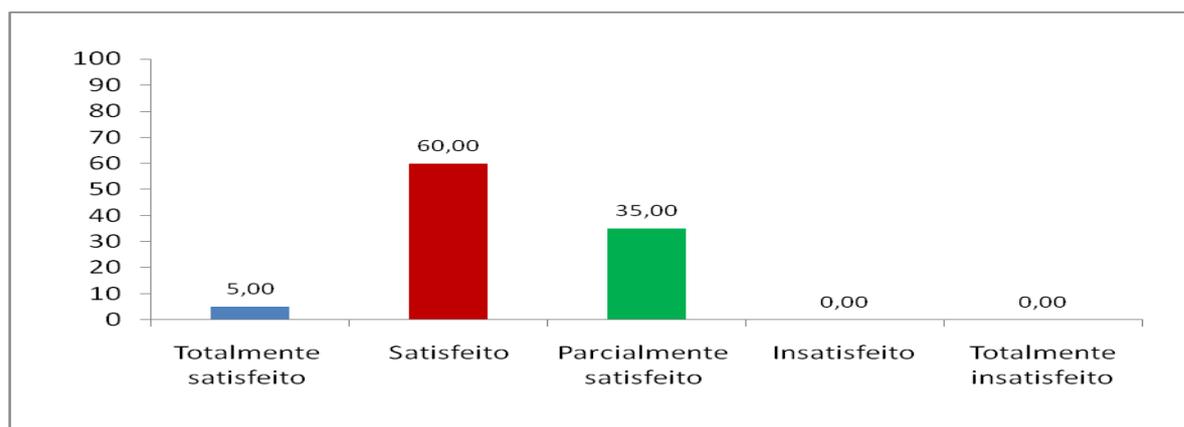
Fonte: elaborado pelo autor (2017)
Dados da pesquisa

Uma pesquisa realizada por Pereira (2009, p. 8) indica que a motivação para ingresso no ensino superior decorre da necessidade de “mudar para um emprego melhor, conseguir um melhor salário, obter um diploma, realização pessoal, conquista de reconhecimento social”. Ainda segundo a autora (2009, p. 10) “a motivação é considerada como a determinante talvez principal do êxito e da qualidade” na formação.

Nessa perspectiva, fica evidenciado a partir da análise do gráfico que a motivação principal para escolha do curso esteve relacionado ao acesso ao ensino superior do que mesmo as possibilidades de empregabilidade que a realização do curso proporcionaria, considerando à realidade econômica e social a qual estavam inseridos.

A segunda pergunta objetivou verificar a adequação da metodologia utilizada no curso às demandas requisitadas no ambiente profissional, (gráfico 2):

Gráfico 2 – Metodologia do curso adequada as demandas da atividade profissional



Fonte: O autor (2017)
Dados da pesquisa

No questionário aplicado propomos identificar o grau de satisfação dos egressos com a metodologia utilizada na formação diante das exigências do mundo do trabalho. O resultado indicou que 60%, ficaram satisfeitos. É importante considerar, ao analisar os dados apresentados, que o curso foi ofertado no Sistema da UAB, a qual atua de forma consorciada com diversas IES públicas a fim de, mediante a utilização de recursos, tecnologia e metodologia da EaD, democratizar o acesso ao ensino superior à população que apresenta dificuldades de acesso à formação universitária tradicional

Nesse formato híbrido, parte da formação é presencial com encontros esporádicos nos polos e outra online por meio do AVA, que dispõe de infraestrutura tecnológica adequada para acesso a textos, vídeos e atividades. Analisando os dados do gráfico 2, concluímos que os egressos aprovaram a metodologia adotada no curso. A aprovação da metodologia utilizada

fica evidente quando cruzamos esses dados do gráfico supracitado com a motivação inicial indicada pelos egressos antes de iniciar o curso, conforme dados do gráfico 1

5.2.1 O acesso ao ensino superior e ao mundo do trabalho

A conjuntura político-econômica mundial instaurada a partir da década de 1970 tem fragmentado as certezas e as estabilidades. O capitalismo é o primeiro modo de produção a permitir mobilidade socioeconômica, contudo, não permite que haja igualdade entre os cidadãos (AQUINO; ZAMBAM, 2016). Este, em sua fase neoliberal, revela uma face que incute nos sujeitos uma intensa sensação de devir; algo que está sempre por acontecer, que é sempre necessário buscar cujo único, ou o principal, responsável pela modificação ou superação do *status quo* vigente é o próprio sujeito.

Nesse contexto de incertezas, o ensino superior que historicamente se constituiu como lócus de formação das elites se apresenta como uma possibilidade de ascensão social para aqueles que vêm das classes menos abastadas. Nesse sentido, E1⁶ afirma que sua opção pelo CST em Hotelaria EaD não se deu por uma questão identidade com o curso, mas “apenas por querer ter um curso superior”.

Chama atenção o fato de E1, tendo sido impelido pelo contexto contemporâneo a disputar seu espaço no mundo do trabalho, minimizar a dimensão desse contexto macroeconômico considerando que se trata “apenas” de mais uma escolha. Na verdade, ocupar um ofício em nível superior, ou concorrer a uma vaga qualquer no mundo do trabalho portando um diploma de nível superior, seja ele qual for, pode favorecê-lo num determinado contexto em que seja colocado em concorrência com outros.

Esse desejo pode ser verificado ainda nas falas de E5 e E7, quando estes afirmam, respectivamente, que escolheram o CST em Hotelaria EaD “para ter nível superior e concorrer nos concursos” e para ter “oportunidade de ter nível superior”. Desse modo, justifica-se a escolha por qualquer curso superior, independente de qual seja ou das identificações profissionais dos mesmos. Dessa forma, E13 afirma que esse curso não se apresentou a eles como uma opção, mas como a “única opção” de acesso ao ensino superior e ainda assim se constitui numa oportunidade que não deve ser desperdiçada.

E9 aponta que, mesmo nos casos de estudantes que tiveram oportunidade de disputar vagas em outros cursos superiores em regiões circunvizinhas e apesar da possibilidade do acesso via vestibular se apresentar a eles, conquistar uma dessas vagas não é uma tarefa fácil.

⁶Conforme exposto no capítulo metodológico, utilizaremos codificações (E1, E2, E3) para nos referir aos sujeitos desta pesquisa para, assim, preservar as suas identidades.

Segundo E9, sua escolha pelo CST em Hotelaria EaD se deu por que “já tinha tentado duas vezes em outro curso e não tinha conseguido a aprovação”. A opção por esse curso sucedeu pelo fato de a opção primeira não ter se realizado. E10 complementa esse argumento ao responder que sua opção por esse curso se deu “por oportunidade de vestibular” naquela região.

As opções escolhidas pelos sujeitos que almejam as vagas dos vestibulares nem sempre correspondem as suas verdadeiras aspirações profissionais, conforme assinalam Almeida et al., (2012, p. 909) ao considerar que “uma percentagem considerável de estudantes verbaliza não entrar num curso de formação correspondente as suas primeiras opções vocacionais” mas, ainda assim, é importante conquistar uma vaga no ensino superior para garantir uma boa colocação no mundo do trabalho.

A dialética entre o ideal e o real fizeram com que E12 escolhesse o CST em Hotelaria EaD “pela oportunidade de cursar nível superior em minha cidade e o crescente ramo Hoteleiro na cidade”, ou seja, a necessidade de se colocar no mundo do trabalho e o fato do ramo hoteleiro ser um importante nicho de mercado naquela região mobilizaram E12 a escolher esse curso.

O ensino superior, nesse caso, representa uma possibilidade real de acesso ao mundo do trabalho. Esse argumento é sustentado ainda por E15 e E19, que optaram por esse curso, “por acreditar que minha região tem um grande potencial nesta área”, e “pela demanda que existe na cidade de Maragogi e para ter um curso superior”.

As respostas a esse primeiro questionamento demonstraram que os estudantes escolheram realizar esse curso por falta de disponibilidade de outros cursos de nível superior na região onde residiam e pela necessidade de obter boas colocações no mundo do trabalho. Para estudantes distantes dos grandes centros urbanos, e em decorrência de sua situação socioeconômica, o acesso ao ensino superior possibilita uma ascensão social. Muitos destes, inclusive, são os primeiros em sua família a ingressar no nível superior. Portanto, mais do que realizar o curso almejado, propõe-se, independentemente da formação desejada, adquirir o status de estudante do ensino superior e, paralelamente, oportunidades de realizar concurso público e aumentar as chances de ingressar no mercado de trabalho.

A perspectiva dos estudantes de cidades do interior, ou distantes dos grandes centros, de se graduarem em cursos que sonham e aspiram são menores devido à falta de oportunidades e variedade de cursos, assim estes optam por fazer o que está disponível para eles. A ausência de identidade com a formação educacional é um complicador principalmente em cursos que têm como premissa formar profissionais qualificados para atendimento às

exigências do mundo do trabalho. Para além dos elementos que motivaram esses sujeitos a realizarem o CST em Hotelaria EaD é possível afirmar que não se pode desconsiderar a possibilidade de ao longo da formação o estudante se identificar com o curso e pretender atuar na área.

5.2.2 Curiosidade

Freire (1996) considera que, enquanto seres sociais, somos movidos por uma curiosidade que, quando bem explorada, pode se transformar em curiosidade epistemológica. Essa curiosidade ingênua, que nos motiva a conhecer, que nos mobiliza ao novo, foi o elemento que propulsionou E20 a escolher o CST em Hotelaria EaD: “eu escolhi este curso porque queria conhecer a área, mais precisamente o turismo em geral, não posso negar que as condições foram favoráveis devido a não ter custos”.

Assim como E20, E2 também foi movida a esse curso pela curiosidade. Essa egressa afirmou o seguinte: “achei interessante e novo na cidade onde moro, então quis ser parte dos primeiros formandos na área”. A partir da fala de E2 verificamos que ela estava consciente de que, ao compor o corpo discente do CST em Hotelaria EaD, não só estaria respondendo aos anseios de sua curiosidade ingênua, mas também passava a compor a história daquele lugar como protagonista de um curso que se apresentava como uma possível via de acesso ao progresso e ao desenvolvimento daquela região.

Ao mesmo tempo em que a curiosidade ingênua e o protagonismo de E2 a mobilizavam para o CST em Hotelaria EaD, é possível identificar a partir de sua fala um terceiro elemento que dialoga com os dois anteriores: a questão de acesso ao mundo do trabalho. Os primeiros egressos desse curso teriam mais chances de serem também os primeiros a conseguirem sua colocação no mercado de trabalho local tendo em vista que disputariam com um número menor de concorrentes com o mesmo nível de qualificação profissional. Nessa perspectiva, podemos considerar que o desejo por protagonizar as primeiras turmas desse curso e a curiosidade ingênua apresentada por E2 estão diretamente associadas a sua necessidade de se colocar no mundo do trabalho.

5.2.3 Manutenção e ascensão no mundo do trabalho

O mercado de trabalho, por se constituir num cenário altamente competitivo, exige dos sujeitos que estejam constantemente se atualizando e buscando progressivamente se

qualificar. Os graus de exigência são diretamente proporcionais à hierarquia dos cargos que esses sujeitos ocupam nas empresas e instituições. Nesse sentido, tanto a manutenção quanto a ascensão dos cargos exigem dos sujeitos que estes busquem qualificações em nível técnico, graduação ou pós-graduação. Assim, E3, E14 e E17, mesmo já estando inseridos no mundo do trabalho e atuando no ramo hoteleiro, buscaram o CST em Hotelaria EaD na tentativa não só de se manterem, mas também de ascenderem profissionalmente nas empresas em que já atuam ou para além delas.

5.2.4 Identificação com o curso

Uma quinta, e menos frequente, categoria de variáveis que podem ter mobilizado os sujeitos a escolherem o CST em Hotelaria EaD foi a identificação com o curso. E11 afirmou que escolheu esse curso “por mim identificar com o mesmo” (sic). E4 afirmou que escolheu esse curso “por ter concluído anteriormente o Curso Técnico em Turismo e Hotelaria e por morar em região turística que dispõe de muitos empreendimentos hoteleiros, conseqüentemente com mais oportunidades de trabalho nessa área”.

Observamos que no caso de E4 essa identificação com o curso já vinha sendo construída desde a formação técnica em nível médio; assim, a escolha pelo curso superior representou uma continuidade progressiva no aprofundamento de sua qualificação profissional no ofício que escolheu para sua vida. Chama-nos a atenção ainda que, em sua fala, a egressa E4 não desconsidera o fato de que na região em que reside a formação tecnológica em Hotelaria poderia lhe favorecer uma boa colocação no mundo do trabalho, tendo em vista que se trata de uma região com grande potencial turístico.

No quarto questionamento foi indagado se o estudante repetiria essa escolha? Por quê?

E1 - Sim, pois tive uma visão de negócio a qual coloquei em prática.

E2 - Sim

E3 - sim, bons profissionais e material muito rico.

E4 - Não. Em meados do curso percebi que esta não é uma área na qual tenho muita identidade profissional.

E5 - Sim. Por que me possibilitou estudar e trabalhar ao mesmo tempo, e excelentes professores.

E6 - Sim

E7 - Sim. Pela oportunidade de estudar gratuitamente e ter um nível superior.

E8 - Sim, porque achei interessante e adquirir conhecimentos que não tinha

E9 - Não

E10 - Não, as remunerações dos profissionais têm um salário defasado

- E11 - Sim, por achar o curso abrirá o leque de oportunidade no mercado e trabalho.
- E12 - Sim, porque hotelaria tem coisas novas a cada dia.
- E13 - Não repetiria, porque não pretendo trabalhar na Área.
- E14 - Acho que não. Acredito que um curso na área de administração seria mais aproveitado
- E15 - Sim, porque entrei no mercado de trabalho sem muitas dificuldades.
- E16 - Não. Porque não tenho afinidade com a área.
- E17 - Sim. O aprendizado foi muito bom.
- E18 - Sim, para nós que trabalhamos e extraordinário, pois podemos fazer nosso horário de estudo.
- E19 - Sim, pois EaD é uma ótima oportunidade para quem não tem tempo durante a semana, por causa de trabalho entre outros.
- Estudante 20 - Não. Na modalidade EaD, não tive total atenção dos professores e tutores como pensei, acabei realmente tendo o sentimento de estar estudando sozinho, por isso muitas vezes as minhas dúvidas não eram esclarecidas, além de muito assunto para pouco tempo, também houve vários equívocos de informação em relação vários assuntos, como as atividades complementares, colação de grau, diploma, estágio. Tive que ir várias vezes ao polo resolver questões de equívocos de informações. Foi muito frustrante e desgastante.

Inicialmente, apresentamos a fala dos estudantes que afirmaram estar dispostos a participar novamente do curso. Do total, 13 egressos declararam ter feito uma escolha acertada; como podemos notar na fala de E1, que destaca a visão de negócio que teve na sua formação.

Ao analisar a matriz curricular do curso de Hotelaria (Anexo B), identificamos algumas disciplinas que acreditamos terem contribuído para o desenvolvimento de um profissional que contemple as demandas dos serviços executadas no setor de hotelaria, a saber: Fundamentos da Administração, com carga horária de 60 horas; Planejamento Estratégico e Tático, com 60 horas e Empreendedorismo, também com carga horária de 60 horas. Essas disciplinas exploram, de acordo com o PPC (IFAL, 2012) saberes referentes aos modelos de gestão e das teorias administrativas e organizacionais, além de apresentar os conceitos e fundamentos sobre planejamento estratégico, definição de missão, valores, tendências de mercado e incentivar ações voltadas para o empreendedorismo ligado ao setor hoteleiro.

E2 ressalta os bons profissionais (professores) e o rico material didático disponibilizado. O E5 assinala a vantagem de poder estudar e trabalhar ao mesmo tempo. Já o E6 destaca a oportunidade de estudar gratuitamente e conseguir realizar um curso superior, enquanto E8 pontua os conhecimentos adquiridos na formação. E11 cita o “leque de oportunidades no mercado de trabalho” e E12 ressalta a possibilidade de aprender algo novo na profissão. E13 assinala que ingressou no mundo do trabalho sem dificuldades, ao passo

que E17 destaca que o aprendizado ao longo do curso “foi muito bom”. E18 e E9, de forma semelhante apresentada por E5, salienta a possibilidade extraordinária que o curso ofertado na modalidade EaD descortinou aos trabalhadores pela flexibilidade de horários para se dedicarem aos estudos.

Dos 20 estudantes, 7 responderam que não repetiriam a formação por diversos motivos que destacamos na sequência. E4 percebeu que não se identificava com o curso. E10 sinalizou a defasagem salarial paga aos profissionais do ramo hoteleiro. E14 disse que faria o curso de Administração devido a uma maior utilidade para a sua carreira profissional, já E20 destaca as dificuldades de natureza organizacional e administrativa enfrentadas na modalidade a distância.

5.2.5 Satisfação com o CST em Hotelaria EaD

Outro fator que mobilizou esses sujeitos a escolherem o CST em Hotelaria EaD foi o fato de este ser ofertado na modalidade a distância. Palloff e Pratt (2004) e Moore e Kearsley (2005) destacam que o cenário contemporâneo faz emergir um perfil específico de sujeito com demandas formativas específicas e que somente os cursos a distância podem atender. Sujeito esse que por não ter disponibilidade de tempo fixo ou por não se ajustar à dinâmica dos cursos presenciais, prefere realizar cursos ofertados na modalidade a distância.

Especificamente com relação ao CST em Hotelaria EaD, muitos dos sujeitos dessa pesquisa já atuavam na área do turismo e da hotelaria local. Foram os casos, por exemplo, de E3, E4, E8, E15, E17, E18, E19 e de E1, que mais especificamente já atuava nessa área “há duas décadas”. E8 afirmou que “estava querendo fazer um curso EaD”, e E20 considera que a “EaD é uma ótima oportunidade para quem não tem tempo durante a semana, por causa de trabalho entre outros”. Esse é um caso semelhante ao de E18 para quem o fato de o curso ser ofertado na modalidade a distância teria sido o principal motivo para a escolha desse curso superior, pois “no curso em EAD fazemos nosso horário”. Ademais, E18 considera que “como já trabalhava em Hotelaria há alguns anos, nada mais justo do que estudar a parte teórica”. A parte teórica que lhe faltava, segundo E18, poderia ser encontrada nesse curso superior.

Os cursos a distância favorecem que esses sujeitos conciliem trabalho e estudo. De modo específico, o CST em Hotelaria EaD apresentou a possibilidade desses sujeitos harmonizarem o estudo com o trabalho e melhorarem a qualidade do seu exercício profissional, uma vez que, em sua maioria, eles já atuavam no ramo hoteleiro. Assim, ao

serem questionados se o curso havia atendido as suas expectativas de formação profissional, E1, E3, E5, E6, E8, E9, E10, E11, E12, E17, E18 e E19 consideraram que o CST em Hotelaria EaD correspondeu as suas expectativas. E1, que já havia afirmado que atuava há duas décadas na área, elogiou o curso e o reconheceu como “um divisor de águas para sua atividade profissional”.

Esses sujeitos consideraram que sua formação a distância representou um diferencial de qualidade em relação aos análogos presenciais. Nesse sentido, E5 afirmou o seguinte: “hoje vejo que meus colegas do curso presencial tiveram menos oportunidade que minha turma em Maragogi”. Para esse sujeito, a possibilidade de realizar o curso paralelamente a sua formação em nível superior e de poder conciliá-lo com o exercício profissional favoreceu a interação entre teoria e prática, bem como propiciou uma mais rápida inserção no mundo do trabalho.

Diferente do que argumentaram os sujeitos supracitados, E2, E4, E14, E15, E16 e E20 consideraram que o curso atendeu parcialmente as suas expectativas. A parcialidade se deve majoritariamente aos reclames quanto à falta de “mais algum conhecimento prático” - E15, ou de uma reflexão “um pouco mais aprofundada. Foi muito pouco tempo na questão das matérias para conhecer a vasta área de hotelaria e turismo” - E20. Além desses, é possível apresentar E7 e E13 que consideraram que o curso não atendeu as suas expectativas.

A insatisfação desses sujeitos reflete uma assintonia entre a proposta pedagógica do curso e seus desejos de formação profissional. Trata-se de um curso com muitas especificidades por ser tecnológico, ofertado na modalidade a distância e se constituir numa das poucas vias de acesso ao ensino superior. Tal insatisfação, seja ela parcial ou total, está também em diálogo com uma ausência, à priori, de identificação desses sujeitos com a proposta pedagógica do curso (de hotelaria, tecnológico e ofertado na modalidade a distância), mas isso não significa que o curso não apresente fragilidades.

A maioria desses sujeitos não ingressou nesse curso por opção, mas pela falta de opções. Assim, é fundamental considerar que a maioria dos egressos, sujeitos desta pesquisa, apresentaram um alto grau de satisfação para com o curso e isso denota que suas fragilidades não se constituíram em elementos inviabilizadores de uma boa formação profissional. As avaliações internas do curso podem continuamente aperfeiçoá-lo para que possa atender cada vez mais e melhor as reivindicações de seus estudantes.

Além disso, a assintonia apresentada no momento da avaliação do grau de satisfação para o curso dialoga também com a dissintonia entre a conclusão do curso e a dificuldade de se inserir no mundo do trabalho, de modo específico, no setor hoteleiro. Ao serem questionados se estavam atuando na área da Hotelaria após a conclusão do curso, apenas E1,

E8, E10, E14, E12, E15, E16, E18 e E19 afirmaram que estavam atuando na área, com destaque para E1 que destacou a contribuição do curso para o desenvolvimento de sua visão empreendedora e para a criação do seu próprio negócio no ramo hoteleiro.

- E1 - Hoje sou uma empreendedora!
- E2 - Apenas conhecimento somado
- E3 - O curso veio a somar e trazer uma luz a muitas coisas que já fazia e não sabia a parte técnica.
- E4 - Obtive mais conhecimentos e aprimorei os conhecimentos já existentes, como também com a prática desenvolvi novos aprendizados.
- E5 - Mudei meu modo de pensar sobre os diferentes aspectos do turismo e hotelaria
- E6 - Realização pessoal
- E7 - NÃO RESPONDEU
- E8 - Adquirir vários conhecimentos que hoje estou empregando no meu trabalho diário
- E9 - O fato de eu ter nível superior
- E10 - Oportunidade de emprego e mais conhecimento na área.
- E11 - As mudanças que aconteceram na minha vida foram várias como o bom atendimento ao cliente que vale para qualquer área
- Estudante 12 - Não respondeu à questão
- E13 - Nenhuma
- E14 - Passei por um processo de avaliação e com posterior promoção.
- E15 - Muita falta de tempo em consequência de muito trabalho.
- E16 - A formação superior me proporcionou mudança salarial.
- E17 - Na época eu era supervisora de apartamentos, fui promovida a supervisora de governança que abrangia uma área de atuação maior e agora sou governanta.
- E18 - A questão teórica, pois a experiência se conquista com o tempo, só que precisamos ter conteúdo para crescer profissionalmente.
- E19 - Ficou mais fácil a contratação em algumas empresas, por já possuir um amplo conhecimento na área
- E20 - As mudanças que realmente ocorreram foi o conhecimento que vou levar para a vida inteira, mesmo que não atue em hotelaria, o conhecimento e o aprendizado irão me beneficiar em diversas outras áreas, isso foi muito relevante.

Por outro lado, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E9, E11, E13 e E17 ainda aguardam pela oportunidade de se inserirem profissionalmente no ramo da hotelaria. A frustração desses sujeitos que, embora residam numa região com alto potencial turístico e sejam portadores de um diploma de nível superior que atesta sua capacidade técnica para atuar no ramo da hotelaria, ainda estão desempregados. Pelo fato de terem realizado um curso na modalidade a distância, muitos deles puderam desenvolver estágios e até mesmo atuarem como funcionários na rede hoteleira durante a realização do curso.

No entanto, as oscilações de mercado e o próprio metabolismo do sistema econômico produz a dinâmica da rotatividade dos recursos humanos que compõem o quadro de

funcionários dessas empresas. Nesse sentido, a insatisfação com o curso dialoga com a dificuldade de permanência no mundo do trabalho.

Na última questão aberta na qual o estudante teve a oportunidade de comentar sobre o que proporia como mudança no curso considerando a prática profissional do Tecnólogo em Hotelaria, eles destacaram que:

- E1, Internet, feedback da tutoria
- E2, E7, E8, E11, E13, E14, E15, E17, E18, E20 mais visitas técnicas
- E3, E13, mais aulas presenciais
- E19, Colocaria mais aulas teóricas melhorar a prática na disciplina de língua estrangeira
- E4, Acrescentaria a disciplina de História do Turismo, acrescentaria um laboratório para práticas profissionais
- E5, Teria mais disciplinas no curso
- E6, Mudaria a maneira de um ou outro professor se comportar com os alunos
- E9, Estágio ser realizado em Hotéis e ter um acesso melhor para conseguir
- E12, E20. Estágio

Dos 20 estudantes que responderam, 14 apontaram como ponto crítico para a sua formação a necessidade maior de aulas práticas por meio de visitas técnicas. Além dessas sugestões, E20 fez a seguinte reflexão:

buscaria aplicar mas aprofundamentos nos assuntos, devido a ter muito assunto para pouco tempo disponível, teve assuntos que não foram levados a fundo. Aplicaria mais na parte pratica do que teórica, visto que a pratica é uma outra realidade, principalmente quando se trata de hotelaria. Acho que os estágios deveria (sic) ser mais focados, porém com o auxílio de profissionais da própria faculdade porque em muitos hotéis a visão do estagiário é estabelecida com um pouco de preconceito. É muito lamentável ter que se submeter a trabalhos que não deveriam ser feitos por estagiários, principalmente quando não há remuneração nenhuma. Faz falta mais informação sobretudo a que a faculdade proporciona. De modo geral, existem vários equívocos e falta de comunicação, de apoio aos estudantes, em particular, aos de EAD, que muitas vezes não participa de pesquisas e projetos que a faculdade proporciona, de voz para com os estudantes de EAD, pois realmente sinto um pouco de desdém com os mesmos. Um exemplo bem claro disso é que participei da eleição do reitor, mas eu nem o conheço.

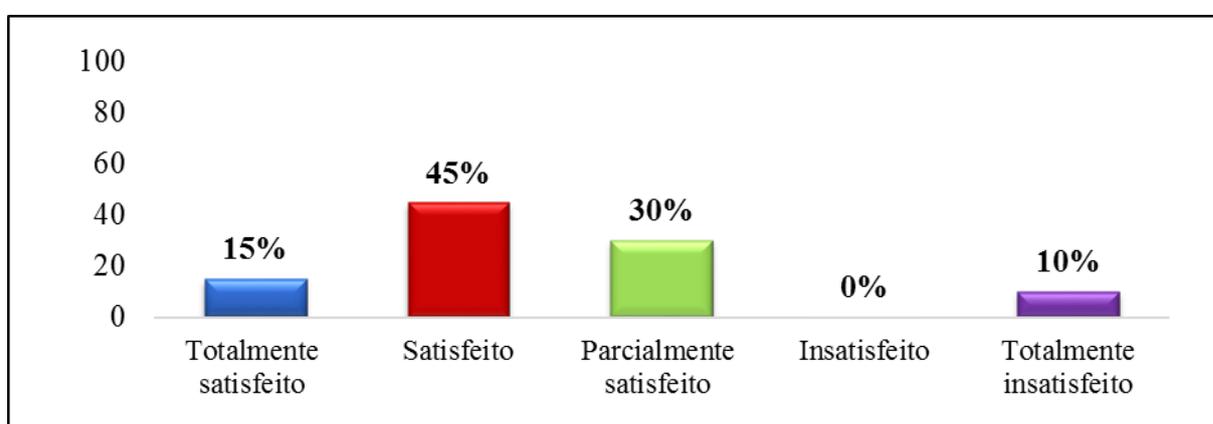
Diferente dos demais colegas que responderam às perguntas de forma concisa, E20 aproveitou para avaliar diversos aspectos relativos à dinâmica de funcionamento do curso no que concerne, de acordo com a sua perspectiva, à superficialidade na abordagem de conteúdos, ausência de acompanhamento efetivo de um professor para a realização do estágio e, em decorrência da ausência do professor de estágio, à exploração a que são submetidos no

campo de estágio. O egresso defendeu ainda que haja uma comunicação mais eficaz entre a coordenação e os estudantes.

A reflexão realizada pelo E20 vai ao encontro dos motivos analisados por Almeida (2008, p. 4) como preponderantes para determinar a permanência ou desistência do estudante da EaD ao ressaltar que “fatores situacionais, falta de apoio acadêmico, problemas com a tecnologia, falta de apoio administrativo e sobrecarga de trabalho”.

No gráfico 3, apresentamos a percepção dos alunos com relação à duração do curso, haja vista as competências profissionais exigidas pelo mundo do trabalho.

Gráfico 3 – Duração do curso contemplou as expectativas com relação ao desenvolvimento das competências profissionais



Fonte: O autor (2017)
Dados da pesquisa

Os dados acima revelam que o nível de satisfação foi predominante, visto que nenhum respondeu que estava insatisfeito com a metodologia ao relacioná-la com os desafios vivenciados na prática profissional após o término do curso.

Há a pressuposição de que o estudante do ensino superior possui maior autonomia e maturidade para enfrentar os desafios advindos de sua formação acadêmica e que todas as experiências vivenciadas até o ingresso na universidade colaboram para uma aprendizagem autônoma, pois reconhece que ao concluir sua formação se deparará com desafios e problemas que precisam ser solucionados.

O CENSUP de 2015 informa que 15 % das matrículas no ensino superior são em cursos da EaD e 13,6% são em cursos da educação profissional tecnológica, tanto a EaD como os CST contribuem para o crescimento e expansão das matrículas no ensino superior (INEP, 2015). A primeira, dentre outros fatores, pela flexibilidade dos estudos adequados à

realidade profissional, social e familiar dos estudantes, a segunda motivada pela duração, em média, encurta a formação superior em dois anos.

As inovações tecnológicas e o acirramento da competitividade atrelado a uma necessidade constante de atualização e alinhamento da formação às demandas do mundo do trabalho, além de aspectos culturais e sociais mobilizam os estudantes para ingresso no ensino superior.

Culturalmente em nosso país estudantes advindos de classe social menos favorecida enxergam no ensino superior possibilidade de mobilidade e ascensão social. Outro aspecto que leva os estudantes a buscar formação em nível superior é apresentado nos indicadores educacionais do Brasil elaborado por Moraes e Collet (2015, p. 4) para OCDE, documento no qual destacam que “a disparidade de renda também é alta entre trabalhadores com diferentes níveis de escolaridade. Indivíduos com idades entre 25 e 64 anos que tenham diploma de Educação Superior ganham em média 141% a mais que os trabalhadores que só têm ensino médio”.

As empresas, assim como os órgãos públicos, oferecem melhores salários para aqueles que possuem nível superior, o que impulsiona os jovens a ingressar, inclusive, em cursos com os quais inicialmente não possuem afinidade e interesse, mas que pode ao término da graduação proporcionar-lhes status social.

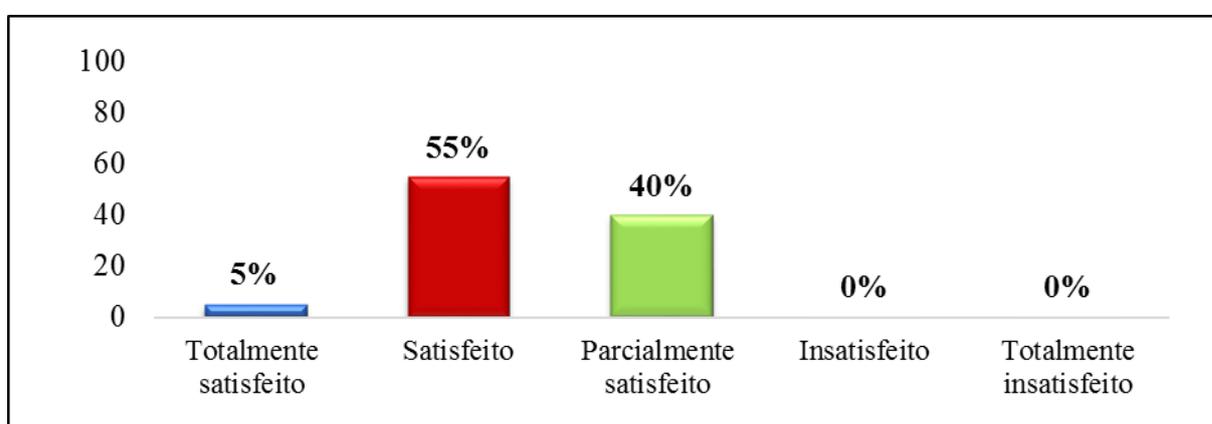
Os CST visam, de acordo com o Parecer CNE/CES nº 436/2001, “proporcionar a formação de profissionais aptos a exercerem atividades específicas no trabalho” com ênfase na formação prática e numa duração menor se comparados com os cursos de graduação de bacharelado e licenciaturas (BRASIL, 2001, p. 3). Ao escolher o curso, o estudante precisa ter ciência de que sua habilitação profissional é limitada do ponto de vista de atuação, por isso o encurtamento da graduação; em contrapartida, ela permite uma entrada mais rápida no mercado de trabalho.

A décima questão do questionário aplicado aos egressos indagou-lhes o que mudariam no curso pensando na sua prática profissional e o que fazia falta na formação do estudante da EaD, tendo como premissa a análise e reflexão sobre o envolvimento deles com sua formação, crescimento pessoal e profissional e desafios vivenciados. Algumas respostas indicam que a falta de disciplinas ou de mais atividades práticas durante a formação. Essa informação nos chama a atenção considerando a ênfase dada pelos documentos oficiais (BRASIL, 2001; 2006; 2008) sobre a obrigatoriedade de os cursos tecnológicos contemplarem justamente em sua oferta a integração teoria e prática, onze estudantes sinalizaram de alguma forma a necessidade de mais atividades práticas.

Fica evidente o descontentamento de alguns estudantes com a carga horária do curso destinada ao exercício da prática profissional. Nesse aspecto, assemelha-se aos cursos de bacharelado e licenciatura nos quais muitos estudantes reclamam da carga horária reservada para a vivência profissional por meio de estágios e atividades complementares que possibilitem uma maior integração entre teoria e prática na formação acadêmica.

No gráfico a seguir estão os índices de satisfação relativos às competências profissionais referentes às habilidades e atitudes comportamentais que ajudam o egresso no planejamento a partir do grau de satisfação dos estudantes.

Gráfico 4 – Competência I: habilidades e atitudes comportamentais voltadas para o planejamento



Fonte: O autor (2017)
Dados da pesquisa

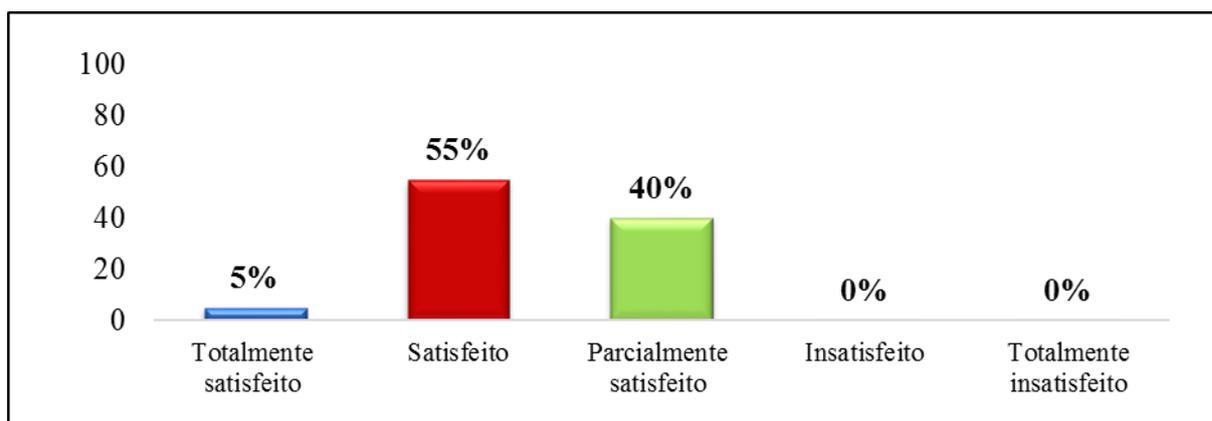
Na organização curricular fica evidente a ênfase na formação de um profissional que desempenhe múltiplas tarefas relacionadas à gestão de serviços hoteleiros. Nessa perspectiva, a questão indagava se as competências profissionais, habilidades e atitudes comportamentais como planejar, gerenciar e operar meios de hospedagem, gastronomia, clínicas e hospitais e spas, além do planejamento, gerenciamento e operação de empresas de eventos, recreação, lazer e de lavanderias foram desenvolvidas com sucesso.

A partir dos dados apresentados no gráfico no qual 55% dos estudantes ficaram satisfeitos com a competência proposta no PPC e desenvolvida ao longo do curso podemos inferir que o egresso, com relação às competências previstas, conseguiu de forma crítica e reflexiva tanto no setor hoteleiro como nos setores afins a exemplo da gastronomia, dentre outros, embasamento para atuar como gestor atento ao mundo competitivo em que vivemos na atualidade e às transformações que repercutem na prática profissional dos trabalhadores do século XXI. Diante disso, também não podemos esquecer de formar profissionais com ética,

espírito crítico, criativo e flexível e, ao mesmo tempo, justo e honesto no exercício da profissão que escolheu para desempenhar.

No gráfico 5 são apresentados os resultados referentes ao nível de satisfação com o curso no que diz respeito à legislação hoteleira, ambiental e código de defesa do consumidor o qual pode ser visualizado abaixo:

Gráfico 5 – Competência II -Desenvolvimento de competência profissional relacionada a planejar, gerenciar e operar marketing e vendas de produtos e serviços hoteleiros



Fonte: O autor (2017)
Dados da pesquisa

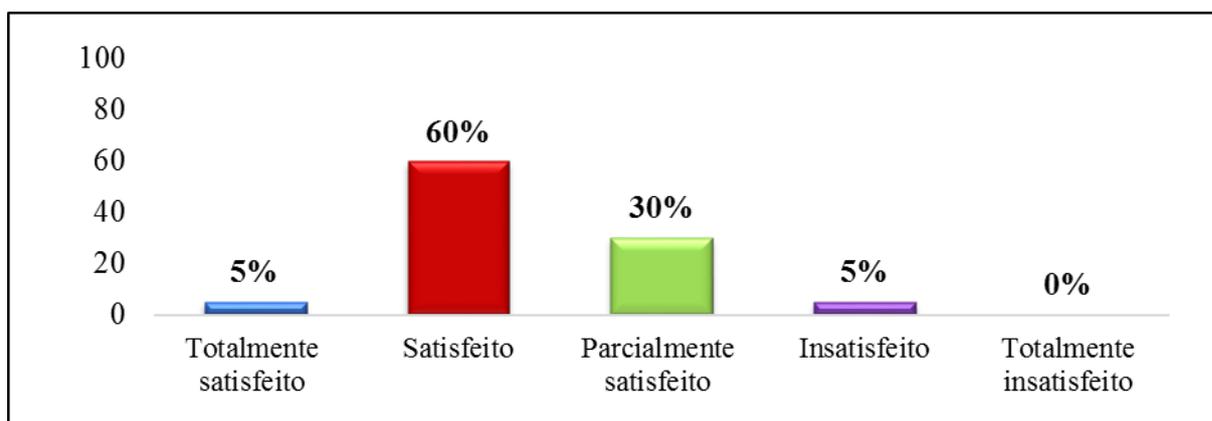
Pelos resultados do gráfico 5, podemos deduzir que os egressos ficaram satisfeitos com relação às competências exploradas no curso destinadas a promover a sua preparação para atuar na gestão do marketing hoteleiro que inclui conhecer a segmentação de mercado, ou seja, analisar o comportamento dos clientes para oferecer serviços personalizados voltados para o aumento da lucratividade da empresa e, concomitantemente, satisfazer as demandas do cliente que busca o serviço disponibilizado por determinado segmento do mercado.

O marketing pode ser definido “como um processo social e gerencial pelo qual indivíduos e grupos obtêm o que necessitam e desejam através da criação, oferta e troca de produtos de valor com outros” (KOTLER, 1998, p. 27). No curso eles participaram de uma disciplina de 90 horas intitulada “Marketing Hoteleiro”, que propunha desenvolver as competências descritas no questionário de pesquisa (Apêndice B), a partir do qual obtivemos os resultados elencados acima. Tais resultados revelam que os egressos apresentam certa insegurança para desempenhar essa atribuição integrante das prerrogativas inerentes ao tecnólogo em hotelaria.

A miscelânea de atribuições exigidas para atuar no ramo hoteleiro com as iminentes competências e habilidades se deve à complexidade da atividade e à multiplicidade de

relações econômicas e sociais criadas para atender às necessidades do turismo e consequentemente do setor hoteleiro.

Gráfico 6 – Competência III: Desenvolvimento de competência profissional relacionada a conhecer, interpretar e aplicar legislação hoteleira, legislação ambiental e Código de Defesa do Consumidor



Fonte: O autor (2017)
Dados da pesquisa

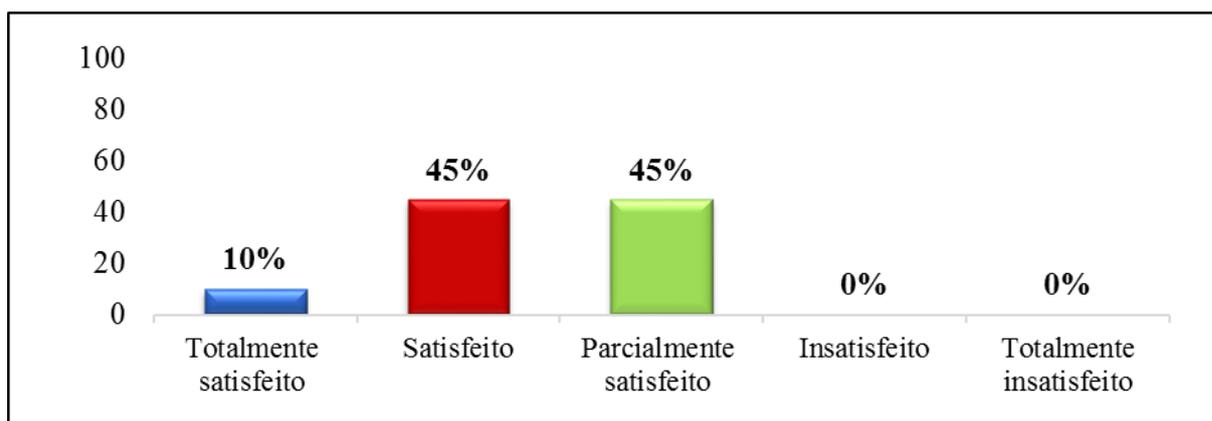
O gráfico 6 mostra o nível de satisfação do estudante relacionado às competências desenvolvidas ao longo do curso para conhecer, interpretar e aplicar legislação hoteleira, legislação ambiental e Código de Defesa do Consumidor.

Diversas atividades são regidas por leis que normatizam o exercício profissional como, por exemplo, o engenheiro, médico, arquiteto, professor, dentre outros. O tecnólogo em hotelaria não é diferente, é essencial que ele conheça o ordenamento jurídico que trata da legislação turística e ambiental dentro do seu ramo profissional. Quando o curso propõe como uma das competências do egresso a capacidade de interpretar e aplicar a legislação hoteleira, objetiva suscitar a capacidade crítica e analítica com vistas a sua aplicação no cotidiano das atividades profissionais desenvolvidas no ramo do setor hoteleiro.

Para Silva e Dolci (2008, p. 1), “os hotéis, operadoras turísticas e agências de viagens, como todos os outros estabelecimentos comerciais de bens e serviços, são responsáveis civilmente por todos os eventos que causem dano aos seus clientes”; portanto, o conhecimento das normas e regras que regulam os serviços hoteleiros “em função das atividades turísticas apresentarem risco de dano aos seus consumidores, entendemos que os hotéis e agências de viagem devem estar cientes dos limites da sua responsabilidade”. Como gestor dos serviços hoteleiros, o tecnólogo não pode prescindir de conhecer princípios, conceitos e normas jurídicas aplicáveis ao cotidiano das atividades turísticas e hoteleiras.

O gráfico 7 explora a percepção dos egressos com relação ao desenvolvimento de competências destinadas a conhecer, interpretar e aplicar pesquisas, sondagens e indicadores socioeconômicos, conforme podemos verificar a seguir.

Gráfico 7 – Competência IV - Desenvolvimento de competência profissional relacionada a conhecer, interpretar e aplicar pesquisas, sondagens e indicadores socioeconômicos



Fonte: O autor (2017)
Dados da pesquisa

O cenário econômico e social atual exige um profissional multifacetado que seja competente para desenvolver múltiplas tarefas no ambiente de trabalho. Nesse sentido, os conhecimentos pertinentes à aplicação de pesquisas possibilita analisar criticamente indicadores socioeconômicos que permitam aferir os impactos ambientais, sociais e econômicos dos empreendimentos turísticos considerando a relevância da atividade turística sem, contudo, negligenciar os reflexos na cadeia produtiva; preparando, assim, o egresso para tomada de decisões considerando as estruturas econômicas e sociais na qual a atividade turística está inserida, subsidiando as ações voltadas as atividades turísticas.

Os indicadores socioeconômicos oferecem informações cruciais para a definição de um conjunto de serviços turísticos que podem ser criados ou potencializados, além de auxiliar na definição de metas e estratégias que subsidiam as decisões dos gestores do turismo. As atividades turísticas provocam impactos nos ambientes naturais e culturais pelo contato com costumes e culturas diferentes. No entanto, o crescimento de desenvolvimento do turismo não pode prescindir das preocupações ambientais e da sustentabilidade.

Para que o desenvolvimento das atividades turísticas seja sustentável é necessário que políticas e planos que integrem os prestadores de serviços e a comunidade preservem os recursos ambientais e simultaneamente desenvolvam a economia local. Os indicadores são utilizados como ferramentas de gerenciamento e planejamento que permitem operacionalizar

melhor as decisões administrativas, reduzindo riscos e custos; agir preventivamente diante de situações emergenciais, corrigindo os impactos, quando necessário, e realizar o monitoramento. Tais ações servem de subsídios para a tomada de decisão da gestão dos serviços hoteleiros e turísticos.

No Brasil, apesar do potencial inquestionável da atividade turística, as autoridades responsáveis pelo desenvolvimento do setor, de forma geral, pouco adotam indicadores e pesquisas a fim de compreender melhor essa complexa atividade, minimizar possíveis falhas e orientar suas ações. “Em uma atividade que envolve diferentes setores produtivos, torna-se estratégico dispor de ferramentas que auxiliem o planejamento das ações e o investimento de recursos” (BRASIL, 2010, p. 27).

A definição de indicadores amplifica o conhecimento econômico, social, ambiental e cultural de determinado ramo da atividade produtiva. Para os egressos, são competências fundamentais para avaliar a sustentabilidade da atividade permitindo organizar e utilizar os dados coletados para o planejamento e cumprimento de metas voltadas ao desempenho do empreendimento, viabilizando assim a análise de decisões estratégicas e a tomada de decisão (GIUMELLI; POLLETE, 2008).

Para Silva (2012, p. 46), os gestores necessitam conhecer profundamente suas organizações, bem como o ambiente em que operam, a fim de avaliar o impacto da turbulência ambiental, desenvolver o cenário para uma solução eficaz e utilizar a informação para identificar tanto as oportunidades quanto as ameaças que o ambiente oferece a empresa.

No ramo hoteleiro não é diferente. A busca pela excelência no serviço, fator essencial para o sucesso competitivo, exige do gestor hoteleiro um pensamento estratégico na gestão das operações do hotel. As operações constituem uma fonte potencial para criar vantagem competitiva em relação à concorrência, isto é, adicionar valor aos diversos grupos de interesse do empreendimento (SILVA, 2012, p. 48).

Na atual conjuntura competitiva do ramo hoteleiro as práticas de gestão estratégica de pessoas podem ser o diferencial para um posicionamento mais privilegiado e, relação aos concorrentes. Assim sendo, a gestão de pessoas tem como premissa incentivar o aprimoramento dos serviços prestados para satisfazer as necessidades dos hóspedes.

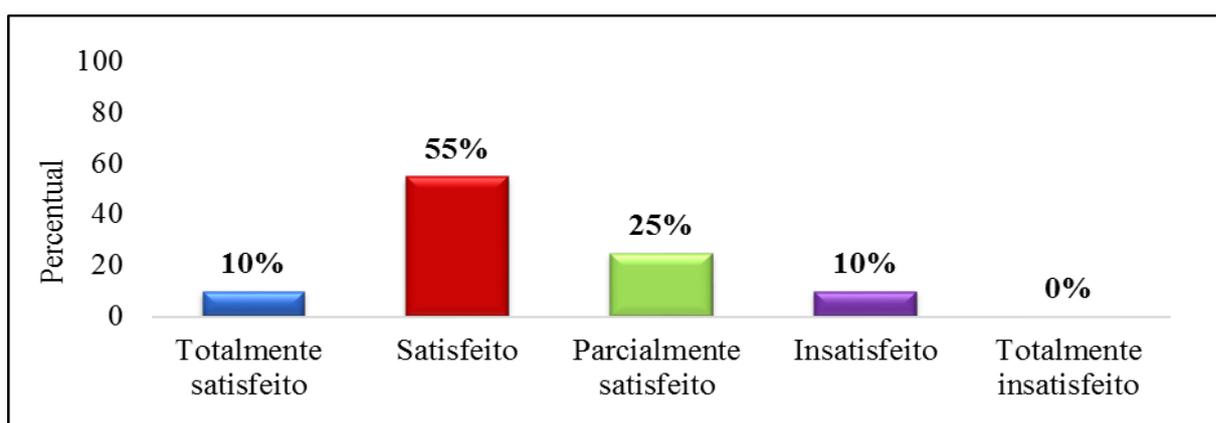
Para atender às diversificadas demandas dos serviços oferecidos na hotelaria é necessário trabalho interdependente e integrado de todos os funcionários “pois o comportamento e a atitude dos funcionários exercem reconhecida influência sobre os resultados organizacionais, tais como a qualidade dos serviços prestados” (BARRETO; LIMA, 2014, p. 1). Ainda segundo as autoras:

cabe aos gestores dos empreendimentos hoteleiros a influência indireta sobre esses resultados, por meio da valorização dos seus colaboradores, investindo no seu desenvolvimento, estimulando a motivação, o comprometimento, e concedendo maior autonomia ao pessoal de linha de frente (BARRETO; LIMA, 2014, p. 3).

Diante de sua função estratégica, o tecnólogo em hotelaria é cobrado para atuar em diversos setores do segmento hoteleiro para garantir que os serviços prestados aos hóspedes sejam executados seguindo o padrão de qualidade e proatividade por parte dos colaboradores. Dentre os serviços sob sua responsabilidade e supervisão, destacam-se o gerenciamento do hotel ou pensão, mais especificamente do serviço de hospedagem, dos serviços de alimentação e de bar oferecidos pelo estabelecimento, dos recursos humanos e financeiros simultaneamente, além das atividades de lazer.

Ao serem arguidos no questionário sobre as competências que envolvem essas atividades no cotidiano profissional, os egressos responderam, em sua maioria, que atuam satisfatoriamente exercendo essas múltiplas funções. Essa competência foi a mais equilibrada do ponto de vista daqueles que responderam positivamente com relação ao desenvolvimento como também daqueles que sinalizaram estar contentes com o desempenho das funções indicadas, conforme dados disponibilizados no gráfico 8.

Gráfico 8 - Competência V - Desenvolvimento de competência profissional relacionada a integrar, atuar e lidar com equipes multidisciplinares e com planos de programas e projetos relacionados aos meios de hospedagem



Fonte: O autor (2017)
Dados da pesquisa

A gestão de pessoas precisa trabalhar a motivação e o alinhamento dos funcionários com a missão e valores dos empreendimentos hoteleiros. Nesse sentido, é importante gerenciá-los adequadamente a fim de assegurar que seus interesses e atitudes estejam em sintonia com os objetivos estratégicos do gestor da hotelaria. Além de desenvolver todo o potencial e motivação, é necessário investir na formação profissional e educacional como cursos de formação continuada e progressão na carreira com a devida valorização profissional.

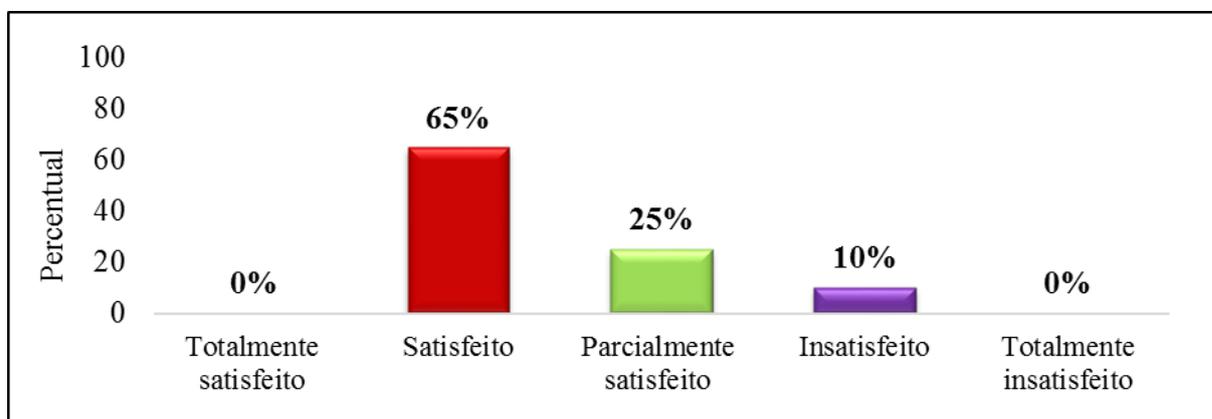
Dessa forma, o gestor da hotelaria precisa trabalhar para proporcionar um ambiente de trabalho estimulante, tendo em vista que a satisfação dos funcionários contribui para o sucesso da competitividade da empresa, especialmente no turismo, que caracteriza-se como uma atividade profissional em que os produtos e serviços são avaliados pela qualidade do trabalho humano.

As empresas de um modo geral estão buscando trabalhar com equipes multidisciplinares e multifuncionais distanciando assim do modelo fordista de produção em que cada trabalhador era responsável por uma etapa do processo produtivo. A gestão de pessoas está se tornando uma tarefa cada vez mais importante nas empresas em todas as atividades e, no turismo, desempenha papel preponderante para o sucesso dos serviços prestados aos clientes. Dentre as qualidades valorizadas pelos gestores, destacam-se: liderança, determinação, flexibilidade, organização, iniciativa, criatividade, empatia e estar sempre preparado para tomar decisões. O profissional que consegue congrega todas essas características é capaz de avaliar, planejar, escolher e gerenciar as atividades do setor hoteleiro.

Beni (1998, p. 187) endossa essa assertiva ao argumentar que a empresa hoteleira, “quando comparada a outros tipos de empresa, é menos propensa à automação, pois o tratamento pessoal e, o calor humano faz parte essencial da atividade em todos os setores (...), e, qualquer escassez de mão de obra tem reflexos imediatos e diretos em seu funcionamento.

Nessa perspectiva, o gráfico 8, demonstra que mais da metade dos egressos participantes da pesquisa estão satisfeitos com as competências relacionadas a lidar com equipes e projetos e programas relacionados aos meios de hospedagem.

Gráfico 9 – Competência VI - Desenvolvimento da competência profissional para utilizar técnicas de elaboração de projetos e modelos matemáticos de avaliação de gestão econômica e financeira



Fonte: O autor (2017)
Dados da pesquisa

No gráfico 9, temos a percepção dos egressos com relação às competências desenvolvidas para utilização de técnicas de elaboração de projetos e modelos matemáticos de avaliação e gestão financeira. Supõe-se que o estudante ao término do curso está apto para elaborar e aplicar ferramentas práticas de gestão econômica e financeira para otimização dos investimentos e recursos utilizados no empreendimento hoteleiro para maximizar o lucro e minimizar os custos operacionais, bem como para avaliar fatores econômicos, tecnológicos e humanos que impactam no desempenho financeiro do empreendimento.

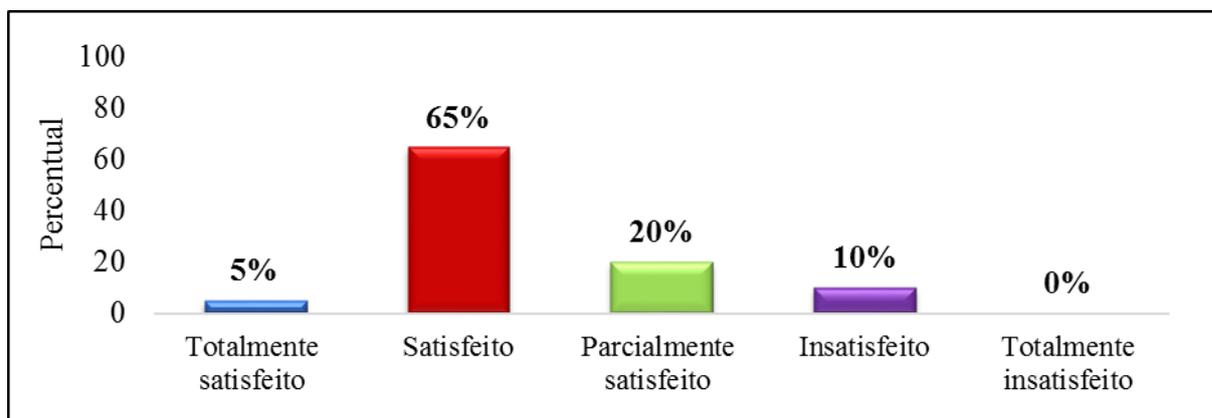
Um aspecto importante realizado no planejamento é a coleta de informações sobre o ambiente que a empresa opera: mercado, economia, tecnologias utilizadas e a legislação que regula o funcionamento. A avaliação financeira permite, de acordo com Medeiros et al. (2012, p. 2), “auxiliar o gestor financeiro de uma empresa no processo de planejamento, análise e controle das atividades financeiras”. Ainda de acordo com os autores, os negócios estão cada vez mais competitivos, obrigando as organizações a se adaptarem rapidamente às mudanças e aderirem às novas tecnologias. Assim sendo, as empresas precisam dispor de instrumentos para a tomada de decisão, bem como alocar seus recursos financeiros de maneira eficiente, escolhendo a melhor alternativa para que possam ter o retorno esperado sobre o capital inicialmente investido (MEDEIROS, et al, 2012, p. 2).

O tecnólogo em hotelaria precisará compreender princípios e normas contábeis que o auxilie na averiguação do resultado (lucros ou prejuízo), diagnosticando e interpretando os dados da situação econômica e financeira para tomar decisões assertivas com o intuito de

assegurar a satisfação do cliente e a rentabilidade para o empreendimento. Oliveira e Mioldazis (2014, p. 18) endossam essa afirmativa ao considerar que “as ferramentas de controles financeiros são instrumentos de apoio à tomada de decisão indispensável à gestão do negócio hoteleiro”. Os autores reforçam a importância dessas ferramentas para “acompanhar o desempenho do negócio como também para a formulação de estratégias mais adequadas a cada situação em que o empreendimento se encontra” (OLIVEIRA; MIELDAZIS, 2014, p. 18).

No gráfico 10, os dados revelam o nível de satisfação dos egressos no que concerne a sua formação para atuar no planejamento, organização, liderança, coordenação e controle das atividades hoteleiras e como multiplicador do conhecimento hoteleiro. Os resultados coletados indicam que a maior parte dos egressos ficou satisfeita com a competência.

Gráfico 10 – Competência VII: Desenvolvimento da competência profissional para planejar, organizar, liderar, coordenar e controlar as atividades hoteleiras e atuar como multiplicador do conhecimento hoteleiro



Fonte: O autor (2017)
Dados da pesquisa

Considerando as diversificadas atividades realizadas pelo gestor hoteleiro, destaca-se a necessidade de desenvolver uma visão estratégica e global do empreendimento com responsabilidade, inclusive, de formar continuamente sua equipe para que todos desenvolvam uma identidade com a empresa. Além de contratar os colaboradores que trabalham no hotel, é de sua responsabilidade preparar continuamente os funcionários para atender às demandas do cotidiano dos serviços oferecidos aos hóspedes, clientes e fornecedores, tendo em vista que o público da hotelaria é bastante eclético e de culturas diferentes. Na atuação como multiplicador o processo educativo destina-se a desenvolver atitudes proativas em sua equipe.

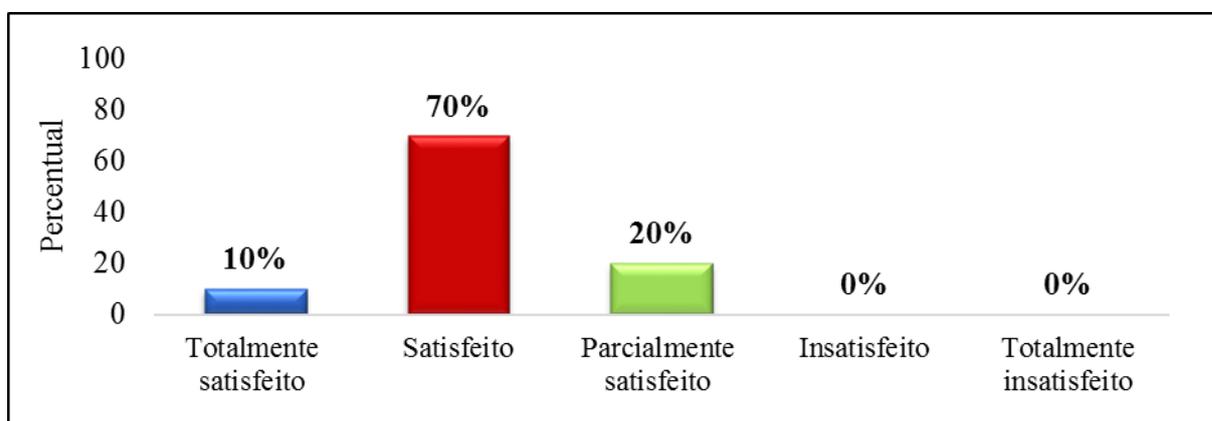
Nessa lógica, a gestão de pessoas adquire centralidade nas atividades hoteleiras, já que, para Castelli (2003, p. 36):

embora o progresso tecnológico tenha trazido inovações e aperfeiçoamentos no seio da empresa hoteleira, o elemento humano continua sendo a peça fundamental. É dele que depende todo processo de acolhida do cliente e, conseqüentemente, a própria rentabilidade da empresa. É do tratamento que o hospede recebe no hotel que depende em grande parte, a formação de uma imagem positiva ou negativa da cidade, da região ou do país. A demanda humana, e a oferta depende fundamentalmente do elemento humano.

Segundo Castelli (2003), os bons profissionais do setor hoteleiro são aqueles que possuem excelente qualificação pessoal, espírito de equipe e colaboração. Nessa direção, os dados evidenciam que 70% ficaram satisfeitos com a referida competência.

No gráfico 11, são apresentados os índices de satisfação com relação à competência profissional para atuar com base em valores éticos, com responsabilidade social, ambiente e justiça.

Gráfico 11 – Competência VIII: Desenvolvimento da competência profissional para atuar com base em valores éticos, com responsabilidade social, ambiente e justiça



Fonte: O autor (2017)
Dados da pesquisa

O gráfico 11 sinaliza que 10% ficaram totalmente satisfeitos, 70% satisfeitos e 20% parcialmente satisfeitos com o desenvolvimento da competência profissional para atuar com base na referida competência. Com a finalidade de contribuir e orientar os gestores de hotéis, a Associação Brasileira da Indústria de Hotel (ABIH) elaborou um manual de conduta hoteleira para lidar ética e profissionalmente com situações cotidianas a qual exige uma postura responsável e sustentável e respeito universal aos direitos humanos.

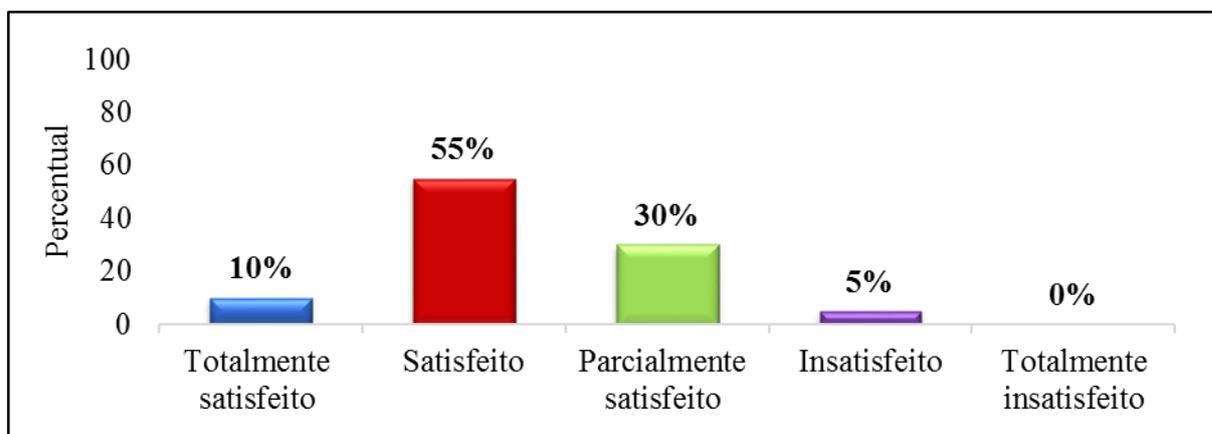
Para Moratelli e Souza (2006, p. 14), a questão da responsabilidade social na hotelaria, geralmente, fica restrita ao cumprimento de leis para evitar gastos com multas e

obrigações sociais. Simultaneamente, elas apontam para a necessidade do desenvolvimento de uma “nova postura gerencial, com mais responsabilidade econômica, legal, ética e filantrópica” considerando que a falta de “planejamento provoca, em médio e longo prazo, prejuízo as organizações hoteleiras”.

A partir das análises acima podemos inferir que o tecnólogo em hotelaria é um profissional multifacetado que gerencia, coordena, organiza, planeja e executa com sua equipe todos os serviços realizados em hotéis, resorts, pousadas, dentre outras na qual as funções administrativas sobressaem sobre as demais. As funções administrativas envolvem essencialmente o planejamento, organização, direção e controle e caracteriza o perfil profissional do egresso em hotelaria e reflete a organização estrutural do hotel.

No gráfico 12, são apresentados os níveis de satisfação dos egressos com relação ao desenvolvimento da competência profissional para coordenar e acompanhar trabalhos técnicos, estudos, pesquisas e projetos hoteleiros identificando os potenciais turísticos do setor considerando a diversidade cultural e a sustentabilidade da hotelaria.

Gráfico 12 – Competência IX - Desenvolvimento da competência profissional para coordenar e acompanhar trabalhos técnicos, estudos, pesquisas e projetos hoteleiros identificando os potenciais turísticos do setor considerando a diversidade cultural e a sustentabilidade da hotelaria



Fonte: O autor (2017)
Dados da pesquisa

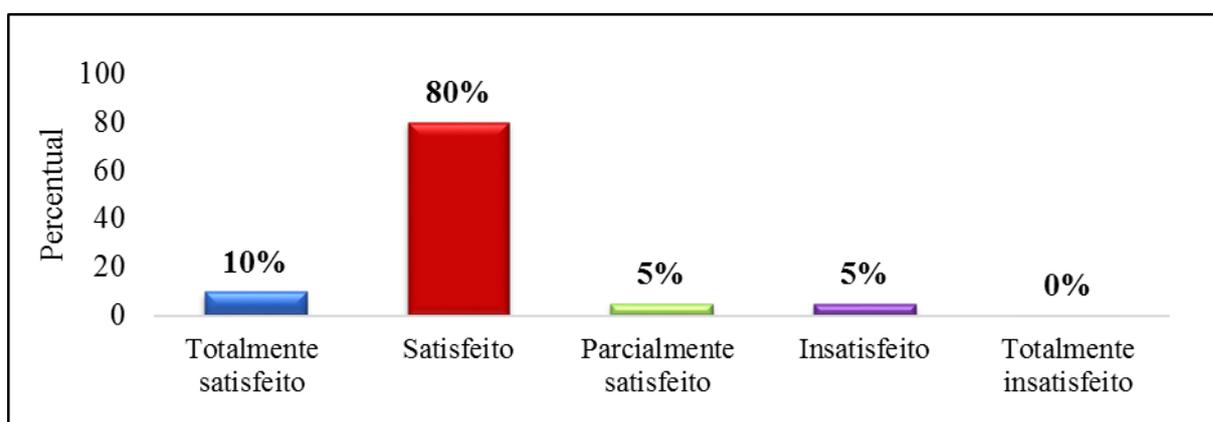
Os dados apresentados no gráfico 12 evidenciam que os egressos, ao concluir o curso e se inserir no mundo do trabalho, não terão total domínio teórico-prático de todas as atribuições inerentes a sua função, principalmente, considerando as multiplicidades de funções. No cotidiano é que as competências serão aprimoradas e ressignificadas de acordo com as demandas que forem surgindo.

5.2.6 Autoavaliação

Os dados no gráfico 13 revelam informações sobre o processo de autoavaliação dos egressos em relação ao seu nível pessoal de comprometimento com sua formação durante a realização do curso. A partir dos resultados indicados no gráfico, podemos inferir que a maioria dos estudantes sinaliza que se dedicou a sua formação inicial para exercer sua profissão com responsabilidade.

Por comprometimento adotamos a perspectiva apresentada por Felicetti e Morosini (2010, p. 25) na qual destacam que o “compromisso não é suficiente no contexto educacional em que vivemos, é necessário um comprometimento crítico, dinâmico e responsável por parte do estudante com relação a sua aprendizagem, uma vez que o mercado de trabalho exige cada vez mais pessoas capazes de criar e reproduzir; pessoas independentes que façam e não esperem que outros tomem a iniciativa”.

Gráfico 13 – Nível de comprometimento com sua formação acadêmica



Fonte: O autor (2017)
Dados da pesquisa

Os autores (2010) ressaltam ainda que o compromisso se traduz no tempo dedicado à aprendizagem por meio de realização de leituras e atividades propostas. Muitos estudantes pressupõem que estudar na EaD torna o processo de aprendizagem mais fácil e que dedicarão menos tempo e terão menos comprometimento com seu percurso pedagógico do que se estudassem presencialmente; contudo, a realidade aponta para a necessidade de o estudante dedicar mais tempo para atender às exigências da formação, o que culmina, dentre outros fatores, em evasão ou reorganização pessoal para conseguir acompanhar o ritmo imposto pela modalidade.

Outro aspecto relevante que precisa ser destacado é que o compromisso com a formação acadêmica não pode estar atrelado exclusivamente às necessidades do mercado e à autonomia profissional, já que o processo educativo implica no desenvolvimento de valores morais e éticos que contribuam para a composição de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária, voltada para o exercício da cidadania. A compreensão de que vivemos no mundo complexo e cada vez mais contraditório e imprevisível amplia o papel da educação nas relações sociais e econômicas como norteadora das decisões e escolhas tomadas por cada indivíduo que refletirá no conjunto da tessitura social.

Nesse sentido, no limite dos argumentos, seja pela possibilidade de acesso ao ensino superior, pela curiosidade que nos move, pela necessidade de manutenção ou de acesso ao mundo do trabalho, pela identidade com cursos a distância ou mesmo com o CST em Hotelaria EaD, a força motriz que mobilizou esses sujeitos a escolherem esse curso foi a necessidade de se colocarem no mercado de trabalho que se mostra altamente competitivo e requer cada vez mais uma maior e melhor qualificação dos sujeitos.

Os dados coletados revelam equilíbrio entre o quantitativo de egressos que indicaram estar satisfeitos com as competências desenvolvidas para atuar em situações reais de trabalho, como também daqueles que sinalizaram que não estão plenamente seguros para desenvolver as competências preconizadas no PPC do IFAL e requeridas pelo mundo do trabalho.

Nesta perspectiva, nossa intenção nessa seção foi evidenciar a partir dos resultados obtidos, a contribuição do CST em Hotelaria EaD ofertado pelo IFAL para o movimento de inserção dos egressos no mundo do trabalho por meio da análise do questionário aplicado no qual pudemos identificar os principais desafios enfrentados e se as competências propostas no PPC foram incorporadas a prática profissional. Passaremos agora a conclusão da pesquisa em que retomaremos ao problema da tese, objetivo e hipótese inicial e confrontamos sua pertinência com os resultados e análises obtidos na investigação.

6 CONCLUSÃO

Essa pesquisa tomou como foco de investigação averiguar como os egressos do CST em Hotelaria EaD ofertado pelo IFAL estão sendo inseridos no mundo do trabalho e quais as competências e habilidades aprendidas durante a formação são utilizadas em situações reais de trabalho. Metodologicamente, realizamos um estudo de caso embasado no instrumento de análise de conteúdo e documental do PPC do curso de Hotelaria EAD do IFAL e aplicação e análise de questionário com os egressos do curso.

De modo geral, esse estudo investigou as características dos egressos do CST em Hotelaria EaD ofertado pelo IFAL em seu movimento de inserção no mundo do trabalho. De modo específico, explorou o fenômeno da oferta de cursos tecnológicos no Brasil a partir de um estudo teórico-bibliográfico; analisou o PPC; identificou os desafios vivenciados pelos egressos desse curso na formação e na prática profissional; e avaliou a percepção desses egressos acerca das contribuições do curso para sua inserção no mundo do trabalho.

Por meio da pesquisa bibliográfica, compreendemos que o desenvolvimento científico e tecnológico permite o estabelecimento de novas relações econômicas, sociais e culturais na contemporaneidade em que o processo de globalização requer novas estruturas organizacionais do trabalho que, por sua vez, exigem profissionais melhor qualificados.

Nesse contexto, os CST surgem com a proposta de formação mais eficiente dos sujeitos, reduzindo o tempo de formação para atender as necessidades específicas do mundo do trabalho. Dessa forma, a oferta do curso por meio da EaD se insere nesse quadro de redefinição das demandas do mundo do trabalho, que exige um profissional polivalente e multifacetado. Dentre essas, destacam-se as seguintes qualidades: iniciativa, proatividade, colaboração, autonomia, flexibilidade, criatividade, disciplina, inovação, capacidade de planejamento e organização do tempo e familiaridade com as TDIC.

Constatamos que em um mundo cada vez mais globalizado a educação superior confronta-se com desafios sem precedentes; especialmente, a educação profissional por intermédio da oferta crescente dos CST presencial e a distância.

A finalidade principal em analisar esses elementos do PPC decorre do fato de que são eles que delineiam a identidade profissional e sua respectiva interface com o mundo do trabalho. Na leitura e análise do PPC ficaram implícitas as contradições e dilemas da sociedade vigente que busca, simultaneamente, preparar o sujeito para inserção no mercado de trabalho, mas, sem perder de vista a inquietação precípua de formar o homem multilateral ou integral orientado por princípios e valores humanísticos.

Nesse sentido, quando comparamos o que está proposto na justificativa do PPC com o objetivo do curso identificamos ambiguidades, visto que busca, simultaneamente, alinhar seus princípios educativos a formação plena do sujeito (multilateral) com as necessidades do mundo do trabalho (unilateral).

A análise do questionário teve como propósito averiguar se o que estava proposto no PPC com relação ao perfil profissional de conclusão foi desenvolvido e incorporado ao longo do curso. Os dados obtidos por meio da aplicação do questionário revelam que, em sua maioria, os estudantes ficaram satisfeitos com a formação profissional.

Outro aspecto que merece destaque é justamente um dos atrativos para realização do curso, redução do tempo, foi apontada como elemento a ser melhorado para as próximas ofertas, inclusive, com a sugestão de atividades de cunho mais prático.

Partimos da premissa de que em cursos ofertados na modalidade a distância, por sua própria natureza e pelo uso intenso das TDIC, o estudante egresso desenvolve competências e habilidades mais requisitadas pelo cenário contemporâneo e, por isso, ele, a princípio, teria mais chances de se inserir no mundo do trabalho e, conseqüentemente, ascender mais rapidamente na profissão.

A coleta de dados e a pesquisa bibliográfica realizados não apresentam indícios que comprovem esse raciocínio. Ainda que um dos egressos tenha sinalizado em sua resposta ao questionário que sua turma EaD tivera mais oportunidades do que os colegas que realizaram sua formação presencialmente, não existem dados concretos ou comparativos suficiente entre egressos do presencial e da EaD e o movimento de inserção no mundo do trabalho. Entendemos que as modalidades a distância e presencial não são concorrentes, apenas atendem a públicos que apresentam demandas distintas decorrentes da necessidade de flexibilidade para estudo originadas da necessidade de conciliar diversas atividades cotidianamente.

Com relação ao enunciado da segunda premissa de que uma parcela dos sujeitos ingressantes em cursos de EaD já estão inseridos no mundo do trabalho e, portanto, o perfil proposto no PPC esteja aquém das potencialidades desses sujeitos e, ainda, que os egressos apresentam um perfil que transcende o anunciado no PPC, esta proposição não foi passível de validação a partir dos dados obtidos com os participantes da pesquisa.

A afirmativa da hipótese, de que nos polos mais afastados dos grandes centros, os cursos de EaD não se apresentem como opção para os sujeitos, mas como a única saída possível para se realizar um curso superior, na grande maioria dos casos; não pode ser refutada a partir da averiguação dos dados, já que mais de 37% dos egressos que responderam

ao questionário informaram que a escolha pela realização do CST em Hotelaria foi determinada pelo desejo de realizar um curso superior, o que pressupõe não ser relevante o curso, mas a formação em nível superior. Essa conduta é compreensível considerando-se os desafios de ingresso e permanência no mundo do trabalho nos dias atuais e as oportunidades que se descortinam para aqueles que portam um diploma de nível superior, seja ele qual for, já que pode favorecê-lo num determinado contexto em que seja colocado em concorrência e disputa por um emprego ou concurso público.

É possível afirmar que uma parcela do grupo que ingressou no CST em Hotelaria EaD do IFAL pode tê-lo concluído sem construir uma identificação com a área e, por isso, tenha dificuldade em se inserir no mundo do trabalho, o que contrasta com a finalidade dos cursos tecnológicos que é garantir a identificação com o perfil profissional de conclusão do curso e da respectiva organização curricular.

Outro dado relevante é que, ao consultar o e-MEC, sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil, para verificar os cursos de hotelaria ofertados na modalidade EaD, constatamos que quatro CST presenciais em hotelaria e um bacharelado foram desativados ou tiveram extinção voluntária. Esse dado pode indicar uma retração na oferta, o que contrasta com a literatura pesquisada que aponta para o crescimento do setor. As cidades em que as IES solicitaram desativação foram Cabo Frio (RJ), São Paulo (SP), João Pessoa (PB) e São José (SC).

Com base na pesquisa bibliográfica e no estudo de caso realizados, os dados revelam que a formação de profissionais em CST na modalidade EaD prepara o estudante com competências e habilidades almejadas pelo mundo do trabalho conforme índice de satisfação obtidos no questionário aplicado com os egressos. Entretanto, conforme analisado no percurso da pesquisa, não podemos, a partir da adoção de uma visão progressista, limitar a formação do trabalhador às nuances do mundo do trabalho, é essencial que os cursos superiores de tecnologia formem o cidadão crítico e participativo, engajado na constituição de uma sociedade mais justa e igualitária, o que pressupõe superar a concepção de adaptação passivamente às mudanças requeridas pelo mundo do trabalho pressionados pelo modelo econômico vigente.

Vivemos num mundo cada vez mais complexo, seja na perspectiva política, econômica, social, ideológica ou educacional, com aceleradas transformações e transições abruptas que exigem respostas e resolução em um curto espaço de tempo de todos os segmentos da sociedade. Nesse contexto, é necessário que os pesquisadores estejam atentos para compreender e interpretar a realidade e de que modo as transformações em curso afetam

a sociedade, a economia e a cultura com implicações na educação e no trabalho ainda imprevisíveis em um universo de possibilidades e incertezas.

Os avanços científicos e tecnológicos e a reconfiguração das atividades laborais no século XXI se deparam com a realidade de uma grande parcela da população despreparada para lidar com as mudanças em curso, sendo necessária uma formação cada vez mais condizente com as necessidades da sociedade contemporânea.

As aprendizagens vivenciadas na educação básica e no ensino superior, geralmente, estão distantes das competências e habilidades exigidas dos profissionais nas atividades econômicas e nas relações sociais e culturais, revelando um distanciamento das práticas educativas da realidade social e do mundo do trabalho. Realidade já constatada e criticada por John Dewey no final do século XIX, início do século XX.

Dessa forma, aumenta a necessidade de formar profissionais com conhecimentos e habilidades, que ultrapassem um determinado campo específico do saber e que contemplem todas as demandas exigidas pela sociedade atual, o que implica uma formação ao longo da vida; contudo, acreditamos que no ambiente universitário o estudante se apropriará de informações, conhecimentos e habilidades que serão decisivos para sua formação pessoal e profissional.

O ensino superior na sociedade contemporânea precisa oferecer oportunidades de formação ao longo da vida, possibilidades de aproximação da vida acadêmica da atividade laboral, além de favorecer seu desenvolvimento pessoal e profissional, ajudando na sua inserção no mundo do trabalho com um conjunto de conhecimentos e habilidades, visto que muitas atividades profissionais tornar-se-ão obsoletas e dispensáveis. Por sinal, uma das implicações do desenvolvimento científico e tecnológico é justamente o aumento da carência de uma formação e qualificação permanente para atender as mudanças da matriz econômica atual, baseada justamente na informação.

A necessidade de agilidade e aumento da produtividade reflete na formação crítica e reflexiva do estudante cada vez mais aligeirada para sua rápida inserção no mundo do trabalho com competências e habilidades moldadas para contemplar carências de produção, essa dinâmica implica num menor tempo para reflexão, elementos essenciais para uma formação crítica.

O ensino superior desempenha papel relevante na criação e disseminação da informação, e, diante do cenário atual, formar profissionais com qualificações que garanta a produtividade e competências desejadas pelo mundo do trabalho. Entretanto, não deve ser vista como razão única de sua existência, já que o ensino superior se propõe a ser o espaço

para debate e respostas para muitos problemas enfrentados pela sociedade que não se restringem exclusivamente à qualificação/formação profissional.

O ensino superior necessita estar simultaneamente na vanguarda e retaguarda de novas descobertas científicas; não pode, contudo, ficar inerte ou obsoleto com relação às mudanças e transformações econômicas e sociais; portanto, ele é o elo entre desenvolvimento científico e tecnológico e as demandas sociais. Nesse cenário, os CST de tecnologia vêm crescendo rapidamente com uma duração menor que os cursos superiores tradicionais, em média, dois anos. O crescimento ocorre simultaneamente em instituições públicas como os IFS, como também, nas instituições privadas de ensino superior. Vale salientar que o crescimento do ensino superior nas duas últimas décadas ainda é insuficiente para atender às necessidades da economia brasileira e, ademais, de representar efetivamente um processo de democratização e diminuição das desigualdades de acesso e permanência no ensino superior.

Nesse panorama de mudanças, a EaD traduz as necessidades de qualificação profissional para o século XXI, pautada em uma proposta pedagógica de formação flexível, autônoma, colaborativa que incentiva a iniciativa e inovação além de integrar as tecnologias da informação ao processo de ensino e aprendizagem de forma crítica e reflexiva, sendo, portanto, necessários o seu domínio e uso crítico e criativo para resolução de problemas, para pesquisa e produção do conhecimento e socialização da informação.

Com o desenvolvimento e crescimento econômico cada vez mais recursos são destinados para ampliação da oferta de educação profissional. Paralelamente, percebe-se a necessidade da formação dos profissionais que atuam na educação profissional para uma melhor apropriação de práticas pedagógicas mais condizentes com a realidade contemporânea. Aliado a essa demanda surge um novo desafio que é a atuação desses profissionais em cursos a distância espalhados em todo o país por meio da UAB, sistema que integra as universidades públicas e visa oportunizar o acesso ao ensino superior a população que apresenta dificuldades de cursar presencialmente e aumentar a oferta de vagas com redução de custos operacionais.

A constatação do papel e relevância que a educação profissional vivencia no momento e a própria expectativa esboçada na LDB (BRASIL, 1996, p. 20) considerando “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e a tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. Nessa perspectiva, a valorização da educação profissional nas últimas décadas deve-se, entre outros fatores, ao desenvolvimento econômico e às transformações ocorridas no mundo de trabalho criando uma demanda por profissionais qualificados em diversas áreas da cadeia produtiva,

que se apresenta cada vez mais competitiva, exigindo o investimento em pesquisas e inovação tecnológica e a qualificação profissional.

As mudanças ocorridas na sociedade afetam diretamente a escola e atuação docente, resultando numa formação permanente dos professores para enfrentar os desafios advindos do mundo do trabalho. Nesse sentido, os perfis de professores e estudantes deverão contemplar as habilidades exigidas pelo mundo do trabalho, incidindo numa prática educativa alinhada às mudanças no campo produtivo, o que definirá as mudanças curriculares e de práticas pedagógicas atuais.

A educação, de um modo geral e a Educação Profissional, especificamente, são impelidas a corresponder aos novos desafios e exigências econômicas e sociais, a rever o seu papel, o currículo e as práticas educativas condizentes com o cenário atual. As mudanças em curso são urgentes e emergenciais e a ação pedagógica é decisiva na qualificação profissional dos estudantes para sua incorporação ao mercado do trabalho. Nesta tarefa, os IFS, como escola de educação profissional, têm papel fundamental, trabalhando para alinhar os seus professores às mudanças que estamos vivenciando.

A opção de realizar a pesquisa no IFAL é que *a priori* a instituição atendia a todos os condicionantes proposto para investigação. Observando os percentuais que expressam o nível de satisfação com as competências desenvolvidas para o exercício da profissão, os dados indicam que em sua maioria os egressos estão satisfeitos.

Os dados apontaram que os egressos desenvolveram na sua formação competências e habilidades requeridas pelo mundo do trabalho e em consonância com o perfil profissional de conclusão do CST em Hotelaria EaD. Entretanto, não foi possível identificar por meio dos dados obtidos se os egressos tiveram uma formação fundamentada nas dimensões humanísticas, capaz de se inserir na sociedade em condições de atuação para a sua transformação conforme proposto no PPC (IFAL, 2012).

Ainda com base nos dados do questionário, a análise indicou a dificuldade ou falta de interesse dos egressos em exercer a profissão, já que apenas 5% começaram a atuar na área após a conclusão do curso, 50% nunca atuaram e 40% atuam na área de turismo e afins.

Os empreendimentos voltados para hotelaria como hotéis, resorts, flats, pousadas, entre outros, cresce vertiginosamente, principalmente, na região nordeste. Na economia brasileira, o setor de hotelaria e turismo apresenta alta performance e relevância com perspectiva de expansão, o que aumenta a busca por profissionais qualificados para atuar no segmento. Como a proposta do Ifal está baseada no tripé pesquisa, ensino e extensão, cabe analisar como esses elementos foram articulados na execução do curso e na formação de

profissionais que supere o reducionismo. Os dados revelam a necessidade de novos estudos que abordem a temática.

Em face dos resultados apresentado; pode-se concluir que, em relação as competências profissionais e o perfil profissional de conclusão disposto no PPC e os resultados e análises do questionário, as competências requeridas para atuação como tecnólogo em hotelaria foram adquiridas.

Como proposição para futura investigações sinalizaria a necessidade de analisar a formação dos professores que atuam na EaD em CST, as práticas educativas vivenciadas em AVA e as propostas formativas que superem a visão reducionista do modelo econômico vigente no ensino superior em cursos tecnológicos.

Conforme a análise dos dados e a problemática que permeou essa investigação é possível concluir, portanto, que a relação teoria e prática na formação dos estudantes são mais determinantes para consolidar o perfil profissional de conclusão com suas respectivas competências, do que mesmo, a presença ou não das TDIC na formação dos estudantes na sociedade contemporânea. É justamente, essa constatação que poderá ser generalizado e servir de modelo para pesquisas congêneres que tenha como objetivo avaliar os impactos da formação de estudantes egressos de cursos a distância e sua inserção no mundo do trabalho.

Por fim, essa constatação não diminui a relevância do uso das TDIC na educação presencial ou EaD, pelo contrário, seu uso é primordial nos processos educativos contemporâneos, porém, precisam ser melhor exploradas na relação teoria e prática com vistas aos desafios enfrentados para aceder ao mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

- AL'ABRI, Khalaf. The impact of globalization on education policy of developing countries: oman as an example. **Literacy Information and Computer Education Journal (LICEJ)**, v. 2, n. 4, p. 491-502, dez. 2011. Disponível em: <http://www.infonomics-society.org/LICEJ/The%20Impact%20of%20Globalization%20on%20Education%20Policy%20of%20Developing%20Countries_Oman%20as%20an%20Example.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2015.
- ALMEIDA, Leandro A. et al., democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 17, n. 3, p. 899-920, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v17n3/a14v17n3.pdf>>. Acesso em: 10 maio. 2017.
- ALMEIDA, Onília. Evasão em cursos a distância: análise dos motivos de desistência. In: XIV Congresso Internacional ABED de Educação a Distância. 14. 2008. Santos (SP) **Anais eletrônicos...** Santos : ABED, 2008. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008112738pm.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2017.
- ANTUNES, Daví. **Capitalismo e desigualdade**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000785836&fd=y>>. Acesso em: 7 out. 2015.
- AQUINO, Sérgio; ZAMBAM, Neuro. As contradições do capitalismo no século XXI e sua metamorfose pela democracia e justiça. **Scientia Iuris**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 107-140, jul. 2016. Disponível em: <www.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/download/22711/19259>. Acesso em: 10 mai. 2017.
- ARAUJO, Maria L. Avaliação internacional: concepções inerentes ao pisa e seus resultados no Brasil. In: XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. 26. 2013. Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: Anpae, 2013. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/MaLourdesAraujo-ComunicacaoOral-int.pdf>> Acesso em: 28 abr. 2017.
- ARETIO, Lorenzo. **Sociedad del conocimiento y educación**. Navarra: Librería Uned; Bravo Murillo, 2012. Disponível em: <http://www.cca.org.mx/portal_2/files/Sociedad_del_Conocimiento_y_Educacion.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2016.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARRETO, Leilanne; LIMA, Catiane. Gestão de pessoas na hotelaria: um estudo de caso no hotel Ponta do Madeiro – Pipa/RN. In: XI Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo - ANPTUR. 11, 2014. São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Aleph, 2014. Disponível em: <<http://www.anptur.org.br/anptur/anais/v.10/Anais/DPG2/090.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BASTOS, Carmen; ROVARIS, Nelci. Saberes docentes necessários à prática pedagógica dos professores da educação profissional de uma universidade federal tecnológica. In: IX Seminário Anped Sul. 11, 2012. Caxias do Sul. **Anais eletrônicos...** Caxias do Sul: UCS, 2012. Disponível em:

<<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1233/49>>. Acesso em: 4 mar. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BENI, Mário C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora Senac SP, 1998.

BEZERRA, Márcia M. Estratégias de desenvolvimento do turismo: em busca de uma tipologia. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 347-374, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-69-56.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

BISPO, Dalila. A língua portuguesa e o mercado de trabalho: um olhar sobre as relações entre o domínio do próprio idioma e o êxito profissional. In: VI Encontro Internacional de Formação de Professores. 6. 2013. Aracaju. **Anais eletrônicos...** Aracaju: UNIT, 2013. Disponível em:

<http://midia.unit.br/enfope/2013/gt7/a_lingua_portuguesa_mercado_trabalho.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2017.

BOBBITT, John F. **O currículo**. Lisboa: Didática, 2004.

BORELLI, Alice et al. Cursos superiores tecnológicos: uma análise sob a ótica dos conceitos do pensamento sistêmico. **Espacios**, v. 36, n. 9. p. E2, 2015. Disponível em:

<<http://www.revistaespacios.com/a15v36n09/153609E2.html#referenc>>. Acesso em: 16 maio 2016.

BRASIL. **Classificação Brasileira de Ocupações: CBO**, 2010. 3. ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010a.

BRASIL. CGU. **Relatório de avaliação da execução de programas de governo: infraestrutura de tecnologias da informação para a educação básica pública (PROINFO)**. Brasília: CGU, 2013. Disponível em:

<http://sistemas.cgu.gov.br/relats/uploads/2506_%20RAv%2016%20-%20PROINFO.pdf>. Acesso em: 12 out. 2015.

BRASIL. MEC. **Lei n 5.540 de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília: MEC, 1968. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

BRASIL. MEC. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. MEC. **Lei n 9.354 de 20 de dezembro de 1996**. LDBEN. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 2 de jun. 2016.

BRASIL. MEC. CNE. Câmara de Educação Superior. **Parecer n. 776/1997**. Orientação para as Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_parecer77697.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2016.

BRASIL. MEC. CNE. Câmara de Educação Básica. **Parecer n. 16/1999**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília: MEC, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb016_99.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2016.

BRASIL. MEC. CNE. **Parecer 436, de 02 de Abril de 2001**. CST Formação de Tecnólogos. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>> Acesso em: 2 jun. 2016.

BRASIL. MEC. **Resolução CNE/CP n. 3/2002** de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília. 23 dez. 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>> Acesso em: 14 abr. 2017.

BRASIL. MEC. CNE. Câmara de Educação Superior. **Parecer n. 29/2002**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico. Brasília: MEC, 2002b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/cp29.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

BRASIL. MEC. **Decreto n. 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília. 20 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 23 abr. 2017.

BRASIL. MEC. CNE. Câmara de Educação Superior. **Parecer n. 277 de 7 de dezembro de 2006**. Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação. Brasília: MEC, 2006a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces277_06.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2016.

BRASIL. MEC. **Portaria n. 10 de 28 de julho de 2006**. Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Brasília: MEC, 2006b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb016_99.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2016.

BRASIL. MEC. **Lei nº. 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília. 30 de dez. 2008. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

BRASIL. MEC. **O PNE 2011-2020: metas e estratégia**. Brasília: MEC, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 28 abr. 2017

BRASIL. MEC. **Resolução n. 1, de 2 de fevereiro de 2016**. Define Diretrizes Operacionais Nacionais para o credenciamento institucional e a oferta de cursos e programas de Ensino

Médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=33151-resolucao-ceb-n1-fevereiro-2016-pdf&category_slug=fevereiro-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 14 abr. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo. **Índice de competitividade do turismo nacional**. Brasília: Mtur, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Relatxrio_Brasil_2010.pdf/>. Acesso em: 5 nov. 2016.

CAMARGO, André. **Félix Guattari: subjetividade, capitalismo e educação**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

CÂNDIDO, João. Globalização e exclusão social. **Revista Africanidades**, ano 3, n. 10, ago. 2010. Disponível em: <http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/10082010_29.pdf>. Acesso em: 7 set. 2015.

CASTELLI, Geraldo. **Administração hoteleira**. 9. ed. Caxias do Sul: Educs, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**, 11. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CASTRO, Claudio. **A universidade em guerra (com ela mesma)**. 2015. Disponível em: <<http://claudiomouracastro.com.br/wp-content/uploads/2015/02/A-universidade-em-guerra-com-ela-mesma-.pdf>> Acesso em: 16 mai. 2016.

CAVALCANTE, Márcio; CAVALCANTE, MÁRIO. Globalização e meio ambiente: dialética da relação entre sociedade moderna e natureza. **Saber Acadêmico**, n. 7, p. 161-169, jun. 2009. Disponível em: <http://www.uniesp.edu.br/revista/revista7/pdf/15_globalizacao.pdf>. Acesso em: 7 set. 2015.

CÊA, Georgia; SANDRI, Simone. Formação geral e mundo do trabalho: horizontes em disputa. **Currículo sem Fronteiras**, v. 8, n. 1, p. 76-93, jan./dez. 2008. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol8iss1articles/cea_sandri.pdf>. Acesso em: 8 maio 2017.

CHAER Galdino et al. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_social.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2017.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CHRISTOPHE, Micheline. **A legislação sobre a Educação Tecnológica, no quadro da Educação Profissional Brasileira**. IETS. Rio de Janeiro: Janeiro, 2005. Disponível em: <http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Gestao_de_cooperativas/educacao%20tecnologica.pdf>. Acesso em: 7 set. 2015.

CIVALSCI, Elaine. **Cursos superiores de graduação tecnológica: estigma discriminatório?** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontífice, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

COELHO, Ana M. Método do estudo de caso (case studies) ou método do caso (teaching cases)? Uma análise dos dois métodos no ensino e pesquisa em Administração. **Revista Eletrônica Mackenzie de Casos**. São Paulo, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/remac/jul_dez_05/06.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2017.

COIMBRA, José. Considerações sobre a interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., Arlindo. **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus, 2000, p. 52-70.

COLL, César; MONEREO, Carles. Educação e aprendizagem no século XXI: novas ferramentas, novos cenários, novas finalidades. In: COLL, César; MONEREO, Carles (Org). **Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação**. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 150-46.

DEFFUNE, Deisi; DEPRESBITERIS. **Competências, habilidades e currículos da educação profissional: crônicas e reflexões**. São Paulo: Senac SP, 2000.

DELORS, Jacques (Org.) **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Unesco/MEC/Cortez, 1998.

FAVRETTO, Juliana; MORETTO, Cleide F. Os cursos superiores de tecnologia no contexto de expansão da educação superior no Brasil: a retomada da ênfase na educação profissional. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 123, p. 407-424, abr.-jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v34n123/05.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

FELICETTI, Vera L; MOROSINI, Marília C. Do compromisso ao comprometimento: o estudante e a aprendizagem. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 23-44, 2010. Editora UFPR Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/nspe2/02.pdf>> Acesso em: 5 nov. 2016.

FELIZARDO, Jean. Capitalismo, organização do trabalho e tecnologia da produção e seus impactos na qualificação da força de trabalho. **Revista Labor**, v. 3, p. 1-26, 2010. Disponível em: <<http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume3/capitalismo.pdf>> Acesso em: 7 out. 2015.

FERNANDES, Juliana. **Educação tecnológica e empregabilidade: revelações de egressos**. 2012. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação). Pontífice, Universidade Católica de Goiás, Goiânia. 2012.

FERRETI, Celso J.; SILVA JÚNIOR, João R. Educação profissional numa sociedade sem empregos. **Cadernos de Pesquisa**, n. 109, p. 43- 66, mar. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n109/n109a03.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

FONSECA, Marília. Planos de governo e educação brasileira: do regime militar aos tempos atuais. **RBPAE**, v. 30, n. 2, p. 251-268, mai./ago. 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/53660/33076> pdf>. Acesso em: 23 maio 2016.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed e Bookman, 2009.

FRANCA, Maíra. Perspectiva do investimento público em educação: é possível alcançar 10% do PIB?. **CEDE**, n. 74, p. 1-25, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/TD74.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

FRANCO, Marília. **Análise de conteúdo**. 3 ed. Brasília: Liber, 2008.

FRANZON, Sadi. Os acordos mec-usaid e a reforma universitária de 1968-as garras da águia na legislação de ensino brasileira. In: XII Congresso Nacional de Educação. 12. 2015. Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: PUCPR, 2015. p. 40619-40632. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21202_9057.pdf>. Acesso em: 8 maio 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica**. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. **Capitalism and freedom**. Chicago: University of Chicago Press. 2002.

GESSER, Verônica; RANGHETTI, Diva. O currículo no ensino superior: princípios epistemológicos para um *design* contemporâneo. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 7 n. 2 ago. 2011. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/6775/4902>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIUMELLI, Olívia; POLETTE, Marcos. A utilização de indicadores para a análise da sustentabilidade em áreas turísticas. In: V seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul – SeminTUR- Turismo: Inovações da pesquisa na América Latina. 5. 2008. Caxias do Sul. **Anais eletrônicos...** Caxias do Sul: UCS, 2008. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplVseminTur%20eventos/seminarios_semintur/semin_tur_5/trabalhos/arquivos/gt06-01.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

GRAY, D. **Pesquisa no mundo real**. 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HERNANDEZ, Paulo R. A Universidade Aberta do Brasil e a democratização do Ensino Superior público. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362017005001104&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 abr. 2017.

HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IFAL. **Projeto político pedagógico institucional**. Maceió: IFAL, 2013. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.ifal.edu.br/documentos/pdi-1/pppi>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

IFAL. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria a Distância**. Maceió: IFAL, 2012. Disponível em:

<http://www.ead.ifal.edu.br/arquivos/materialparadownload/arquivo/2012/08/ppc_hotelaria.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2016.

IFAL. Pró-Reitoria de Ensino. Diretoria de Ensino a Distância. **Histórico**. Maceió: IFAL, 2016. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.ifal.edu.br/documentos/pdi-1/pppi>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

INEP. **Censo da Educação Superior**: resumo técnico, 2015. Brasília: INEP, 2015.

IVASHITA, Simone et al. O ensino superior na perspectiva do Banco Mundial: algumas considerações. In: IX Congresso Nacional de Educação. 9. 2009. Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: PUCPR, 2009. p. 1-12. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2865_2156.pdf>. Acesso em: 28 abr 2017.

JANTSCH, Ari P.; AZEVEDO, Luiz A. Expansão da educação tecnológica de nível superior no Brasil e rendição ao mercado. **Revista Tecnologia & Cultura**. Rio de Janeiro - ano 13 – n. 18 - p. 26/35 - jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://200.9.149.159/index.php/revista-tecnologia-cultura/article/view/11/72>> Acesso em: 10 maio. 2017.

JESUS, Adriana. Currículo e educação: conceitos e questões no contexto educacional. In: VIII Congresso Nacional de Educação. 8. 2008. Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: PUCPR, 2008, p. 1-14. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/642_840.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2016.

JEZINE, Edineide et al. O acesso ao ensino superior no contexto da globalização: o caso do Brasil e de Portugal. **Revista Lusófona de Educação**, n. 18, 2011. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/2563>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

JUCÁ, Mario et ali. **CST**: um avanço da educação superior no brasil. In: XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 10, 2010. Mar Del Plata. **Anais eletrônicos...** Mar Del Plata: UFSC. 2010. p. 1-11. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/97065/cursos%20superiores%20tecnol%3gicos%20um%20avan%20da%20educa%20superio.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 maio 2016.

VIEIRA, Kelmara., DALMORO, Marlon. Dilemas na construção de escalas tipo likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados?. In: XXXII Encontro da Anpad. 32. 2008. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EPQ-A1615.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

KOTLER, P. **Administração de marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1998

KUENZER. Acácia. O Ensino Médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito Acacia. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 70, abr. 2000. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T2SF/AnaDantas/13.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

LARENTIS, Fabiano, GIACOMELLO, Cintia P. Análise da importância em pesquisas de satisfação através da regressão múltipla: estudo do efeito de diferentes pontos de escala. In: V

Encontro de Marketing da Anpad. 5. 2012. Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: Anpad, 2012. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/adm/pdf/2012_EMA237.pdf>. Acesso em 26 mar. 2017.

LESSA, Shara. Os reflexos da legislação de educação a distância no Brasil. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, v. 10, p. 1-12, 2011. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/edicoes/2011/Artigo_02.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2017.

LIMA, Domingos L. Universidades tecnológicas e redefinição da institucionalidade da educação profissional: concepções e rupturas. In: MOLL, Jaqueline e colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed. 2010.

LIRA, Alexandre. **A Legislação da educação no Brasil durante a Ditadura Militar (1964-1985): um espaço de disputas**. 2010. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1265.pdf>>. Acesso em: 8 maio 2017.

LOPES, Alice. Competências na organização curricular da reforma do Ensino Médio. **Boletim Técnico do Senac**, v. 27, n. 3, p. 1-17, set./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/273/boltec273a.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

LOPES, Darlison. O desenvolvimento insustentável: capitalismo e natureza. In: III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. 3. 2013. Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: Cress, 2013. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/o%20desenvolvimento%20insustent%c3%81vel_%20capitalismo%20e%20natureza.pdf>. Acesso em: 12 out. 2015.

LOPES, Paulo et al. Expansão da educação a distância e o ingresso de licenciados no mercado de trabalho. In: Simpósio Internacional de Educação a Distância e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância. 1 2016. São Carlos. **Anais eletrônicos...** São Carlos: UFSCar, 2016. Disponível em: <<http://www.siedenped2016.ead.ufscar.br/ojs/index.php/2016/article/viewFile/1356/560>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

LOPES, Rosa M.; ALVES, Larissa. O desenvolvimento do turismo no estado do Rio Grande do Norte a partir da ação pública. 2015. **Revista da Cultura e do Turismo**, ano 9, n. 3, p. 143-173, out. 2015. Disponível em: <<http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano9-edicao3/7.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2015.

LORDELO, Sayonara Nobre. **O mundo do trabalho e a formação do tecnólogo: compreensões necessárias à construção da sua identidade profissional**. 2011. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

LOTTERMAN, Osmar. O currículo integrado. **Marxismo 21**, ago. 2014. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/08/O-curriculo-integrado-Osmar-Lotterman-2.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

MACHADO, Lucília R. O profissional tecnólogo e sua formação. **RET - Rede de Estudos do Trabalho**, ano 2, n. 3. UNESP: Marília, 2008. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org>> Acesso em: 29 jul. 2011.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Organização da educação profissional e tecnológica por eixos tecnológicos. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 16, n. 30, p. 89-108, jan./jun. 2010b. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/1458/1090>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

MANZATO, Antonio; SANTOS, Adriana. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa**. Florianópolis: UFSC, 2012. p. 1-17. Disponível em: <http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/ensino_2012_1/elaboracao_questionarios_pesquisa_quantitativa.pdf>. Acesso em: 10 maio 2017.

MANZINI, Eduardo J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: II Seminário Internacional Sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos. 2. 2004. Bauru. **Anais eletrônicos...** Bauru: USC, 2004. p. 1-10. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/IIsepeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

MARCONI, Maria A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARQUES, Sabrina. Neoliberalismo: uma fase atual do capitalismo. In: XV Encontro Regional de História. 15. 2016. Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: ANPUH, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1460991918_ARQUIVO_SabrinaRodriguesMarques.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.

MASETTO, Marcos (Org.). **Docência na universidade**. Campinas: Papirus, 1998.

_____, Marcos . **Competências pedagógicas do professor universitário**. São Paulo: Global, 2001.

MATIJASCIC, Milko et al. Crise financeira internacional: Reação das Instituições Multilateral. In: MUSSE, Juliano Sander; VAZ, Flávio Tonelli; MARTINS, Floriano José (Org.). **Crise Financeira Mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho**. Brasília: ANFIP, 2009. p.v29-34. Disponível em: <<http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/102859970-Crise-Financeira-Mundial.pdf>>. Acesso em 28 abr. 2017.

MEDEIROS, Flaviani et al. Gestão econômica e financeira: a aplicação de indicadores. In: IX SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 9. 2012. Resende. **Anais eletrônicos...** Resende: AEDB, 2012. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/681653.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

MERCADO, Luís. **Ferramentas de avaliação na educação online**. In: IX Congresso Iberoamericano de Informática Educativa. 9. 2008. Caracas. **Anais eletrônicos...** Caracas: Universidad Metropolitana, 2008. p. 1-7. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/niee/eventos/RIBIE/2008/pdf/ferramientas_avaluacion.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2017.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORAES, Camila; COLLET, João M. **Brazil, in education at a glance 2015: OECD Indicators**. 2015. Disponível em <<https://www.oecd.org/brazil/Education-at-a-glance-2015-Brazil-in-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Senac SP, 2001.

MORATELLI, Rafael.; SOUZA, Maria. Responsabilidade social nas organizações hoteleiras de Santa Catarina. In: IV seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. 4. 2006. Caxias do Sul. **Anais eletrônicos...** Caxias do Sul: UCS, 2006. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT11-C6.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2017.

MOORE. Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line**. São Paulo: Cengage Learning, 2005.

MOZZATO, Anelise; GRZYBOVSKI, Denise. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4>>. Acesso em: 10 maio 2017.

NEVES, Sandra G. A produção omnilateral do homem na perspectiva marxista: a educação e o trabalho. In: IX Congresso Nacional de Educação. 9. 2009. Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: PUCPR, 2009. p. 1-12. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3581_2062.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2017.

NUNES, Renata. A avaliação em educação a distância é inovadora?: uma reflexão. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 23, n. 52, p. 274-299, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1739/1739.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

OLIVEIRA, Elton. Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do Município de Itacaré – Bahia. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 8, n. 2, p. 193-202, set. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n2/a06v08n2.pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2016.

OLIVEIRA, Maria A. **Políticas públicas para o Ensino Profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETS**. Campinas: Papirus, 2003.

OLIVEIRA, Maria G. **Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade**. Belo Horizonte: Unesco, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15886-educacao-profissional-tecnologica-produto-2-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23 maio 2016.

OLIVEIRA, Patricia. Construção de identidades profissionais: da formação profissional à vivência da inserção no mercado de trabalho. **Revista LABOR**, n. 6, v. 1, p. 344-362, 2011. Disponível em: <http://www.revistalabor.ufc.br/artigo/volume6/8_construcao_de_identidades_profissionais_da_formacao_profissional_a_vivencia_da_insercao_no_mercado_de_trabalho.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2016.

OLIVEIRA, Rafael; MIELDAZIS, Alessandra. Controles financeiros na hotelaria. **Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística Edição Temática: gestão, internacionalização e desenvolvimento**, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 1-21. dez. 2014. Centro Universitário Senac Disponível em: <<http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ic/article/viewFile/657/507>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

PALLOFF, Rena; PRATT, Keith. **O aluno virtual**. São Paulo: Artmed. 2004.

PASSOS, Sara; NOVICKI, Victor. Formação de professores para a educação profissional: desafios atuais. In: XXVI Simpósio da ANPAE. 26. 2013. Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: ANPAE, 2013. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simpósio26/1comunicacoes/SaraRozindaMartinsMoura-ComunicacaoOral-int.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

PEREIRA, Eduarda. **Alunos maiores de 23 anos: motivações para o ingresso no ensino superior na UP**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade do Porto, Porto, 2009. Disponível em: <<https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/20327/2/mestueduardapereiraalunos000084953.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2017.

PILLMANN, Ana P. Cursos Superiores de Tecnologia: o perfil profissional do egresso desta nova modalidade de curso e inserção no mercado de trabalho. **Cippus – Revista de Iniciação Científica do Unilasalle**, v. 1 n. 1, p. 49-62. maio 2012 Disponível em: <<http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Cippus/article/view/335/278>>. Acesso em: 23 maio 2016.

POCHMANN, Márcio. Márcio Pochmann defende 10% do PIB em educação e aponta caminhos para elevação do investimento. 19 ago. 2011. **Entrevista concedida ao Observatório da Educação**. Disponível em: <<http://www.observatoriodaeducacao.org.br.>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

PONTE, João P. **Estudos de caso em educação matemática**. Bolema, Rio Claro: UNESP - IGCE, v.19, n.25, jun.dez 2006, p.105-132. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/remac/jul_dez_05/06.pdf> Acesso em: 10 maio. 2017.

RAMOS, Marise. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação**. São Paulo: Cortez, 2001.

RESENDE, Regina. Avaliação processual e formativa na educação à distância. In: XI Congresso Internacional de Educação a Distância. 11.2014. Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ABED, 2014. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/091-TC-C3.htm>>. Acesso em: 08 maio 2017.

SACRISTÁN, Jose. O significado e a função da educação na sociedade e na cultura globalizante. In: GARCIA, Regina L.; MOREIRA, Antônio F. **Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios** (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2012.

SALVADOR, Evilasio. As consequências das renúncias tributárias no financiamento da seguridade social no Brasil. In: SALVADOR, Evilasio; MELLO, Guilherme; SILVA, Maria. Ajuste econômico, renúncias fiscais e seguridade social. **Revista Política Social e**

Desenvolvimento, ano 3, maio 2015. p. 8-23. Disponível em:

<http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2015/05/Revista_19.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.

SANTOS, Fabiano. UAB como política pública de democratização do ensino superior via EAD. In: XXV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. 25. 2011.

Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: ANPAE, 2011, p. 1-13. 2011. Disponível em:

<<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacaoeRelatos/0184.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

SANTOS, João. Avaliação no ensino a distância. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 38/4. p. 1-9. abr. 2016. Disponível em: <<http://rieoei.org/deloslectores/1372Severo.pdf>>.

Acesso em: 25 abr. 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 33. Ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. O plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

SCHNELL, Roberta; QUARTIEIRO, Elisa. A sociedade da informação e os novos desafios para a educação. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 10, n. 02, p. 104 – 126, jan. / jun. 2009.

Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1879/1470>>.

Acesso em: 12 out. 2015.

SCHÖN, Donald A. **educando o profissional reflexivo**: um novo *design* para o ensino e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Antonio; PACHECO, José. Organização curricular por competência no ensino superior: dificuldades e possibilidades. In: VIII Congresso Galaico Português Psicopedagogia. 8. 2005. Braga. 2005, Braga. **Anais eletrônicos...** Braga: FLUP, 2005. p. 2929-2942.

Disponível em:

<<http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/VIIIcongreso/pdfs/352.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

SILVA, Marcelo; DOLCI, Tissiane. A responsabilidade civil na Hotelaria: uma abordagem da teoria objetiva. In: V seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul – SeminTUR- Turismo: Inovações da pesquisa na América Latina. 5. 2008. Caxias do Sul. **Anais eletrônicos...** Caxias do Sul: UCS, 2008. p. 1-14. Disponível em:

<http://www.ucs.br/ucs/tplVseminTur%20eventos/seminarios_semintur/semin_tur_5/trabalhos/arquivos/gt06-02.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2016.

SILVA, Queila. **Contribuição da teoria do caos para a gestão do turismo**: uma análise a partir da percepção dos gestores da hotelaria de Natal RN. 2012. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Turismo, Natal, 2012. Disponível em:

<<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/18144/1/QueilaPS DISSERT.pdf>>.

Acesso em: 10 jan. 2017.

SOUZA, José. Aumento de vagas ociosas na educação superior brasileira (2003-2008): redução do poder indutor da expansão via setor privado?. In: XXXIII Reunião Anual da

ANPED - Educação no Brasil: o balanço de uma década. 33. 2010. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPED, 2010. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT11-6552--Int.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

SOUZA, Juliana. PEIXOTO, Maria. **Política de expansão dos Cursos Superiores de Tecnologia: nova face de educação profissional e tecnológica.** In: XXXV Reunião Anual da Anped - Educação no Brasil: o balanço de uma década. 35. 2012. Porto de Galinhas. **Anais eletrônicos...** Porto de Galinhas: Anped, 2012. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/35/GT11-1552_res.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2016.

TAKAHASHI, Adriana R. Cursos Superiores de Tecnologia em gestão: reflexões e implicações da expansão de uma (nova) modalidade de ensino superior em administração no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 385-414, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n2/09.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

TESSAURO, Nevila et al. A educação a distância e o mercado de trabalho. In: XIX CIAED Congresso Internacional ABED de Educação a Distância - "Bons Profissionais Fazem Bons Programas de EAD: Como Estamos?". 19, 2013. Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ABED, 2013. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2013/cd/380.doc>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

TESSER, Angela. **A profissão de tecnólogo: instrumento de intervenção num mundo do trabalho em transformação: um olhar crítico.** 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Editora Moderna. **Anuário Brasileiro da Educação Básica.** São Paulo: Moderna, 2015. Disponível em <<http://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/conteudo-tpe/1515/anuario-brasileiro-da-educacao-basica-2015/>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

URBANETZ, Sandra. Uma ilustre desconhecida: a formação docente para a educação profissional. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 12, n. 37, p. 863-883, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd99=pdf&dd1=7207>>. Acesso em: 3 mar. 2014.

VIANA, Francisca D. **Atividade Turística e desenvolvimento econômico na região Nordeste do Brasil.** 2010. Tese (Doutorado em Economia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento, Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/AMSA-95LQGU/tese_francisca_diana_f_viana_2010.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 mar. 2017.

VICENTE, Maximiliano. **História e comunicação na ordem internacional.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

VIEIRA, Raymundo. **Raízes históricas da medicina ocidental.** São Paulo: Fap-Univesp, 2012.

VITORETTE. Jacqueline. **Aimplantação dos Cursos Superiores de Tecnologia no CEFET-PR.** 2001. Dissertação (Mestrado em Tecnologia). Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Paraná, 2001.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

- Que os riscos que este estudo pode proporcionar são os seguintes: incômodo de dispor de tempo para responder as perguntas, bem como constrangimento em responder alguma pergunta. Para minimizar os riscos citados, o participante poderá escolher o melhor momento para realização do questionário, esclarecendo que o mesmo terá todo o direito de se recusar a responder qualquer pergunta que cause constrangimento. Será informado que os dados coletados nesta pesquisa serão divulgados e discutidos de forma geral na comunidade acadêmica mantendo a identidade dos participantes em sigilo. O risco de quebra de sigilo dos dados e das informações dos participantes foi excluído, tendo em vista que os participantes serão codificados (E1, E2, E3...) e as informações não estarão à disposição de outros pesquisadores ou pessoas, somente os resultados tabulados, sem possibilidade de exposição dos participantes.
- Que deverei contar com a seguinte assistência: atendimento, encaminhamento e acompanhamento especializado para quaisquer possíveis desconfortos ou riscos que possam gerar antes, durante ou após a realização da pesquisa, sendo responsável por ela o pesquisador Prof. Aristóteles da Silva Oliveira.
- Que o incômodo que poderei sentir com a participação na pesquisa é o de constrangimento; mas que possíveis riscos a saúde física e mental não são conhecidos, tendo em vista que este tipo de pesquisa não é invasiva sobre os aspectos físicos e mentais.
- Os benefícios, mesmo que não diretamente esperados com a participação da pesquisa dos egressos e da coordenação são os seguintes: proposta de realização de palestras nos polos sobre a Formação do Tecnólogo na EaD e sua inserção no mundo do trabalho para um maior conhecimento dos desafios, potencialidades e possibilidades de atuação profissional na Sociedade da Informação e do Conhecimento e como as experiências e aprendizagens vivenciadas na formação estão sendo aplicadas em contextos laborais buscando identificar como a dinâmica do curso favoreceu o desenvolvimento dos fundamentos da profissão no que tange ao planejamento, liderança e coordenação das atividades hoteleiras.
- Que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do estudo e, também, que eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo.
- Que eu receberei uma via digitalizada do TCLE.
- Que eu serei informado(a) sobre o resultado final desta pesquisa, e sempre que eu desejar será fornecido esclarecimentos sobre qualquer etapa da mesma.

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implica, concordo em dele participar e para isso DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço do responsável pela pesquisa:

Instituição: Universidade Federal de Alagoas
Endereço: Av. Lourival Melo Mota, S/N
Bairro: Tabuleiro dos Martins
Cidade: Maceió/Alagoas
CEP: 57072-970
Maceió/AL
Telefone para contato: (82) 3214-1041

Contato de urgência do pesquisador

Professor Aristóteles da Silva Oliveira
Conjunto Teotônio Vilela, BL 14 apt 204, Serraria
Maceió/AL
CEP: 57046295
Telefone: (82) 98804-0177 e 9661-1885
e-mail: aristotelesoliveira@gmail.com

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas:

CEP/UFAL: Campus A. C. Simões, Prédio da Reitoria, 1º andar, Sala vizinha a PROPEP, Cidade Universitária, Maceió-AL, telefone 3214-1041.

Apêndice B – QUESTIONÁRIO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

Maceió, _____ de 2016

Prezado(a) estudante

Solicitamos sua colaboração na pesquisa de Doutorado em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da UFAL “**Ensino superior tecnológico em Hotelaria a distância e sua interface com o mundo do trabalho**”. Esta pesquisa investiga as competências e habilidades desenvolvidas pelo egresso do CST em Hotelaria EaD e sua inserção no mundo do trabalho. O questionário a seguir destina-se a coleta de dados. Sua colaboração é muito importante, pois fornece subsídios valiosos no respectivo estudo.

Atenciosamente,

Aristóteles da Silva Oliveira

ROTEIRO PARA ENTREVISTA ESTUDANTE EGRESSO

Este questionário pretende analisar sobre a as competências e habilidades desenvolvidas pelo egresso do CST em Hotelaria EaD e sua inserção no mundo do trabalho

Entrevistado/a: _____

E-mail: _____

Cidade: _____

Fone: _____

Gênero: Masculino Feminino

Idade: _____

Escolha profissional

Questões	Respostas do Entrevistado
1. Por que você escolheu fazer este curso?	
2. Atuava na área antes da realização do curso?	
3. O curso atendeu as suas expectativas de formação profissional?	
4. Você repetiria	

essa escolha? Por quê?	
5. Você atua na área de formação da graduação?	
6. Quais as mudanças ocorreram na sua vida profissional após a formação recebida até os dias atuais.	
7. Quais as disciplinas que mais contribuíram para a sua formação profissional?	
8. Você considera adequado o currículo do curso de Hotelaria as demandas do mundo do trabalho?	
9. Como você avalia a formação recebida no curso em relação ao preparo para o ingresso no mundo do trabalho?	
10. O que você mudaria no curso pensando na sua prática profissional? O que faz falta na formação do estudante EaD?	

Competências Profissionais	Totalmente satisfeito	Satisfeito	Parcialmente satisfeito	Insatisfeito	Totalmente insatisfeito
1. A metodologia utilizada no curso preparou-o para os desafios enfrentados na atividade profissional.					
2. Qual foi seu nível de comprometimento com sua formação acadêmica.					
3. A duração do curso atendeu suas expectativas com relação ao desenvolvimento das competências profissionais.					
4. Competências profissionais, habilidades e atitudes comportamentais como planejar, gerenciar e operar meios de hospedagem, gastronomia, clínicas e hospitais e <i>spas</i> , além do planejamento, gerenciamento e operação de empresas de eventos, recreação, lazer e de lavanderias.					
5. Você está satisfeito com as competências desenvolvidas no curso para planejar, gerenciar e operar <i>marketing</i> e vendas de produtos e serviços hoteleiros.					
6. Desenvolvimento de competência profissional relacionada a conhecer, interpretar e aplicar legislação hoteleira, legislação ambiental e código de defesa do consumidor.					
7. Desenvolvimento de competência profissional relacionada a conhecer, interpretar e aplicar pesquisas, sondagens e indicadores socioeconômicos.					
8. Desenvolvimento de competência profissional relacionada a integrar, atuar e lidar com equipes multidisciplinares e com planos de programas e projetos relacionados aos meios de hospedagem.					
9. Desenvolvimento da competência profissional para utilizar técnicas de elaboração de projetos e modelos matemáticos de avaliação de gestão econômica e financeira.					
10. Desenvolvimento da competência profissional para planejar, organizar, liderar, coordenar e controlar as atividades hoteleiras e atuar como multiplicador do conhecimento hoteleiro.					
11. Desenvolvimento da competência profissional para atuar com base em valores éticos, com responsabilidade social, ambiente e justiça.					
12. Desenvolvimento da competência profissional para coordenar e acompanhar trabalhos técnicos, estudos, pesquisas e projetos hoteleiros identificando os potenciais turísticos do setor considerando a diversidade cultural e a sustentabilidade da hotelaria.					

ANEXOS

Anexo A – COMPROVANTES DE SUBMISSÃO E APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA NO CEP/UFAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: ENSINO SUPERIOR TECNOLÓGICO EM HOTELARIA A DISTÂNCIA E SUA INTERFACE COM O MUNDO DO TRABALHO

Pesquisador: Aristóteles da Silva Oliveira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 55443316.6.0000.5013

Instituição Proponente: Centro de Educação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.644.357

Apresentação do Projeto:

A pesquisa será realizada no IFAL no qual será organizado um estudo de caso que consiste em analisar os estudantes egressos do Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria EaD, aproximadamente 100 estudantes, nesse universo consideramos como um percentual estatístico confiável de no mínimo 20% em relação a população investigada. Os estudos teóricos serão feitos a partir das categorias de análise emergidas da pesquisa dos egressos.

Será aplicado um questionário online que será enviado para os e-mails dos estudantes de todos os polos concluintes dos anos (2007, 2009, 2010, 2011 e 2013) do curso de graduação em tecnologia em hotelaria EaD do IFAL. O link para responder o questionário será enviado pela coordenação do curso que tem acesso ao e-mail de todos os estudantes egressos no moodle.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

•Investigar as competências e habilidades desenvolvidas pelo egresso do Curso Superior de Tecnologia EaD em Hotelaria e sua inserção no mundo do trabalho.

Objetivo Secundário:

•Analisar as políticas educacionais que incentivam o crescimento dos cursos superiores tecnológicos na atualidade.

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A . C. Simões,

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 57.072-900

UF: AL

Município: MACEIO

Telefone: (82)3214-1041

Fax: (82)3214-1700

E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

Continuação do Parecer: 1.644.357

- Identificar as potencialidades, dificuldades e desafios vivenciados no Curso Superior de Tecnologia à distância em Hotelaria do IFAL e a relação existente da Sociedade da Informação e do Conhecimento com as demandas profissionais do século XXI.
- Compreender os desafios e possibilidades de inserção dos estudantes egressos do Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria do IFAL no mercado de trabalho, investigando a visão que eles possuem da sua formação para sua prática profissional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos que este estudo pode proporcionar são os seguintes: incômodo de dispor de tempo para responder as perguntas, bem como constrangimento em responder alguma pergunta. Para minimizar os riscos citados, o participante poderá escolher o melhor momento para aplicação do questionário, esclarecendo que o mesmo terá todo o direito de se recusar a responder qualquer pergunta que cause constrangimento. Será informado que os dados coletados nesta pesquisa serão divulgados e discutidos de forma geral na comunidade acadêmica mantendo a identidade do participante em sigilo. O risco de quebra de sigilo dos dados e das informações dos participantes foi excluído, tendo em vista que o participante não será identificado nominalmente e as informações não estarão à disposição de outros pesquisadores ou pessoas, somente os resultados analisados, sem possibilidade de exposição do participante. O incômodo que poderei sentir com a participação na pesquisa é o de constrangimento; mas que possíveis riscos a saúde física e mental não são conhecidos, tendo em vista que este tipo de pesquisa não é invasiva sobre os aspectos físicos e mentais.

Os benefícios, mesmo que não diretamente esperados com a participação da pesquisa dos egressos e da coordenação são os seguintes: proposta de realização de palestras nos pólos sobre a Formação do Tecnólogo na EaD e sua inserção no mundo do trabalho para um maior conhecimento dos desafios, potencialidades e possibilidades de atuação profissional na Sociedade da Informação e do Conhecimento e como as experiências e aprendizagens vivenciadas na formação estão sendo aplicadas em contextos laborais buscando identificar como a dinâmica do curso favoreceu o desenvolvimento dos fundamentos da profissão no que tange ao planejamento, liderança e coordenação das atividades hoteleiras.

Considera-se adequada a relação entre riscos e benefícios.

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A. C. Simões,
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **Fax:** (82)3214-1700 **E-mail:** comitedeeticaufal@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS



Continuação do Parecer: 1.644.357

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Este é um estudo de natureza mista- quanti-qualitativa- que utiliza o método do estudo de caso.

Lista de pendências:

Os riscos, mesmo que mínimos, devem ser citados no protocolo e no TCLE. Foram citados.

O cronograma prevê coleta de dados em período anterior à aprovação no CEP. Caso a coleta de dados já tenha sido iniciada, o projeto deve ser retirado do CEP. O novo cronograma prevê coleta de dados para o 2º Semestre de 2016.

Alterar os itens do TCLE: "Que sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo. Sim, e, especialmente, as instituições pesquisadas". E "Que eu deverei ser ressarcido por todas as despesas que venha a ter com a minha participação nesse estudo". Foi alterado

Explicar como será aplicado TCLE

Devem ser feitos modelos de TCLE diferenciados para equipe e estudantes. Foram anexados.

As pendências foram resolvidas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de Rosto; autorizacaofal; QuestionarioCoordenacaodoCursoFal; Questionarioegressoifal;
Orçamento Orcamento; TCLE; Projeto Detalhado

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Protocolo atende a Resolução 466/12.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_702846.pdf	24/06/2016 00:45:31		Aceito
Outros	Cronograma_Aristoteles.pdf	24/06/2016 00:44:38	Aristóteles da Silva Oliveira	Aceito

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A . C. Simões,

Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900

UF: AL **Município:** MACEIO

Telefone: (82)3214-1041 **Fax:** (82)3214-1700 **E-mail:** comitedeeticaufal@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS



Continuação do Parecer: 1.644.357

Outros	egressosTCLE_Aristoteles.pdf	24/06/2016 00:40:26	Aristóteles da Silva Oliveira	Aceito
Outros	Questionarioegressos_Aristoteles.pdf	24/06/2016 00:37:57	Aristóteles da Silva Oliveira	Aceito
Outros	Questionariocoordenacao_Aristoteles.pdf	24/06/2016 00:37:38	Aristóteles da Silva Oliveira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetodoutorado_Aristoteles.pdf	24/06/2016 00:36:18	Aristóteles da Silva Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLCoordenacao_Aristoteles.pdf	24/06/2016 00:34:22	Aristóteles da Silva Oliveira	Aceito
Orçamento	Orcamento_Aristoteles.pdf	21/04/2016 01:23:21	Aristóteles da Silva Oliveira	Aceito
Outros	autorizacaofal_Aristoteles.pdf	21/04/2016 00:57:54	Aristóteles da Silva Oliveira	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto_assinadaaristoteles.pdf	21/04/2016 00:38:25	Aristóteles da Silva Oliveira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACEIO, 21 de Julho de 2016

Assinado por:
Deise Juliana Francisco
(Coordenador)

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A. C. Simões,
Bairro: Cidade Universitária CEP: 57.072-900
UF: AL Município: MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 Fax: (82)3214-1700 E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

**Anexo B- PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE
TECNOLOGIA EM HOTELARIA A DISTÂNCIA – IFAL**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE
TECNOLOGIA EM HOTELARIA A DISTÂNCIA**

Maceió-AL

2012

ADMINISTRAÇÃO GERAL DO IFAL

Reitor

Sérgio Teixeira Costa

Pró-Reitor de Ensino

Luiz Henrique Gouvêa Lemos

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Carlos Henrique Almeida Alves

Pró-Reitor de Extensão

Altemir João Secco

Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Wellington Spencer Peixoto

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

José Carlos Pessoa de Melo

Departamento de Educação a Distância

Ana Cristina Nascimento Cavalcante Vieira

Departamento de Articulação Pedagógica

Maria Verônica de Medeiros Lopes

Coordenação da Universidade Aberta do Brasil/IFAL

Jasete Maria da Silva Pereira – Coordenadora

Wladia Bessa da Cruz – Coordenadora Adjunta

Coordenação do Curso Superior Tecnológico de Hotelaria a Distância

Fabrísia Ferreira de Araújo

EQUIPE DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

Profa. MS. Jasete Maria da Silva Pereira

Profa. MS. Wlândia Bessa da Cruz

Pedagoga - Ms. Ana Cristina Cavalcante Vieira

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Fabrísia Ferreira de Araújo

Leonides Gomes de Mello

Patrícia L. de A. Galvão

Péricles Argolo Pinto

Maria de Fátima Feitosa Amorim

COLABORAÇÃO

Pedagoga - Ms. Aline da Silva Ferreira

SUMÁRIO

1	JUSTIFICATIVA	6
2	OBJETIVO	9
3	FORMAS DE ACESSO AO CURSO.....	10
4	PERFIL DO CURSO	10
5	PERFIL DO EGRESSO.....	12
6	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	13
A)	MATRIZ CURRICULAR	14
B)	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	14
C)	APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	16
7	CRITÉRIOS E SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	17
8	PRÁTICA PROFISSIONAL	18
9	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO... 	20
10	INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E BIBLIOTECA.....	21
11	PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO.....	22
12	PROGRAMAS DOS COMPONENTES CURRICULARES	23
13	CERTIFICADOS E DIPLOMAS EXPEDIDOS AOS CONCLUINTES.....	38

1 JUSTIFICATIVA

A história do Instituto Federal de Educação, Ciência Tecnologia de Alagoas IFAL, da sua origem até os dias atuais, é singular no cenário das instituições educacionais brasileiras. Criada em 1909, essa instituição se consolidou na área da educação pública, uma vez que é considerada como referência em educação tecnológica no Estado de Alagoas, pela contribuição dada a população interessada no setor de serviços, indústria e construção civil.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, vinculado ao Ministério da Educação (MEC) integra a Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica, tendo como missão posta em seu Projeto Político Pedagógico¹ *trabalhar na formação de sujeitos que atinjam uma consciência crítica, capaz de inserir-se na sociedade em condições de atuação para sua transformação.*

Nessa perspectiva, tem como finalidade ofertar educação básica e superior em todos os níveis e modalidades. Caracteriza-se como instituição multi-campi composta por onze (11) unidades localizadas nos municípios de Maceió, Palmeira dos Índios, Marechal Deodoro, Satuba, Maragogi, Murici, São Miguel dos Campos, Arapiraca, Penedo, Santana do Ipanema, Piranhas e futuramente com a segunda fase da expansão mais quatro unidades serão implantadas nos municípios de União dos Palmares, Rio Largo, Coruripe e Batalha.

Essa expansão inclui o Turismo, como um dos segmentos que mais cresce no Nordeste brasileiro, haja vista a partir da década de 1980, essa região despontar como um destino turístico em permanente crescimento. Devido essa visibilidade de ascensão econômica, social e cultural, possibilitada pelos atrativos naturais e valores culturais, existentes neste pedaço do rincão brasileiro, os setores públicos e privados vêm realizando investimentos na construção e modernização de estradas, aeroportos, saneamento básico, urbanização, restauração de patrimônios e preservação ambiental de áreas consideradas turísticas.

Nesse cenário, dois estados da Região Nordeste, Alagoas e Bahia mostraram-se interessados em investir na formação de profissionais voltados para o segmento

¹Projeto Político Pedagógico do Instituto Federal de Educação atualizado em 2010.

turístico. Alagoas, pela sua potencialidade natural visibilizada através das 05(cinco) Regiões Turísticas, formada pela Região Metropolitana, Costados Corais, Lagoas e Mares do Sul, Caminhos do São Francisco e Quilombo. Sublinha-se a partir dessa composição turística, a Região Costa dos Corais, localizada geograficamente no espaço norte do Estado de Alagoas, fazendo parte os municípios de Paripueira, Barra de Santo Antonio, São Miguel dos Milagres, Passo de Camaragibe, Porto Calvo, Japaratinga, Porto de Pedras e Maragogi.

Este último destaca-se principalmente pelo mar de águas mornas e tranquilas, formado por arrecifes de corais e piscinas naturais que motiva uma significativa demanda turística, fazendo com que o Turismo seja o segmento com maior indicador econômico daquele município.

Essa realidade contribuiu para o crescimento de empreendimentos na área de Hotelaria e Alimentos & Bebidas, uma vez que, com aproximadamente 60 (sessenta) meios de hospedagem, contabiliza uma média de quase 3.200 leitos para atender àqueles que buscam a região, mais especificamente o município de Maragogi, como roteiro turístico para satisfazer suas necessidades de prazer, lazer e entretenimento, por meio da rica gastronomia, pousadas de charme e resort, enriquecidas pela hospitalidade da comunidade local.

Desse modo, o Setor de Turismo e Hospitalidade na Região Costa dos Corais, diante do contexto paisagístico natural, formada por praias recortadas por enseadas e adornadas por coqueiros a perder de vista, além das piscinas naturais mar adentro, realçado pela cor azul-esverdeada do mar, apresenta uma demanda latente por formação de profissionais para atuar na área, fato esse que motivou o gestor público municipal, em 2006, a solicitar na época, ao CEFET, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, o curso profissionalizante voltado para qualificação de pessoas no segmento.

Com características semelhantes a Alagoas, o Estado da Bahia, no seu contexto geográfico, tem no município de Mata de São João, localizado no litoral norte do estado, que começa em Praia do Forte e vai até Costa do Sauípe, com 28Km de litoral e reservas naturais, apresenta o mais perfeito retrato do potencial turístico, conhecido no mundo inteiro como a “Costa dos Coqueiros” pelo cenário paradisíaco, composto de praias semidesérticas, deliciosas piscinas naturais à beira-mar, dunas, lagoas, rios, cachoeiras, uma grande área de mata atlântica preservada, com diferentes espécies de plantas e animais silvestres, tudo isso agraciado por muito sol o ano todo.

No município encontram-se também importantes projetos de preservação ambiental, como o Projeto Tamar, que cuida das tartarugas marinhas, Projeto Baleia Jubarte, Reserva Ecológica Sapiranga e projetos de conservação do patrimônio histórico e cultural.

Com tudo isso, a região tornou-se o destino dos sonhos de quem procura um paraíso tropical no Litoral Norte da Bahia, que une belezas naturais, diversidade cultural e diferentes opções de hospedagem. Uma área que une a simplicidade dos vilarejos baianos com a sofisticação de algumas das maiores redes de hotéis do mundo oferece de aconchegantes pousadas à grandes resorts garantindo aos que “desembarcam” na região, luxo, conforto e muitas opções de entretenimento.

Assim, a proposta de oferta do curso, tem relevância para os dois estados e foi apresentado em 2006, ao MEC, por estar em consonância com a proposição do Governo Federal, através do Ministério de Educação/Secretaria de Educação a Distância, quando em 2005, traçou como meta a democratização do acesso ao ensino superior público no Brasil e lança o Projeto Universidade Aberta do Brasil–UAB, que prioriza atender àqueles que se encontram impossibilitados de frequentar presencialmente as modalidades de ensino tradicionalmente ofertadas.

Corroborando com essa assertiva o então, CEFET-AL, se lança como Instituição Federal de Ensino Superior Tecnológico e oferta a comunidade o Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria na modalidade a distância. Opção que se deve não somente à necessidade de se atender estudantes residentes em regiões que não possuem instituições de ensino superior, mas também profissionais em serviço que necessitam formação em nível universitário, pelo entendimento que insiste em preservar: a educação profissional e tecnológica tem importância estratégica no desenvolvimento social do país – compreende a necessidade de desencadear nas suas políticas de formação profissional a oferta de curso em outra modalidade, que venham responder as demandas de formação profissional no âmbito da área de hospitalidade e lazer.

Dessa forma reitera o que propugna o seu Projeto Político Pedagógico–PPP, no qual estabelece os princípios gerais da educação tecnológica também postos no Plano Nacional de Educação como referenciais propulsores na implementação desta política pública no Estado de Alagoas: a redução das desigualdades sociais, o desenvolvimento socioeconômico, a vinculação à educação básica, a escola pública de qualidade.

Desse modo, a tríade gestora, Governo Federal (MEC), Instituição Pública Federal (IFAL) e os municípios (Maragogi/Al e Mata de São João/BA) legalmente acordadas, decide ofertar o Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria na modalidade a distância, como forma de atender a uma demanda potencial de alunos vislumbrando o fortalecimento dos polos indutores do turismo, a partir da capacitação da comunidade local, uma vez que, apesar de serem esses municípios turísticos os mais visitados da Região Nordeste, apresentam grande demanda e oferta de produtos e serviços, como também detecta-se carência de profissionais capacitados para a execução de atividades nas referidas áreas.

Essa preocupação das instâncias públicas espera-se possa contribuir com a redução das desigualdades sociais, divulgadas no Censo de 2010, pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), quando apontou que o país tem 14.612.183 de analfabetos entre mais de 162 milhões de brasileiros com mais de dez anos de idade, o que representa 9,02% da população a partir desta faixa etária. Destes, 9,4 milhões vivem em áreas urbanas e 5,2 moram em zonas rurais.

A pesquisa também apontou que o Nordeste apresenta a maior taxa de analfabetismo, com 17,6% da população com mais de dez anos de idade. Alagoas, como revelado no Censo anterior, se mantém na liderança entre os estados, com 22,52% da população sem saber ler nem escrever.

Numa perspectiva promissora do conhecimento, o IFAL, consciente da sua função institucional de responder às demandas de formação profissional oferta o Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria a distância em Maragogi/AL e Mata de São João/BA, objetivando contribuir para o fortalecimento do desenvolvimento social-econômico do seu povo, por meio da formação do tecnólogo em Hotelaria, profissional extremamente necessário e fomentador da atividade turística na crença de criar e desenvolver produtos e executar serviços, com base nas reais necessidades do contexto sócio econômico, fortalecendo o que já existe, adaptando-os à demanda em potencial.

2 OBJETIVO

O Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria a distância se propõe a formar cidadãos pautados em princípios, éticos, humanísticos, científicos e tecnológicos

3 FORMAS DE ACESSO AO CURSO

A forma de acesso ao Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria a distância do IFAL ocorre através “de processo seletivo, nas épocas previstas em edital público, que assegure ao candidato igualdade de condições para o acesso.”²

Dar-se-á, também, sob a forma de “transferência e equivalência, mediante a existência de vagas”.³ Poderão existir outras formas de admissão, em consonância com os objetivos do IFAL, mediante a “constituição de convênios, parcerias e programas”.

4 PERFIL DO CURSO

O setor produtivo atual busca um profissional capaz de atuar com grande versatilidade e transitar nas diversas áreas de conhecimento. Em especial, o Tecnólogo em Hotelaria habilitado pelo Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria a distância do IFAL terá uma formação profissional que o torne um vetor de contribuição capaz de compreender a importância do desenvolvimento da atividade hoteleira nas sociedades atuais e futuras, não só em termos econômicos, mas também ambientais sociais e culturais especialmente no que tange as áreas de planejamento, organização e gestão.

dos setores hoteleiros e em áreas correlatas à hospitalidade, como as de gastronomia, cruzeiros marítimos, hospitais, clínicas e spas.

Terá uma formação por sólidos conhecimentos teórico-práticos nas áreas de gerência de (Hospedagem, Alimentos e Bebidas, Compras, Marketing, Financeiro e Administrativo) inerentes a Hospitalidade e Lazer, coordenação das áreas de hospedagem, Alimentos e Bebidas, Eventos e Compras, Supervisão de Recepção, Reservas, Andares, Restaurantes e Lavanderias, Auditoria de Qualidade, Segurança e Meio Ambiente; de Chefia e Liderança, numa base humanística e uma visão global que possibilite compreender o meio social em seus aspectos político, econômico e ambiental, capaz de atuar de forma polivalente, contextualizada e competente.

O egresso do Curso de Tecnologia em Hotelaria a distância estará apto a desenvolver ações no âmbito da gerência, coordenação, supervisão e chefia da área de hotelaria e especificamente o curso desenvolverá competência profissional, habilidades e atitudes comportamentais, tais como:

- Planejar, gerenciar e operar
 - a) Meios de hospedagem, gastronomia, clínicas, hospitais e spas;
 - b) empresas de eventos, recreação e lazer e de lavanderias;
 - c) marketing e vendas de produtos e serviços hoteleiros.
- Conhecer, interpretar e aplicar:
 - a) legislação hoteleira, legislação ambiental e código de defesa do consumidor;
 - b) pesquisas, sondagens e indicadores socioeconômicos.
- Integrar, atuar e lidar:
 - a) equipes multidisciplinares;
 - b) planos programas e projetos relacionados aos meios de hospedagem.
- Utilizar:
 - a) técnicas de elaboração de projetos;
 - b) modelos matemáticos de avaliação de gestão econômica e financeira.

5 PERFIL DO EGRESSO

Compreendendo que a crescente cientificidade da vida social e produtiva exige do cidadão trabalhador, cada vez mais, uma maior apropriação do conhecimento científico, tecnológico e político, o IFAL estabelece em seu Projeto Político Pedagógico Institucional como requisito para o perfil dos egressos de suas ofertas de ensino, a dimensão de formação integral, que se constitui em socialização competente para a participação social e em qualificação para o trabalho na perspectiva da produção das condições gerais de existência.

Dessa forma, o Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria a distância se propõe a formar profissionais fundamentados nas dimensões humanística, científica e tecnológica em condições de atuação nas áreas de gerência de Hospedagem, Alimentos e Bebidas, Compras, Marketing, Financeiro e Área Administrativa como seguinte perfil:

- Planejar, organizar, liderar, coordenar e controlar as atividades hoteleiras;
- Atuar como multiplicador do conhecimento hoteleiro;
- Atuar com base em valores éticos, com responsabilidade social, ambiental e justiça;
- Coordenar e acompanhar trabalhos técnicos, estudos, pesquisas e projetos hoteleiros;
- Participar na elaboração e análise de planos e projetos para o desenvolvimento da hotelaria e da gastronomia;
- Atuar na gestão dos serviços em hospitalidade.
- Comercializar e promover os serviços relativos à atividade hoteleira;

- Identificar o potencial turístico do setor considerando a diversidade cultural e a sustentabilidade da hotelaria.

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria a distância do IFAL está organizado sob a forma de cinco módulos, estruturado em unidades curriculares com base científica e tecnológica resultando em uma formação profissional compatível com os serviços desenvolvidos na área da hospitalidade.

O Módulo Introdutório em Educação à Distância, trata de apresentar os alunos as mídias, tecnologias, ferramentas e bases teóricas fundamentais da EAD e as suas perspectivas de aplicação no Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria. O curso completo adicionado ao estágio curricular obrigatório dá direito ao diploma no Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria, desde que obedeça a Matriz Curricular desenhada a seguir.

MATRIZCURRICULAR

MÓDULO de introdução a Educação à Distância	CH TOTAL
Educação à distância: fundamentos, ambientes e ferramentas	60
Total	60

MÓDULO de Bases Tecnológicas em Hospedagem	CH TOTAL
Contabilidade básica	60
Fundamentos da Administração	60
Fundamentos de Sócio-filosóficos	90
Fundamentos de Turismo e Hotelaria	60
Língua Inglesa	60
Metodologia científica	40
LIBRAS (optativa)	40
Total	410

MÓDULO de Hospedagem	CH TOTAL
Hospedagem	120
Controles em Hospedagem	60
Inglês Técnico em Hotelaria	60
Planejamento Estratégico e Tático	60
Recepção e Reserva	60
Sistemas de Informações e Automação na Hotelaria	60
Total	420

MÓDULO de Alimentos & Bebidas	CH TOTAL
Alimentos e bebidas	120
Funções Auxiliares em Alimentos & Bebidas	60
Noções de Direito e Legislação Hoteleira	60
Gestão Contábil, Financeira e de Compras em Alimentos & Bebidas	90
Inglês técnico em Alimentos & Bebidas	60
Tecnologia Culinária e Produção de Alimentos	90
Total	480

MÓDULO de Promoção e Vendas de Serviços Hoteleiros	CH TOTAL
Empreendedorismo	60
Estatística	60
Inglês Técnico de Negócios	60
Psicologias das Relações Humanas	60
Marketing Hoteleiro	90
Rel.de Consumo e Qualidade nos Serviços Hoteleiros	60
Total	390

Carga horária das disciplinas	1720
Atividades Complementares	200
Prática Profissional	200
Disciplinas Optativas	40
TOTAL	2160

a) Matriz Curricular

O Curso tem duração de cinco semestres totalizando em 1720 horas de aulas regulares, mais 200h de atividades complementares e 200h de estágio, totalizando 2120 horas/aula.

b) Atividades Complementares

Como requisito para a integralização do curso o aluno tomará parte, em no mínimo 200 (duzentas) horas, de diversas atividades de caráter acadêmico-científico culturais, as quais complementam saberes e desenvolvem habilidades indispensáveis a sua formação. Essa participação ocorrerá ao longo do curso e deve ser efetivada por meio de atividades com formatos diversos tais como:

- Projeto experimental;
- Visitas técnicas;
- Iniciação científica,
- Participação e/ou organização de eventos,
- Exercício profissional,
- Publicações científicas,
- Projetos de extensão,
- Monitorias,
- Cursos realizados em áreas afins,
- Disciplinas avulsas,
- Produções técnico-científicas, dentre outras.

Para as atividades complementares serão designados os seguintes tempos, como carga horária:

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	CH MÁXIMA
Monitoria de disciplina	100h/ano	160h
Monitoria de laboratório	80h/ano	160h
Estágio Extracurricular	160h/ano	160h
Monitoria na Rede Pública de Ensino	160h/ano	160h
Pesquisa e iniciação científica	160h/ano	160h
Trabalhos Publicados	40h/trabalho	160h
Participação em eventos (Seminários, congressos, conferências, encontros estudantis, cursos de atualização, oficinas)	20 h/evento	120 h
Apresentação de trabalhos em eventos	5 h/trabalho	40 h
Participação em Projetos de Extensão	160 h/semestre	160 h
Participação em Colegiado	50 horas por ano	50 h/ano
Visita técnica	4 horas.	12 h/sem
Produção de material audiovisual	3 horas.	8 horas
Pesquisas e desenvolvimento de projetos interdisciplinares.	10 h/semestre	20 h
Participação em eventos (Seminários, congressos, conferências, encontros estudantis, cursos de atualização, oficinas)	20h/evento	120h
Apresentação de trabalhos em eventos	5h/trabalho	40h
Participação em Projetos de Extensão	160h/semestre	160h
Participação em Colegiado	50horasporano	50h/ano
Visita técnica	4horas.	12h/sem
Produção de material audiovisual	3horas.	8horas
Pesquisas e desenvolvimento de projetos interdisciplinares.	10h/semestre	20h

c) Aproveitamento de estudos

O Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria a distância, em conformidade com a Portaria nº424/2010, oportunizará o aproveitamento de estudos e certificará conhecimentos e experiências adquiridas na educação superior no mesmo nível de ensino e ou em nível de pós-graduação, na mesma área de conhecimento/atuação profissional para efeito de dispensa de disciplina, mediante análise documental ou avaliação.

É facultativo ao aluno o aproveitamento de estudos realizados em níveis superiores ao pretendido, desde que não ultrapasse 50% da carga horária do curso, observando-se a identidade do valor formativo dos estudos realizados e o prazo máximo de 05 (cinco) anos de sua realização.

7 CRITÉRIOS E SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O desenvolvimento da avaliação da aprendizagem do Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria a distância, em conformidade com o Projeto Político-Pedagógico Institucional do IFAL, está fundamentado numa concepção emancipatória, da qual possa ser reveladas, nos sujeitos sociais como efeito da ação educativa, mudanças no conhecimento teórico e prático, num plano multidimensional envolvendo facetas que vão do individual ao sociocultural, situacional e processual, que não se confunde com mero “desempenho”.

A avaliação da aprendizagem será realizada considerando os aspectos cognitivos, afetivos e psicossociais do educando, apresentando-se em três momentos avaliativos: diagnóstico, formativo e somativo, além de momentos coletivos de auto e heteroavaliação entre os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem.

O processo de avaliação de aprendizagem estabelecerá estratégias pedagógicas que assegurem preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, contemplando os seguintes princípios:

- Contribuição para a melhoria da qualidade do processo educativo, possibilitando a tomada de decisões para o seu (re)dimensionamento e o aperfeiçoamento;
- Adoção de práticas avaliativas emancipatórias, tendo como pressupostos o diálogo e a pesquisa, assegurando as formas de participação do salunos como construtores de sua aprendizagem;
- Diagnóstico das causas determinantes das dificuldades de aprendizagem, para possível redimensionamento das práticas educativas;
- Definição de um conjunto de procedimentos que permitam traduzir os resultados em termos quantitativos;
- Adoção de transparência no processo de avaliação, explicitando os critérios (o que, como e para que avaliar) numa perspectiva conjunta e interativa, para alunos e professores;
- Garantia da primazia da avaliação formativa, valorizando os aspectos cognitivo, psicomotor e afetivo e as funções reflexiva e crítica, assegurando o caráter dialógico e emancipatório no processo formativo;

- Desenvolvimento de um processo mútuo de avaliação docente/discente com o mecanismo de viabilização da melhoria da qualidade do ensino e dos resultados de aprendizagem.

Em consonância como Projeto Político-Pedagógico Institucional do IFAL, a avaliação da aprendizagem dos alunos será desenvolvida de forma processual, paralela e contínua. Assim, durante cada atividade específica de uma determinada temática, o professor formador da unidade curricular analisará o desempenho apresentado pelo aluno, tanto nos momentos presenciais, como na interação *online* a fim de avaliá-lo.

A avaliação da aprendizagem em EAD consiste em um processo sistemático, continuado e cumulativo, composto por exercícios presenciais e a distância. Sendo assim, poderá utilizar-se de mais de um meio para sua realização: textos, pesquisas, impressos, participação nos fóruns e *chats*; seguida da atitude prescritiva do professor que conduz a unidade curricular, na perspectiva de desenvolver as habilidades necessárias para a aplicação dos conteúdos em situações reais de trabalho.

Para efeito de registro do resultado de aprendizagem, serão adotados os procedimentos constantes nas Normas de Organização Didática do IFAL, em seu capítulo que trata da Verificação do Rendimento Escolar e da Promoção.

8 PRÁTICA PROFISSIONAL

A prática profissional obrigatória para o Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria a Distância, corresponde a proposta de Estágio, com carga horária de 200 horas. Como componente curricular, essa prática profissional, deverá ser desenvolvida ao longo do curso, a partir do 3º período. Assim ao longo dessa atividade, o aluno desenvolve relatórios parciais e relatório final sem apresentação perante banca examinadora, fazendo a ponte entre teoria e a prática.

A prática profissional deverá ser desenvolvida no decorrer do curso, por meio de estágio curricular supervisionado ou de outras atividades como: projetos, estudos de caso, pesquisas individuais e/ou em grupo.

a) Estágio curricular

O estágio curricular é entendido como espaço de aprendizagem no qual o licenciando exerce *in loco* atividades próprias da sua área de atuação profissional, supervisionado por um

profissional já habilitado, nas empresas conveniadas como IFAL. Deverá ocorrer mediante acompanhamento dos professores orientadores de Estágio da Instituição; com a entrega dos relatórios mensais e final de estágio com aprovação do professor (a) orientador (a) do Curso. A Portaria nº424/GR, de 15 de abril de 2010 normatiza a prática do estágio curricular no âmbito dos cursos do IFAL.

- 1) Ao aluno que comprovar, em carteira assinada, estar trabalhando na área do curso, será permitido transformar suas horas de trabalho em estágio curricular, desde que atenda aos dispositivos especificados na portaria vigente acerca deste tópico.
- 2) O estágio curricular é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos educandos.

Visa:

I. Possibilitar ao estudante o exercício da prática profissional, aliando a teoria à prática, como parte integrante de sua formação;

II. Facilitar o ingresso do estudante no mundo do trabalho;

III. Promover a integração do IFAL com a sociedade geral e com o mundo do trabalho.

- 3) É condição para o encaminhamento do aluno ao estágio curricular supervisionado a manutenção do vínculo ativo do mesmo com a Instituição e estar cadastrado no setor responsável pelos estágios, na respectiva Unidade de Ensino.

O estágio pode ser obtido através:

I. Do setor responsável pelos estágios, na respectiva Unidade de Ensino;

II. Dos agentes de integração;

III. Do próprio estudante.

9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso está em constante atualização e visa oportunizar condições plenas de estudo e de práticas profissionalizantes para uma formação em consonância com o perfil desejado pelo mundo de trabalho, através dos saberes adquiridos pelos alunos capazes de responder às necessidades do mundo atual e que possibilitem a superação das dificuldades por que passa a educação em nosso estado e no país.

Para tanto, será realizada por parte de todos os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem: estudantes, professores, tutores e coordenador de curso, uma constante avaliação do curso.

O presente Projeto será avaliado de forma progressiva, atendendo às etapas, no decorrer dos anos letivos e revisto, envolvendo os diferentes âmbitos e elementos que compõem a realidade acadêmica, tais como:

- Desempenho do estudante;
- Desempenho dos professores-tutores;
- Desempenho dos professores formadores;
- Adequação do sistema de tutoria;
- Adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- Qualidade do material impresso e multimídia interativa
- Qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- Desempenho da coordenação do curso;
- Eficácia do programa.

Os instrumentos de avaliação a serem utilizados são: questionários, chats, interações virtuais e presenciais. Essa estrutura possibilita a interação entre todos os envolvidos, permitindo o acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação de forma sistemática e contínua.

Aliado a esses fatores será também considerada as análises realizadas pelo Colegiado do Curso (Portaria nº 1713/GR, de 1º de dezembro de 2010) e Núcleo Docente Estruturante (Portaria nº 1714/GR, de 1º de dezembro de 2010).

Os resultados das avaliações devem ser utilizados visando à análise e o desenvolvimento do processo pedagógico no intuito de aprimorar a qualidade e a eficácia do curso, através do alcance dos objetivos propostos.

10. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E BIBLIOTECA

As instalações necessárias para o funcionamento do curso contarão com o apoio dado pelos dois polos: Maragogi, em Alagoas, e Mata de São João/BA, que abrigarão salas de aula com equipamentos multimídia, auditório, laboratório de informática com computadores e biblioteca, como também com sala de professores, sala de e biblioteca.

No que se refere à política de atendimento a portadores de necessidades especiais a estrutura física dos polos de apoio presencial atendem aos alunos que apresentam essas especificidades

11. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria a distância é composto por uma equipe multidisciplinar formada por professores e técnicos, tendo procedimentos administrativos, educacionais e tecnológicos objetivando atender às necessidades de ensino-aprendizagem do aluno na modalidade de EAD de forma autônoma disponibilizando informações e recursos didático-pedagógicos. A equipe multidisciplinar é composta pelos seguintes profissionais: professor-conteudista, professor formador, tutor presencial, tutor a distância, coordenador de curso e técnicos da Tecnologia da Informação e Comunicação (*webdesigner*, programador).

O professor-conteudista deverá ser especialista, mestre ou doutor na área em que terá autoria do material didático; ter experiência docente e domínio na utilização da TIC. Deverá ter conhecimento dos conteúdos específicos da disciplina pela qual é responsável, integrando a equipe multidisciplinar, e deve sugerir ao professor formador, no início de cada módulo, cronograma com as unidades curriculares contendo as datas previstas para os momentos presenciais, conforme modelo previsto no plano de trabalho/ensino, e, no seu transcorrer.

As atribuições desse professor são: redação das bases tecnológicas na área de seu conhecimento; participar das reuniões do curso; revisar o material sob sua responsabilidade; acompanhar o desenvolvimento do curso; organizar junto ao coordenador pedagógico o processo de avaliação da aprendizagem e orientar estágios acadêmicos.

O professor-formador deverá ter especialização, mestrado ou doutorado na área do curso, com experiência docente, conhecimento na área referente as bases tecnológicas das unidades curriculares sob sua responsabilidade, disponibilidade de horários para atendimento aos alunos e domínio na utilização de TIC. Ele tem como atribuições: dar atendimento personalizado aos alunos; motivar os alunos no processo de ensino-aprendizagem; assessorar os alunos nas atividades do material didático como no ambiente virtual; administrar o processo de avaliação durante em sua unidade curricular; corrigir as atividades de avaliação e dar um feedback aos alunos; participar dos fóruns, chats e orientar estágios acadêmicos, acompanhar as atividades desenvolvidas pelos tutores.

O tutor a distância deverá ser graduado e/ou licenciado nas áreas específicas do curso e/ou áreas afins, para oferecer assistência metodológica e pedagógica com relação aos conteúdos abordados no âmbito da disciplina, motivar diariamente os alunos, esclarecer as dúvidas e resolver problemas pedagógicos. Cada tutor deverá atender no máximo 25 alunos por turma. Eles deverão ter uma carga horária de 30 horas/semana, para atendimento ao aluno, para interagir de forma síncrona e assíncrona.

O tutor presencial deverá ter disponibilidade de horários para atendimento aos alunos e domínio na utilização de TIC. Ele tem como atribuições: dar atendimento personalizado aos alunos, ajudando-os no envio e recebimento das atividades, na participação de chats, fóruns, videoconferências, motivando-os no processo de ensino-aprendizagem; assessorando-os nas atividades do material didático como no ambiente virtual.

12. PROGRAMAS DOS COMPONENTES CURRICULARES

MÓDULO DE INTRODUÇÃO A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

DADOS DA DISCIPLINA
Nome da Disciplina: Educação a distância: fundamentos, ambientes e ferramentas.
Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria
Carga Horária: 60h
EMENTA
Disciplina introdutória para os alunos em EAD que propiciará o conhecimento da dinâmica dos cursos à distância bem como da utilização do ambiente virtual de aprendizagem e suas ferramentas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
GONZALES, Mathias. Fundamentos da Tutoria em educação à distância. Avercamp: Campinas. HARASIM, Linda et alii. Redes de Aprendizagem: guia para o ensino e aprendizagem on-line. SENAC. São Paulo. MASETTO, Marcos, MORAN, José Manuel e BEHRENS, Marilda. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Papirus: Campinas.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
PALOFF, Rena e PRATT, Keith. Construindo comunidades de Aprendizagem no Ciberespaço: estratégias eficientes para salas de aula on-line. Artmed: Porto Alegre. SILVA, Marcos e SANTOS, Edméa. Avaliação da aprendizagem em educação on-line.

DADOS DA DISCIPLINA
Nome da Disciplina: Contabilidade Básica
Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria
Carga Horária: 60h
EMENTA
Desenvolver habilidades e competências para que o tecnólogo em hotelaria possa compreender a importância da contabilidade no auxílio de suas tomadas de decisões na gestão hoteleira. Tal compreensão se concretizará a partir dos conhecimentos do patrimônio, das origens e aplicações de recursos, dos princípios e normas contábeis, do ciclo das operações que levam à apuração do resultado (lucro ou prejuízo), dos principais demonstrativos financeiros, suas estruturas, interpretações e análises.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
MARION, José Carlos. Contabilidade Básica . 8 ed. São Paulo: Atlas, 2006. 257 p.
_____. Contabilidade Empresarial . 13 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
_____. Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial . 3 ed. São Paulo: Atlas, 2005. 306p.
LUNKES, João Rogério. Manual de Contabilidade Hoteleira . São Paulo: Atlas, 2004. 248p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ZANELLA, Luiz Carlos. Contabilidade para hotéis e restaurantes . Caxias do Sul: EducS, 2002. 127p.
MARION, José Carlos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. Curso de Contabilidade para não contadores . 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.
PADOVEVEZE, Clóvis Luís. Manual de Contabilidade Básica: Uma introdução à prática Contábil . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

DADOS DA DISCIPLINA
Nome da Disciplina: Fundamentos da Administração
Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria
Carga Horária: 60h
EMENTA
Introduzir os conhecimentos da ciência da administração estabelecendo relações com gestão em empresas de serviços. Conhecer os modelos de gestão e estabelecer conexões com as teorias administrativas e organizacionais. Estabelecer bases para a continuidade da discussão a propósito do pensamento administrativo e organizacional. Estimular o interesse crescente pela pesquisa, análise e o desenvolvimento organizacional.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a Teoria Geral da Administração . Rio de Janeiro: Campus, 2004.
MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Teoria Geral da Administração . São Paulo: Atlas, 2000.
MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Fundamentos de Administração: Manual Compacto para Cursos de Formação Tecnológica e Sequenciais . 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia E Práticas . São Paulo: Atlas, 2008.
SILVA, R. O DA, Teorias da Administração . São Paulo: Pioneira, 2001.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. AMBONI, Nério. Teoria Geral de Administração: das Origens às Perspectivas Contemporâneas . São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2007.
ADIZES, Ichak. Os ciclos de vida das organizações: como e por que as empresas crescem e morrem e o que fazer a respeito . São Paulo: Pioneira, 1990.
AMATO, Homero S. Como Negociar – Técnicas, estratégias e táticas para negociar melhor e obter vantagens . São Paulo: STS, 2002.
MORGAN, Garreth. Imagens da organização . São Paulo: Atlas, 1996. SENGE, Peter. A quinta disciplina: o processo de aprendizagem das organizações . São Paulo: Best Seller, 1998.
SILVA, Sebastião Orlando da. Estilos de administração: uma introdução à teoria geral da administração . Rio de Janeiro: EDC, 1990.
TEIXEIRA, Élson Adalberto. Teoria Geral da Administração & Prática: Tga & P . FGV, 2003.

DADOS DA DISCIPLINA
Nome da Disciplina: Fundamentos Sócio-Filosóficos
Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria
Carga Horária: 90h
EMENTA
Homem, conhecimento, trabalho e ética. Os conceitos básicos da Filosofia. Ética e Filosofia.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, Maria L.; MARTINS, Maria H.P. **Filosofando**: introdução à filosofia. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2003.
 CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 13.ed. São Paulo: Ática, 2003.
 DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr. Rio de Janeiro: Editor 34, 1992.

JASPERS, Karl. **Introdução ao pensamento filosófico**. Tradução de Leônidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABBAGNANO, Nicola. **História da filosofia**. Tradução de Antônio B. Coelho. Lisboa: Presença, 1992.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Introdução à história da filosofia**. Tradução de Euclidy C. Silva. São Paulo: Hemus, 1983.

JAEGER, Werner. **Paidéia**: a formação do homem Grego. Tradução de Artur M. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LUCKESI, Cipriano; PASSOS, Elizete S. **Introdução à filosofia**. São Paulo: Cortez, 1996. VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. Tradução de Ísis B. Fonseca. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

DADOS DA DISCIPLINA

Nome da Disciplina: Fundamentos de Turismo e Hotelaria

Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria

Carga Horária: 60h

EMENTA

Desenvolver as bases tecnológicas para uma formação profissional direcionada para as atividades hoteleiras, através do estudo de conceitos e princípios básicos do turismo e da hotelaria. Tal estudo abordará conteúdos relativos à história, definições técnicas, classificações e demais características do turismo, assim como os serviços oferecidos pelas empresas turísticas, em especial, as empresas de hospedagem. Serão ainda abordados conhecimentos relativos às primeiras iniciativas das empresas hoteleiras e suas novas tendências, terminologia básica do turismo e da hotelaria, segmentação, classificação e estrutura organizacional dos hotéis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Nelson; BRITO, Paulo Lúcio de e JORGE, Wilson Edson. **Hotel: planejamento e projeto**. Editora SENAC São Paulo.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (org.). **Turismo. Como aprender, como ensinar**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Papirus.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC.

CÂNDIDO, Índio; VIEIRA, Elenara Vieia de. **Glossário técnico: gastronômico, hoteleiro e turístico**. Caxias do Sul: EDUCS.

DAVIES, Carlos Alberto. **Manual de hospedagem: simplificando ações na hotelaria**. Caxias do Sul: EDUCS.

DUARTE, Vladoir Vieira. **Administração de sistemas hoteleiros: conceitos básicos**. Editora Senac, São Paulo.

LAGE, Beatriz Helena G.; MILONE, Paulo César (organizadores). **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LOHMANN, Guilherme ; NETTO, Alexandre Panosso. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. São Paulo. PROSERPIO, Renata. **O Avanço das Redes Hoteleiras Internacionais no Brasil**. São Paulo: Aleph.

DADOS DA DISCIPLINA

Nome da Disciplina: Língua Inglesa

Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria

Carga Horária: 60h

EMENTA	
Introdução às habilidades de compreensão e produção de textos orais (ênfase em pronúncia) e escritos através de funções sociais e estruturas básicas da língua inglesa, com abordagem instrumental e ênfase em estratégias de leitura.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
DE BIAGGI, E. T. K. Enjoy your stay! Inglês básico para hotelaria e turismo. São Paulo: Disal, 2004. O'HARA, F. Be my guest! English for the hotel industry. 4 ed. Cambridge, CUP, 2005. SCHUMACHER, C. Inglês para turismo e hotelaria. A comunicação essencial para o dis-a-dia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
STOTT, T. Highly recommended. English for the hotel and catering industry. 3 ed. Oxford: OUP, 2009. WOOD, N. Tourism and catering. Oxford: OUP, 2003.	

DADOS DA DISCIPLINA	
Nome da Disciplina: Metodologia Científica	
Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria	
Carga Horária: 60h	
EMENTA	
O estudo de textos: fichamento e resumos. A pesquisa bibliográfica: procedimentos. O conhecimento e a ciência: tipos e características. A pesquisa científica: tipos e características. O método científico: métodos de abordagens e procedimentos. Técnicas de pesquisa: tipos e procedimentos. Legislação e normas da ABNT. Fontes bibliográficas. Busca de dados pela internet. Elementos de estatística: população e amostra. Elaboração do projeto de pesquisa. Instrumentos para redação de relatórios técnicos e científicos. Elaboração de artigo científico. Apresentação de seminário.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 1995. KOCHE, José Carlos. Fundamentos da Metodologia Científica Editora: Vozes, 2006. LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2010. _____. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2009.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
SÁ, Elisabeth Scheneider de. Manual de Normatização de Trabalhos Técnicos, Científicos e Culturais. Editora: Vozes, 1994. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2007.	

MÓDULO DE HOSPEDAGEM

DADOS DA DISCIPLINA	
Nome da Disciplina: Hospedagem	
Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria	Termo:
Carga Horária: 120h	
EMENTA	
O hotel é uma organização que deve ser preparada para encantar os seus clientes, denominados, neste ambiente, de hóspedes. A área de Hospedagem é uma das mais importantes da estrutura organizacional, pois operacionalmente cuida de todos que utilizam os serviços de um meio de hospedagem.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

CAON, Mauro. Gestão estratégica de serviços de hotelaria. São Paulo: Atlas, 2008. CASTELLI, Geraldo. Administração hoteleira. 9 ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
 CASTELLI, Geraldo. Excelência em hotelaria: uma abordagem prática. São Paulo: Qualitymark, 2002.
 CLARKE, Alan. Hotelaria: fundamentos teóricos e gestão. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CÂNDIDO, Índio; VIEIRA, Elenara Vieira de. Gestão de hotéis: técnicas, operações e serviços. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.
 CANDIDO, Índio. Governança em hotelaria. 4 ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
 TAVARES, José da Cunha. Noções de prevenção e controle de perdas em segurança do trabalho. São Paulo: SENAC SÃO PAULO, 1996.
 LINZMAYER, Eduardo. Guia básico para administração da manutenção hoteleira. . São Paulo: SENAC SÃO PAULO, 1994.

DADOS DA DISCIPLINA

Nome da Disciplina: Contabilidade Hoteleira

Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria

Termo:

Carga Horária: 60h

EMENTA

Desenvolver habilidades e competências para que o tecnólogo em hotelaria possa compreender a importância da contabilidade no auxílio de suas tomadas de decisões na gestão hoteleira. Tal compreensão se concretizará a partir dos conhecimentos do patrimônio, das origens e aplicações de recursos, dos princípios e normas contábeis, do ciclo das operações que levam à apuração do resultado (lucro ou prejuízo), dos principais demonstrativos financeiros, suas estruturas, interpretações e análises.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2006. 257p.
 _____. Contabilidade Empresarial. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
 _____. Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial. São Paulo: Atlas, 2005. 306p.
 LUNKES, João Rogério. Manual de Contabilidade Hoteleira. São Paulo: Atlas, 2004.248p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ZANELLA, Luiz Carlos. **Contabilidade para hotéis e restaurantes**. Caxias do Sul: EducS, 2002.127p.
 MARION, José Carlos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Curso de Contabilidade para não contadores**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.
 PADOVEVEZE, Clóvis Luís. **Manual de Contabilidade Básica: Uma introdução à prática Contábil**. São Paulo: Atlas, 2004.

DADOS DA DISCIPLINA

Nome da Disciplina: Inglês Técnico em Hotelaria

Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria

Termo:

Carga Horária: 60h

EMENTA

Introdução às habilidades de compreensão e produção de textos orais e escritos através de funções sociais e estruturas básicas da língua inglesa, com ênfase no vocabulário específico da área da Hotelaria.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DE BIAGGI, E. T. K. *Enjoy your stay!* Inglês básico para hotelaria e turismo. São Paulo: Disal, 2004.
 O'HARA, F. *Be my guest!* English for the hotel industry. 4 ed. Cambridge, CUP, 2005.
 SCHUMACHER, C. *Inglês para turismo e hotelaria*. A comunicação essencial para o dis-a-dia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

STOTT, T. **Highly recommended.** English for the hotel and catering industry. 3 ed. Oxford: OUP, 2009.
WOOD, N. **Tourism and catering.** Oxford: OUP, 2003.

DADOS DA DISCIPLINA	
Nome da Disciplina: Planejamento Estratégico e Tático	
Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria	Termo:
Carga Horária: 60h	
EMENTA	
<p>Conceitos fundamentais: planejamento, planejamento estratégico, tático, operacional, estratégia, tática, etapas na elaboração de um planejamento estratégico: diagnóstico em relação aos produtos e serviços, definição de missão, visão de futuro, filosofia empresarial e valores. Análise do ambiente interno (pontos fortes e pontos fracos). Análise do ambiente externo (oportunidades e ameaças) ou SWOT, definição de objetivos e metas. Análise das tendências do mercado e construção de cenários.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ALMEIDA, Martinho Sinaro R. Manual de Planejamento Estratégico. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. ARAÚJO, Luis César G. Organização, Sistemas e Métodos e as tecnologias de Gestão Organizacional. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007. PETROCCHI, Mário. Hotelaria: planejamento e gestão. 2ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de.; AMBONI, Nério. Teoria Geral de Administração: das Origens às Perspectivas Contemporâneas. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2007. REBOUÇAS, Djalma de Pinho. Planejamento Estratégico. 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2007. REBOUÇAS, Djalma de Pinho. Sistemas, Organização e Métodos: uma abordagem gerencial. 17ªed. São Paulo: Atlas, 2007.</p>	

DADOS DA DISCIPLINA	
Nome da Disciplina: Recepção e Reserva	
Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria	Termo:
Carga Horária: 60h	
EMENTA	
<p>Estruturação do setor; Atribuições e responsabilidades; Operacionalidade Controles e documentos; Localização; Equipamentos e instalações; Controles e documentos; Importância do setor; Rotina de trabalho; Impressos e documentos; Formas de reservas; Situações especiais de reservas.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>CÂNDIDO, Índio e VIEIRA, Elenara Vieira de. Gestão de hotéis: técnicas, operações e serviços. Caxias do Sul: EDUCS, 2003. CASTELI, Geraldo. Administração Hoteleira. Caxias do Sul. EducS, 2001. SEBRAE. A recepção na Hotelaria, Brasília, 2001.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>DAVIES, Carlos Alberto. Manual de hospedagem: simplificando ações na hotelaria. 2.ed. – Caxias do Sul: EDUCS, 2003.</p>	

DADOS DA DISCIPLINA	
Nome da Disciplina: Sistema de Informação e Automação Hoteleira	
Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria	Termo:
Carga Horária: 60h	

EMENTA	
Sistemas informatizados de informação e automação hoteleira Internet e programas de navegação. Sistemas informatizados de comunicação on-line para reservas em hotéis e similares.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
CONNOR, Peter. Distribuição da Informação Eletrônica em Turismo e Hotelaria . São Paulo, Bookman. GEORGINI, Marcelo. Automação Aplicada . São Paulo, Érica.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
MATOSO, J.M. Informática na Hotelaria e Turismo . São Paulo, Pioneira.	

MÓDULO DE ALIMENTOS E BEBIDAS

DADOS DA DISCIPLINA	
Nome da Disciplina: Alimentos e Bebidas	
Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria	Termo:
Carga Horária: 120h	
EMENTA	
Técnicas, regras e procedimentos de trabalho da área de A & B. Vocabulário técnico pertinente ao departamento de A & B Atribuições e posturas dos profissionais da área de A & B Conceitos, princípios e histórico da gastronomia; Estrutura organizacional e operacional do departamento de A&B; Utilização de equipamentos e utensílios da área de A & B Tipologia de restaurante e cozinha. Processo de Compras de equipamentos e suprimentos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
CASTELI, Geraldo. Administração Hoteleira . Caxias do Sul. EducS, 2001. FONSECA, Marcelo Traldi. Tecnologias Gerenciais de Restaurantes . São Paulo, SENAC, 1999. PACHECO, Aristides de Oliveira. Manual de Serviços do Garçom . São Paulo, SENAC, 2001.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
GIMENESES, Cleuza Gertrudes. Organização de Eventos na Hotelaria . São Paulo, Summus, 1997. PACHECO, Aristides de Oliveira. Manual do Bar . São Paulo, SENAC, 2002.	

DADOS DA DISCIPLINA	
Nome da Disciplina: Funções Auxiliares em Alimentos e Bebidas	
Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria	Termo:
Carga Horária: 60h	
EMENTA	
Identificar as diversas funções do setor de alimentos e bebidas; Conhecer os setores do hotel que envolve as funções auxiliares; Dominar todos os procedimentos do setor de alimentos e bebidas (operacionalidade).	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
DAVIES, C. Alimentos e bebidas . Rio grande do Sul, EDUCS, 1999. DAYAN, Elite L. Restaurante: técnicas de serviço . Caxias do SUL, EDUCS, 1990. DUARTE, Vladir Vieira. Administração de sistemas hoteleiros: conceitos básicos . São Paulo, Varela, 1999.	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
CASTELI, Geraldo. Administração Hoteleira . Caxias do Sul. Educus, 2001.	
TEICHMANN, Ione Mendes. Cardápios – técnicas e criatividade . Caxias do Sul, EDUCS, 2000.	
DADOS DA DISCIPLINA	
Nome da Disciplina: Noções de Direito e Legislação Hoteleira	
Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria	Ano: 2009.2
Carga Horária : 60h	
EMENTA	
Definição de Direito (ciência jurídica), seus ramos e sua destinação. Os dispositivos constitucionais e de direito administrativo relativos ao Turismo. Legislação disciplinadora da atividade turística no Brasil. Legislação aplicada aos Meios de Hospedagem. Código de Defesa do Consumidor e a Lei de Crimes Ambientais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
MEDAUAR, O. Direito Administrativo Moderno , São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.	
MEIRELLES, Hely Lopes. Curso de direito administrativo . São Paulo: Malheiros, 2005.	
NIETO, Marcos Pinto. Manual de direito para o turismo . São Paulo: Papyrus, 2004. http://www.turismo.al.gov.br/institucional/organograma.jpg/image_view_fullscreen , acesso em 23 de maio de 2009.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BRASIL . Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008. FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo . Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.	

DADOS DA DISCIPLINA	
Nome da Disciplina: Gestão Contábil, Financeira e de Compras em Alimentos & Bebidas.	
Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria	Termo:
Carga Horária: 90h	
EMENTA	
Desenvolver a percepção do tecnólogo em turismo quanto a qualidade dos serviços e produtos hoteleiros, observando as exigências do consumidor, relacionando com a captação, manutenção e fidelidade do cliente, através do desenvolvimento de competências que lhe proporcione condições de analisar criticamente e avaliar a qualidade dos serviços e produtos hoteleiros ofertados, como também a satisfação do cliente com relação a essa oferta.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ARAÚJO, Cintia Möller. Ética e qualidade no turismo do Brasil . São Paulo: Atlas, 2003. GARVIN, David A. Gerenciando a qualidade: a visão estratégica e competitiva . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.	
GIANESI, Irineu N. CORRÊA, Henrique L. Administração estratégica de serviços: operações para a satisfação do cliente . São Paulo. Atlas, 1996.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Qualidade total em serviços: conceitos, exercícios, casos práticos . São Paulo: Atlas, 1999.	
PALADINI, Edson Pacheco. Gestão da Qualidade: teoria e prática . São Paulo: Atlas, 2000.	
TEIXEIRA, Elder Lins. Gestão da qualidade em destinos turísticos . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.	

DADOS DA DISCIPLINA	
Nome da Disciplina: Inglês Técnico em Alimentos & Bebidas	
Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria	Termo:

Carga Horária: 60h
EMENTA
Introdução às habilidades de compreensão e produção de textos orais e escritos através de funções sociais e estruturas básicas da língua inglesa, com ênfase no vocabulário específico do setor de Alimentos e Bebidas (<i>F&B: Food and Beverage</i>) na área da Hotelaria.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
COLLIN, P. H. Dictionary of Hotels, Tourism and Catering Management. Peter Collin Publishing, 1998. DE BIAGGI, E. T. K. Enjoy your stay! Inglês básico para hotelaria e turismo. São Paulo: Disal, 2004. O'HARA, F. Be my guest! English for the hotel industry. 4 ed. Cambridge, CUP, 2005. SCHUMACHER, C. Inglês para turismo e hotelaria. A comunicação essencial para o dis-a-dia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
STOTT, T. Highly recommended . English for the hotel and catering industry. 3 ed. Oxford: OUP, 2009. WOOD, N. Tourism and catering . Oxford: OUP, 2003.

DADOS DA DISCIPLINA
Nome da Disciplina: Tecnologia Culinária
Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria Termo:
Carga Horária: 90h
EMENTA
Conceitos e princípios e evolução histórica da gastronomia. Classificação dos tipos de cozinha. Execução das atribuições pertinentes ao setor de cozinha; Equipamentos e utensílios dos setores que compõem o departamento da cozinha. Procedimentos técnicos no setor de cozinha; Elaboração e produção de receitas culinárias. “Resoluções” que regem as normas de boas práticas no setor de alimentos. Terminologia da área de higiene alimentar. Operacionalidade do PAS- Programa de Alimento Seguro. Prevenção da contaminação alimentar.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ARRUDA, G. A. Manual de Boas Práticas na Produção e Distribuição de Alimentos . São Paulo: Ponto Crítico, 2000. BOEGER, Marcelo Assad. Gestão em Hotelaria Hospitalar . São Paulo: Atlas, 2005. FLANDRIN, Jean-Louis. História da Alimentação . São Paulo: Estação Liberdade, 1998. FRIEND, Francisco Tommy. O mundo da cozinha: perfil, técnicas de trabalho e mercado . Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
OMT - ORGANIZACAO MUNDIAL DE TURISMO. Manual de Qualidade, Higiene e Inocuidade dos Alimentos. Ed. Roca, 2003.

DADOS DA DISCIPLINA
Nome da Disciplina: Tecnologia Culinária
Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria Termo:
Carga Horária: 90h
EMENTA

Conceitos e princípios e evolução histórica da gastronomia. Classificação dos tipos de cozinha. Execução das atribuições pertinentes ao setor de cozinha; Equipamentos e utensílios dos setores que compõem o departamento da cozinha. Procedimentos técnicos no setor de cozinha; Elaboração e produção de receitas culinárias. “Resoluções” que regem as normas de boas práticas no setor de alimentos. Terminologia da área de higiene alimentar. Operacionalidade do PAS- Programa de Alimento Seguro. Prevenção da contaminação alimentar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARRUDA, G. A. **Manual de Boas Práticas na Produção e Distribuição de Alimentos**. São Paulo: Ponto Crítico, 2000.

BOEGER, Marcelo Assad. **Gestão em Hotelaria Hospitalar**. São Paulo: Atlas, 2005. FLANDRIN, Jean-Louis. **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FREND, Francisco Tommy. **O mundo da cozinha: perfil, técnicas de trabalho e mercado**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OMT - ORGANIZACAO MUNDIAL DE TURISMO. Manual de Qualidade, Higiene e Inocuidade dos Alimentos. Ed. Roca, 2003.

A.C. MCLEAN & D. HAZELWOOD. **Manual de Higiene para manipuladores de alimentos**. Ed. Varela, 1994.

SEBESS, Mariana. **Técnicas de Cozinha Profissional**. Senac, 2008. RODRIGUES, Domingues. **Arte de cozinha**. SENAC, 2008.

MÓDULO DE PROMOÇÃO E VENDAS DE SERVIÇOS HOTELEIROS

DADOS DA DISCIPLINA

Nome da Disciplina: Empreendedorismo

Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria

Termo:

Carga Horária: 60h

EMENTA

Desenvolvimento e implementação de ações empreendedoras, que possibilitem a criação de empresas, ligadas ao setor hoteleiro, fortalecendo as competências gerenciais empreendedoras na criação e gestão de novos negócios hoteleiros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa**. São Paulo: Ed. Sextante, 1999.

_____. **Oficina do empreendedor**. São Paulo: Ed. Cultura Editores Associados, 2000.

_____. **Boa idéia e agora?** São Paulo: Ed. Cultura Editores Associados, 2001.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL, Senado Federal. Secretaria de Informações. LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996. 1ªed. Brasília: Editora Senado Federal, 1996.

BERNARDINI, Luiz Antônio. **Manual de Plano de Negócios**. São Paulo: Atlas, 2006. LEITE, Emanuel. **O Fenômeno do Empreendedorismo criando riquezas**. Revista e Ampliada. 2ªed. Recife: Bagaço, 2000.

DADOS DA DISCIPLINA

Nome da Disciplina: Estatística

Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria

Termo:

Carga Horária: 60h

EMENTA

Introdução ao estudo da estatística. Distribuições de frequência. Medidas de tendência central e separatrizes. Medidas de variabilidade. Introdução ao cálculo de probabilidades. Amostragem e distribuições amostrais. Inferências: intervalos de confiança e testes de hipóteses. Análise da variância.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Dalva Refina Ribeiro e MILONE, Giuseppe. .Editora Thomson, São Paulo-SP, 2004.
 BUNCHAFT & KELLNER. **Estatística sem Mistérios**, vol. 1. Editora Vozes, Petrópolis -RJ, 1997.
 CRESPO, Antonio Arnot. **Estatística fácil**. Editora Saraiva, São Paulo, 1994.
 FONSECA, Jairo Simon; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de Estatística**. Editora Atlas, São Paulo, 1996.
 TIBONI, Conceição Gentil R. **Estatística Básica para o curso de Turismo**. Editora Atlas, São Paulo, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRAULE, Ricardo. Estatística aplicada com excel para cursos de administração e economia. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2001. BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às Ciências Sociais. Editora da UFSC, Florianópolis SC, 1998.
 VIEIRA, Sônia. Princípios de Estatística. Editora Pioneira, São Paulo, 1999.

DADOS DA DISCIPLINA

Nome da Disciplina: Inglês Técnico para Negócios

Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria

Termo:

Carga Horária: 60h

EMENTA

Introdução às habilidades comunicativas de compreensão e produção de textos orais (*speaking, listening*) e escritos (*reading, writing*) em língua inglesa, em uma abordagem comunicativa com ênfase nas funções sociais e estruturas básicas da língua. Ênfase no vocabulário específico que atenda às especificidades acadêmicas e profissionais da área da Hotelaria, especificamente no setor administrativo (*Business management*) de um hotel, em ambas as modalidades, oral e escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COLLIN, P. H. Dictionary of Hotels, Tourism and Catering Management. Peter Collin Publishing, 1998.
 DE BIAGGI, E. T. K. Enjoy your stay! Inglês básico para hotelaria e turismo. São Paulo: Disal, 2004.
 O'HARA, F. Be my guest! English for the hotel industry. 4 ed. Cambridge, CUP, 2005.
 SCHUMACHER, C. Inglês para turismo e hotelaria. A comunicação essencial para o dis-a-dia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

STOTT, T. **Highly recommended**. English for the hotel and catering industry. 3 ed. Oxford: OUP, 2009.
 WOOD, N. **Tourism and catering**. Oxford: OUP, 2003.

DADOS DA DISCIPLINA

Nome da Disciplina: Psicologia das Relações Humanas

Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria

Termo:

Carga Horária: 60h

EMENTA

Personalidade; Comportamento; Tipos de Comportamento ; Percepção; Tipos de Lideranças; Elaboração de Dinâmicas de Grupo; Comunicação Interpessoal; Técnicas de Como Falar em Público: Técnicas Oraís, Técnicas Gestuais, Técnicas Escritas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDREOLA, Balduino A. Dinâmica de Grupo. Jogo da Vida e Didática do Futuro. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.
 CASTILHO, Áurea. **Liderando Grupos. Um Enfoque Gerencial**. Rio de Janeiro: Qualitmark. 1999.
 DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Z. **Psicologia das Relações Interpessoais: Vivências para o Trabalho em Grupo**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2001.
 FRITZEN, Silvino J. **Dinâmica de Recreação e Jogos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986. FRITZEN, Silvino José. **Exercícios Práticos de Dinâmica de Grupo**. Petrópolis: Vozes, 1986.
 POLITO, Reinaldo. **Como falar corretamente e sem inibições**, 102. São Paulo: Saraiva, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAVIS, Keith; NEWSTROM, Jonh W. Comportamento Humano no Trabalho. Vol 1 e 2. São Paulo: Pioneira, 2001.
 HALL, Calvin Springer & LINDZEY, Gardner. Teorias da Personalidade. São Paulo, EPU, 1973.
 Krech, David & CRUTCHFIELD, Richard. Elementos de Psicologia. São Paulo: Pioneira, 1962.
 PISANE, Elaine Maria, et al. Psicologia Geral. Porto Alegre, Vozes: 1990
 SOUKI, Omar. Emoção é Poder. Manual de Inteligência Emocional. Belo Horizonte: Souki House, 1999.
 WEISS, Donald. Entrevista de Seleção. Como Conduzi-la com Êxito. São Paulo: Nobel, 2002.

DADOS DA DISCIPLINA

Nome da Disciplina: Marketing Hoteleiro

Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria

Termo:

Carga Horária: 90h

EMENTA

Introdução ao Marketing, Segmentação de mercado, Pesquisa de marketing, Produto Hoteleiro, Definição e Composição dos Preços, Papel da Promoção na Composição do Mix de Marketing, Importância da Escolha do ponto na Composição do Mix de Marketing.

Bibliografia Básica

KOTLER, Philip. ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**. 12 ed. - São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2007.
 GUARDANI, Fátima. **Gestão de Marketing em Hotelaria**. São Paulo; Atlas, 2006. DIAS, Reinaldo. PIMENTA, Maria Alzira. **Gestão de Hotelaria e Turismo**. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2005.
 CASTELLI, Geraldo. **Administração Hoteleira**. 7. ed. - Caxias do Sul, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VAZ, Gil Nuno. **Marketing turístico, receptivo e emissor**. São Paulo; Pioneira Thomson Learning, 2002.
 DE ROSE, Alexandre Turatti. **Turismo: Planejamento e Marketing**. Barueri. Ed. Manole, 2002.
 PRIDE, William M. FERREL, O.C. **Marketing, conceitos e estratégias**. Rio de Janeiro. LTC, 2001.

DADOS DA DISCIPLINA

Nome da Disciplina: Relação de Consumo e Qualidade nos Serviços Hoteleiros

Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria

Termo:

Carga Horária: 60h

EMENTA

Serviços; Qualidade; Princípios da Qualidade Total. Critérios da Qualidade adotados pela FNQ. Qualidade em Serviços; O Produto Hoteleiro; Características do hotel que investe em qualidade. O Cliente Hoteleiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

<p>VIERA, Elenara Viera de. Qualidade em serviços hoteleiros: a satisfação do cliente é função de todos. Caxias do Sul, RS: Educs, 2004.</p> <p>CASTELLI, Geraldo. Excelência em hotelaria: uma abordagem prática. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.</p> <p>GIANESI, Irineu N; CORRÊA, Henrique L. Administração estratégica de serviços: operações para a satisfação do cliente. São Paulo: Atlas, 1996.</p> <p>LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Qualidade total em serviços: conceitos, exercícios, casos práticos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>GARVIN, David A. Gerenciando a qualidade: a visão estratégica e competitiva. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.</p> <p>SERSON, Fernando M. Hotelaria: a busca da excelência. 2. ed. São Paulo: Marcos Cobra, 2000.</p>

DADOS DA DISCIPLINA
Nome da Disciplina: Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS)
Curso: Superior de Tecnologia em Hotelaria
Carga Horária: 60h
EMENTA
<p>A disciplina apresenta e discute a trajetória em diferentes épocas e lugares percorridos pelo sujeito surdo dentro de um processo histórico-educacional-social. Reflete sobre as transformações ocorridas na educação de surdos e suas abordagens e a importância da língua de sinais na construção da identidade permanente da pessoa surda. OBJETIVOS:</p> <p>Situar o aluno aos saberes científicos na área da surdez nos aspectos clínicos, educacionais, linguísticos e socioculturais;</p> <p>Esclarecer as variadas nomenclaturas ligadas ao campo da surdez;</p> <p>Analisar e repensar a importância da Língua de Sinais na construção da identidade, pensamento e apreensão da realidade pela pessoa surda;</p> <p>Apresentar leis que fortalecem a comunidade surda;</p> <p>Adquirir conhecimentos básicos e práticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>SCKLIAR, C; A Surdez: Um olhar sobre a diferença. Porto alegre, 1998</p> <p>QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira; Estudos Linguísticos. Porto Alegre: ARTEMED, 2004.</p> <p>FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. Libras em contexto: Curso Básico. Rio de Janeiro: MEC-SEESP, 2006.</p> <p>FERNANDES, E. Problemas linguísticos e cognitivos do surdo. Rio de Janeiro. Agir, 1990</p> <p>GESSER, A. Libras? Que Língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>FERNANDES, E. Surdez e Bilinguismo. Porto Alegre. Mediação, 2005</p> <p>QUADROS, R. M. Educação de Surdos a Aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>SACKS, O. Vendo Vozes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. LABORIT, E. O vôo da Gaiivota. São Paulo: Best Seller, 1996.</p>

13. CERTIFICADOS E DIPLOMAS EXPEDIDOS AOS CONCLUINTES

Concluído todo o itinerário formativo, previsto no plano de curso, o estudante fará jus ao respectivo diploma de graduação como Tecnólogo em Hotelaria. Os diplomas serão emitidos pela Coordenadoria de Registros Acadêmicos, do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), após a integralização das 2120 horas do curso com todos os seus componentes curriculares (disciplinas obrigatórias, estágio supervisionado e atividades complementares).